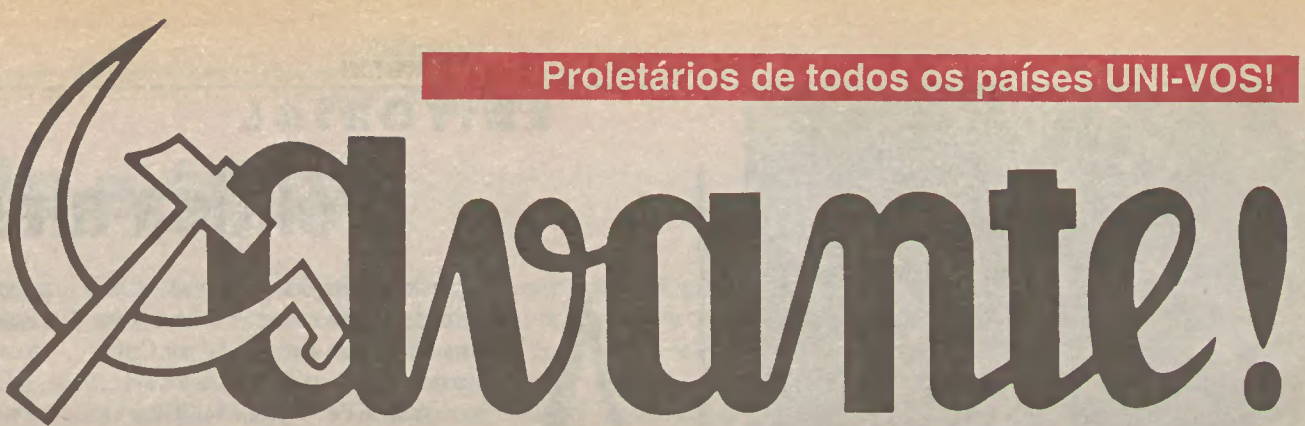


## Os engenheiros da resignação

A forma de governar mudou. O que não mudou foi a política.

■ Jerónimo de Sousa

Pág. 20



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 17 de Outubro de 1996 • Preço: 150\$00 (IVA Incluído) • N.º 1194 • Director: Carlos Brito

### ÚLTIMAS

## Trabalhadores passam à luta

Pág. 32

### ANGOLA

Solidariedade com as crianças angolanas

Campanha ultrapassa

objectivos iniciais

Pág. 23

### CDU

Encontro Distrital de Setúbal

Participação Desenvolvimento e Qualidade de Vida

Centrais

## Orçamento do Estado para 1997

### Carlos Carvalhas insiste no

# AUMENTO DE SALÁRIOS

Em conferência de imprensa, o Secretário-Geral do PCP insistiu: «O aumento dos salários reais é não só uma medida de justiça social como é também factor de dinamização da economia e do aumento do emprego, quando acompanhado de valorização e defesa da produção nacional.»

Pág. 21

### Octávio Teixeira:

## Um orçamento padrasto dos trabalhadores e padrinho do patronato

Pág. 9

**UM PARTIDO MAIS FORTE NOVO RUMO PARA PORTUGAL**



## A palavra aos militantes

• Conversa com Agostinho Lopes, António Andrez, Raimundo Cabral e Virgílio Azevedo

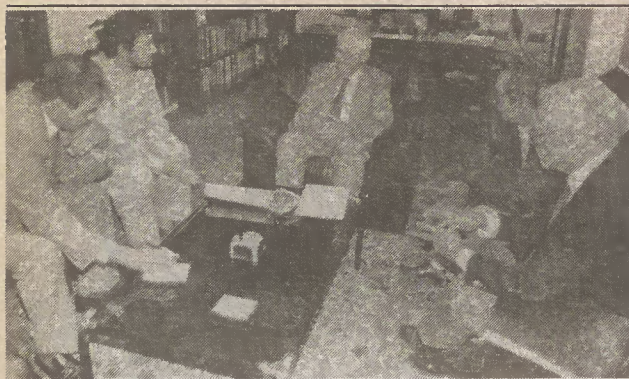
Págs. 18 e 19

### Eleições na Madeira e nos Açores

## Promissoras progressos da CDU

Pág. 5





O Conselho para a Paz e Cooperação com o embaixador israelita, manifestando a sua preocupação em relação à situação do processo de paz no Médio Oriente

## RESUMO

### 9 Quarta-feira

O Conselho Português para a Paz e Cooperação entrega uma petição na Embaixada de Israel, em Lisboa, manifestando a sua preocupação em relação ao estado do processo de paz no Médio Oriente e exigindo a retirada das tropas israelitas dos territórios ocupados ■ É anunciado que o IRC vai ser reduzido na proposta de Orçamento de Estado para o próximo ano ■ A Comissão Europeia decide iniciar o processo que deverá levar à demissão do seu director-geral das Pescas, o português José Almeida Santos, que ocupa o mais alto cargo do país em Bruxelas ■ Sabe-se que trinta e quatro civis foram massacrados na Argélia, no início da semana, em emboscadas atribuídas a militantes islamitas ■ O general russo Alexander Lebed termina a sua visita de dois dias ao quartel-general da NATO ■ No Afeganistão, cresce a resistência aos talibans no norte do país ■ Robert Curly, Richard Smalley e Harold Kroto são laureados com o Prémio Nobel da Química, enquanto David Lee, Robert Richardson e Douglas Osheroff recebem o Nobel da Física.

### 10 Quinta-feira

A Assembleia da República aprova por maioria a criação de vagas adicionais no Ensino Superior para os alunos que realizaram a segunda fase dos exames nacionais... ■ ...e discute a ameaça sobre os tóxicos portugueses decorrente da segunda fase de integração destes produtos na OMC, num debate promovido pelo PCP ■ A ministra da Saúde anuncia que o Hospital D. Estefânia vai ter internamento psiquiátrico ■ A Comissão Europeia não abdica da redução da frota pesqueira de sardinha portuguesa ■ Verifica-se uma contra-ofensiva no Afeganistão contra os talibans ■ O Comité Central do Partido Comunista Chinês, no final do seu plenário anual, anuncia como prioridade a promoção do «progresso ético e cultural».

### 11 Sexta-feira

D. Ximenes Belo e José Ramos Horta recebem o prémio Nobel da Paz de 1996 ■ Mais de mil pessoas manifestam-se, em Belfast, pela paz e o fim dos actos de violência na Irlanda do Norte ■ Seis pessoas morrem e 72 ficam feridas na explosão de uma bomba num mercado perto de Argel, na Argélia ■ O general Magnus Malan, ex-ministro da Defesa da África do Sul, é absolvido da acusação de assassinio, por não existirem provas condenatórias suficientes ■ No Afeganistão, o general usbeque Abdul Dostan e o comandante Ahmed Massud, o homem forte do regime do presidente deposto Rabbani, fazem uma aliança contra os talibans.

### 12 Sábado

Carlos Carvalhas participa no encontro distrital de Setúbal da CDU ■ Yasser Arafat recebe o coordenador norte-americano para o processo de paz para o Médio Oriente, Denis Ross ■ O Conselho de Segurança das Nações Unidas aprova a protelação por seis semanas de medidas mais concretas para o fortalecimento da paz em Angola ■ Realizam-se as eleições legislativas na Nova Zelândia.

### 13 Domingo

Realizam-se as eleições regionais nos arquipélagos dos Açores e Madeira ■ Líder do PP/Madeira demite-se, após conhecimento dos resultados eleitorais ■ No Afeganistão, as forças comandadas por Ahmed Massud continuam a sua progressão contra as milícias dos talibans ■ Yasser Arafat e Shimon Peres reúnem-se, em Nablus, reiterando a sua fidelidade ao processo de paz definido pelos acordos de Oslo ■ Na Áustria, realizam-se as eleições europeias e municipais.

### 14 Segunda-feira

Emanuel Jardim Fernandes, líder do PS/Madeira, demite-se na sequência dos resultados eleitorais ■ Os alunos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto iniciam uma greve às aulas, numa semana de protestos para manifestar o seu desacordo em relação à proposta ministerial de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral mantêm um encontro na Namíbia para a discussão do estado das relações e da cooperação entre os dois blocos ■ Em mais uma tentativa para salvar o processo de paz, Yasser Arafat e o rei Hussein encontram-se em Amã ■ No Afeganistão, o ministro da Defesa dos talibans é preso.

### 15 Terça-feira

O Orçamento do Estado é entregue na Assembleia da República ■ Teresa Patrício Gouveia é escolhida para porta-voz da Comissão Política do PSD ■ D. Ximenes Belo participa numa reunião em Díli com o presidente Suharto ■ Blondin Beye, representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, reúne-se no Andulo com direcção da UNITA ■ O Rei Hussein, em visita a Jericó, dá apoio explícito a Yasser Arafat e à luta dos palestinos.

## EDITORIAL

# Política alternativa

# A

s grandes orientações que segundo os comunistas devem enformar o Orçamento para 1997 foram apresentadas por Carlos Carvalhas, na passada segunda-feira.

Trata-se da resposta do PCP à estratégia orçamental do Governo PS confessadamente subordinada ao objetivo da entrada na moeda única, mas além disso concebida para provocar um novo agravamento na injusta repartição do rendimento nacional, favorecendo ainda mais o capital e impondo novos sacrifícios ao mundo do trabalho.

Este propósito transparece em todas as declarações do Primeiro-Ministro e dos responsáveis pelas áreas económicas do Governo, está patente nos dispositivos fiscais que visam a redução da taxa do IRC e novos benefícios ao grande capital, consta, como já se sabe, das orientações expressas sobre a política salarial, pretendendo impor o congelamento dos salários reais e até admitindo abertamente a sua quebra, assim entregando de mão beijada ao patronato todos os ganhos de produtividade.

A proposta de aumento de 2,375 por cento para os trabalhadores da função pública que o Governo teve o descaramento de apresentar e que foi justamente considerada pelos sindicatos ridícula e «até provocatória», traduz bem até onde a governação PS está disposta a ir para implementar a sua política anti-social.

O Secretário-Geral do PCP começou a sua Declaração afirmando que «Portugal necessita de aumentar o seu crescimento económico, o emprego e a melhoria do nível e qualidade de vida do povo português». Sublinhando, não apenas, mas demonstrando, também, a seguir que «estes objectivos não são incompatíveis».

A Declaração de Carlos Carvalhas, que alguns grandes órgãos de informação ignoraram para os seus comentadores virem alegar depois que o PCP não disse nada de novo, desenvolve grandes traços de uma política alternativa, com especial incidência nos maiores desafios que se colocam ao país nos anos próximos.

É destes traços gerais que decorre a insistência em medidas concretas no plano da política orçamental, em relação, designadamente: à melhoria dos salários; ao aumento significativo das pensões e reformas; à dinamização económica e ao crescimento do emprego; ao reforço das dotações no âmbito da Saúde, da Educação, da Habitação e da Segurança Social; ao fisco, com uma mais justa redistribuição da carga fiscal.

Estas orientações traduzem a aplicação ao Orçamento de Estado para o próximo ano da política económica alternativa apresentada pelo Comité Central na proposta de Teses para o XV Congresso.

Aí se observa com grande pertinência: «A competitividade de que carece a generalidade da economia portuguesa não passa pela redução dos salários dos trabalhadores portugueses, nem pela degradação das condições laborais (se assim fosse seríamos hoje os mais competitivos da União Europeia)».

O texto das Teses prossegue elencando algumas direcções fundamentais capazes de conferir à economia portuguesa o indispensável aumento de competitividade. Assim: definição de uma estratégia nacional de desenvolvimento; acréscimo da chamada produtividade do capital; organização eficiente da produção; modernização dos processos produtivos; aumento do nível educativo e de formação profissional; taxas de juro e

preços dos elementos produtivos concorrenciais; aplicação eficaz dos fundos estruturais; política cambial realista e de apoio à actividade produtiva.

Conclui com grande oportunidade, também, para os problemas que se discutem a propósito do Orçamento para 1997: «a maior ameaça à competitividade da economia portuguesa é, precisamente, a sua sujeição a uma "moeda única" sobrevalorizada em relação à realidade da economia portuguesa e às outras moedas internacionais».

Há por aí uns contentinhos dos «estados gerais» que lembram o velho Pangloss de Voltaire, pois, por mais que o Governo PS defraude as esperanças que suscitou, agrave ainda mais a grave situação social que encontrou e adense as ameaças sobre o nosso futuro, eles acham que estamos no melhor dos mundos possíveis. E pessoalmente talvez estejam...

Há por aí, também, uns fundamentalistas da «moeda única» que se comprazem em tanger hinos aos sacrifícios para virmos a ser banhados pela graça da sua luz. Mas os sacrifícios redundam nos «postos de trabalho perdidos», no «aumentar a flexibilidade da força de trabalho», são sacrifícios «em matéria de salário nominal como única forma de assegurar a manutenção de empresas». Vê-se então quem são os grandes sacrificados desta estratégia. E atrevem-se eles em falar de consciência social...

A gente informada, mesmo da área do Governo, que pondera seriamente sobre os interesses e o futuro do nosso povo e do nosso país não vê as coisas com esta superficialidade e exprime as maiores preocupações sobre a louca

correria para a «moeda única» em que o país foi lançado sem ser ouvido.

Além do mais, hoje generaliza-se a consciência de que os sacrifícios impostos pela marcha para a «moeda única» não cessam com a chegada, tornam-se ainda mais duros a partir dela.

Por tudo isto, o referendo sobre a moeda única ganha cada vez mais razão de ser, assim como a exigência do PCP de que «o Orçamento de Estado para 1997 não deve subordinar-se à marcha forçada e acelerada da participação de Portugal na moeda única».

Os resultados das eleições regionais na Madeira e nos Açores mostram como a política alternativa que o PCP e a CDU defendem para o nosso país (e neste caso mais especificamente para as duas regiões autónomas) abre caminho e ganha adesões mesmo nas situações mais difíceis.

A subida da votação percentual da CDU nos dois arquipélagos, a eleição de mais um deputado regional na Madeira (permitindo formar um grupo parlamentar), a circunstância da CDU ter sido a força política mais votada na Ilha das Flores, nos Açores, tornam o resultado das eleições regionais de 13 de Outubro especialmente promissores para a Coligação Democrática Unitária e para o PCP, tanto no desenvolvimento da sua actividade nas duas regiões autónomas como na luta que travam em todo o país.

Pelas condições em que este resultado foi obtido - intensa bipolarização somada a antigos défices democráticos da responsabilidade do PSD e de recentes e escandalosos golpes eleitoralistas do PS -, os membros e as organizações do PCP e os activistas e candidatos da CDU bem merecem as calorosas saudações que a Comissão Política do PCP lhes dirigiu e a que o «Avante!» gostosamente se associa.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português  
Rua Socorro Pereira Gomes  
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:  
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.  
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390  
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,  
7.º A, 1100 Lisboa.  
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.  
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:  
DISTRIBUIÇÃO ADE's  
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,  
— 1100 Lisboa  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11  
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:  
Até às 17 horas de cada sexta-feira:  
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL  
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:  
Tapada Nova  
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra  
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:  
Zona Industrial da Maia  
Sector IX  
Rua B.L. 227 — 4470 Maia  
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7.º A, 1100 Lisboa  
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão  
Heska Portuguesa, SA  
R. Elias Garcia, 27  
Venda Nova — 2700 Amadora  
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS \*

PORTUGAL (Continentes e Regiões Autónomas)	EUROPA
50 números: 6 750\$00; 25 números: 3 487\$50	50 números: 24 750\$00
ESPAÑA 50 números: 13 300\$00	EXTRA-EUROPA 50 números: 39 950\$00
GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE E MACAU — 50 números: 26 650\$00	

\* IVA e portes incluídos

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.



## ACTUAL

## Tímida e tardia

Aproveitando a «boleia» da divulgação de um estudo sobre as classificações dos exames nacionais do 12º ano / 1ª fase, referente a 95 por cento do universo dos estabelecimentos de ensino, a Secretária de Estado da Educação e Inovação anunciou há poucos dias a alteração ao esquema de classificação dos alunos do 12º ano, com o peso dos exames nacionais a diminuir de 40 para 30 por cento e a avaliação contínua a passar a valer 70 por cento.

Ainda presentes na memória os efeitos da desastrosa política do Ministério da Educação em relação à finalização do ensino secundário e ao acesso ao ensino superior e a forma pouco digna como o ministro tentou passar as culpas do descalabro dos exames nacionais para os simples autores e auditores de algumas provas onde se registaram erros; - a maneira como a Secretária de Estado apresentou agora a alteração ao esquema de

classificação dos alunos constituiu um expressivo exercício de hipocrisia.

Pela parte de um Ministério que absolutizou o papel dos exames nacionais na finalização do ensino secundário, sem cuidar das condições concretas em que eles iriam ter lugar; que desvalorizou a avaliação contínua dos alunos com o não disfarçado propósito de restringir artificialmente o acesso ao ensino superior; - não é revelador que seja agora apresentada a descida de dez pontos percentuais no valor dos exames nacionais tão-só como «um sinal da importância» que o Governo atribui à «avaliação contínua»?

Quanto aos argumentos de que a redução do peso dos exames nacionais não resulta de «um qualquer cálculo matemático» nem pretende disfarçar classificações como as verificadas há poucos meses, não traduzem eles algum desprezo pela inteligência nacional?

Dir-se-á que a medida anunciada, apesar de não fundamentada do ponto de vista pedagógico e científico, caminha no bom sentido. E que, pesporencia à parte, objectivamente, o Ministério da Educação acabou por assumir uma tímida e tardia atitude crítica em relação à dogmática anterior.

Os muitos alunos que, tendo sido aprovados no processo de avaliação contínua realizado nas suas escolas durante o ensino secundário, foram há poucos meses impedidos de concorrer ao superior porque os exames nacionais valiam 40 por cento e não os agora anunciados 30 por cento, - que estarão eles a pensar da «reengenharia» classificativa do Ministério da Educação?

■ Edgar Correia

## A parte pelo todo

Um dos mais recentes disparos da artilharia pesada que está pretendendo aprisionar as consciências em torno da «inevitabilidade» e «vantagens» da participação de Portugal na moeda única é a insistência na ideia de que os portugueses estariam dispostos a fazer sacrifícios para que tal objectivo fosse alcançado.

Talvez seja útil saber como esta ideia nasceu e qual é o truque que lhe tem dado vida e curso.

Rigorosamente, tudo começou com o título da notícia de um jornal (em 27/9) sobre uma sondagem relativa àquela questão. O título rezava de facto que «Portugueses admitem sacrificar-se pela moeda única» e, de então para cá, têm-se sucedido variadas formas de repetição desta ideia, como de uma verdade absoluta se tratasse. E até o Prof. Daniel Bessa entrou no coro, ao escrever no «Público» que «em resposta a um inquérito de opinião (...) os portugueses afirmaram-se dispostos a fazer sacrifícios para levar Portugal a aderir à moeda única europeia». O Prof. Bessa sublinhava ainda que estes resultados são importantes «pelo que revelam sobre o consenso atingido na sociedade portuguesa em relação a um projecto tão delicado quanto o da adesão à moeda única».

É agora altura de estragar esta festa dos propagandistas da moeda única, regressando à sondagem que esteve na origem destas milongas. É que os resultados publicados o que diziam é que 56,4% dos inquiridos declaravam aceitar fazer «alguns sacrifícios» (alguns, repare-se) e que 43,6% declaravam não aceitar fazê-los.

Depois desta informação crucial, será ainda necessário explicar que, com 43,6% dos inquiridos a declarar que não estão dispostos

a dar nada para esse peditório, só por grave distração ou intolerável manipulação é que se pode tomar a parte pelo todo e concluir abusivamente que «os portugueses afirmaram-se dispostos a fazer sacrifícios» em favor da moeda única? Será ainda necessário explicar que, com aquela dimensão da indisponibilidade para tais sacrifícios, só por ligeireza ou por deriva totalitária é que se pode ver «consenso» onde o que há é uma acentuadíssima divisão de opiniões e atitudes?

Como o Prof. Daniel Bessa também considerava que os resultados da sondagem (que, como já vimos, ou não leu ou tresleu) eram reveladores da «eficácia» dos «meios usados nessa comunicação [a favor da moeda única] com destaque para a televisão», talvez a conclusão mais benévola que se possa tirar é que a máquina de propaganda da moeda única é tão eficiente que até leva ao engano uma personalidade como o Prof. Daniel Bessa.

Mas desculpe-se-lhe qualquer coisinha. Afinal, no seu artigo, o Prof. Daniel Bessa, com aquela franqueza que só o honra, até nos deixava o seu insuspeito mas útil testemunho de que «o essencial dos sacrifícios» impostos pela moeda única estará, além da flexibilidade laboral e da «contenção» salarial, «no maior número de empresas que poderão falir», «nas falências que poderão surgir mais depressa» e «no maior número de postos de trabalho que poderão ser perdidos». Coisas magníficas, como se sabe.

■ Vítor Dias

## Desafio a JAL

Lido o primeiro período da rubrica «O que eles dizem...» (*Expresso*, 12/10), duas conclusões emergem de imediato: 1) JAL, o autor da rubrica, lê o «Avante!» e 2) JAL não lê outros jornais.

Ler o *Avante!* só lhe fica bem e constitui hábito saudável e positivo, na medida em que, nessa leitura, entre outras coisas, JAL recolhe informação que não lhe chegaria através de qualquer outro órgão de comunicação social. Mau é, no entanto, a meu ver, que JAL não leia outros jornais. Se o fizesse, não teria cometido aquela clamorosa gaffe (que lhe valeria um «Baixo» na sua outra rubrica) de considerar a resposta concreta de alguns dirigentes do PCP à crítica concreta feita às Teses por alguns jornalistas, como «ataque antecipado a eventuais críticas». ... E era até capaz de constatar que o «fogo cerrado e a destempe» foi disparado não da «trincheira comunista» mas de

alguns dos bunkers panorâmicos onde usam acoitar-se os lusos representantes da nova ordem comunicacional.

Ele sabe, embora finja que não, que o que está a dar é tratar o PCP com um pau de marmeleiro e os outros partidos com paninhos quentes; é insistir na aplicação repetida e rotineira do velho método de criticar o PCP não pelo que ele é, pelo que defende, pelo que propõe, mas por aquilo que os críticos decidiram que ele é, que ele defende, que ele propõe; é, ainda, noutra modalidade, burilar uma frase, dar-lhe «modernidade» q.b. e atirá-la com sobanceria provinciana e com a estulta convicção de que, pronto, aí está o PCP arrumado. Não vamos mais longe: olhemos para esse mesmo *Expresso* de 12.10 e ouçamos Vital Moreira (que, pelos vistos, já leu as «93 páginas das Teses») confessar que «é com algum desapontamento que vejo a clara

incapacidade do PCP para estabelecer uma relação saudável com o mundo actual» e que «não creio que toda a gente interessada nisso (no "aggiornamento do PCP") tenha saído já do PCP. Mas sinceramente não sei». É difícil definir uma ordem de prioridades para o enaltecimento de tão soberba inteligência: a esferográfica, elegantemente exibida entre o polegar e o indicador, e com a qual o Mestre pontua as suas originalíssimas reflexões?; a modéstia incomensurável daquele «sinceramente não sei»?; a explicação implícita do significado da expressão «estabelecer uma relação saudável com o mundo actual», ou seja: sair do PCP para se instalar, com cartão ou sem ele, nas bancadas do PS?

E que dizer da conclusão difundida também nesse *Expresso*, de que as Teses «consagram o fim dos apelos a uma "maioria de esquerda" PS-PCP que, du-

rante anos, caracterizaram as propostas comunistas de alternativa política»? Tãmanha novidade leva-nos a pensar que o seu autor acordou agora, após um período de hibernação de cerca de 20 anos...

Deixarei para outra altura a referência aos cálculos e aos critérios de JAL respeitantes ao número de militantes e de votantes do PCP. Nem o espaço da rubrica de JAL é suficiente para uma abordagem séria e profunda dessa questão, nem o espaço que me resta desta crónica chega para a adequada resposta.

E é tudo isto que me leva a fazer um desafio a JAL. Que é o seguinte: vamos discutir, os dois, as Teses do PCP. Com armas iguais: seriamente. Com inteligência, com honestidade intelectual, com respeito pelas inevitáveis e naturais divergências de opinião.

■ José Casanova

TIMOR  
a luta continua

Se há atributo que não pode negar-se ao Prémio Nobel da Paz é o seu significado e importância política. Seja qual for a decisão anual do Comité de Oslo, ela continua a ter um impacto internacional que concita à reflexão, provoca polémica, estimula energias e solidariedades. É natural que assim seja. Os Prémios Nobel, qualquer deles, do de Literatura ao de Economia, não estão à margem da vida social e da luta de classes. E o da Paz, mais do que qualquer outro, por mais «independente» que se proclame, terá sempre uma carga política incontornável.

O Prémio Nobel deste ano tem um sinal positivo. Sinal dum tempo em que se desenvolve a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos contra a «nova ordem» imperialista e que representa objectivamente um forte incentivo à corajosa luta do povo maubere pela liberdade, a autodeterminação e a independência e à intensificação da solidariedade internacional e internacionalista com essa luta.

A luta do povo timorense, sendo na sua essência uma luta pela paz, é antes do mais uma luta patriótica e nacional-libertadora contra o ocupante indonésio. Uma luta em que, frente à política de terror e genocídio da ditadura de Jacarta, a componente armada da resistência timorense tem desempenhado - a par do crescente desenvolvimento e diversificação da luta popular de massas - um papel decisivo. Ao contrário do que muitos possam pretender - e Jacarta tem pretendido -, a luta guerrilheira não tem constituído um obstáculo à paz mas um factor fundamental para que a paz seja alcançada, no respeito pelos direitos nacionais e humanos inalienáveis do povo timorense. Sem essa resistência armada travada em condições inacreditavelmente difíceis é mais que provável que a questão timorense estivesse há muito esquecida.

Esquecida e «arrumada», para tranquilidade de muita boa gente com «consciência social» que, solidária nas palavras mas «pragmática» e «realista» nos actos, não desdenharia uma solução, não na base do direito do povo maubere à autodeterminação e independência, mas uma «autonomia» no quadro da Indonésia ou outro arranjo «internacionalmente aceitável». As boas consciências ficariam tranquilizadas e os muito chorudos negócios do grande capital com a Indonésia poderiam finalmente sair da clandestinidade e desenvolver-se sem entraves.

O Nobel da Paz de 1996, mais do que um «prémio», é uma conquista do povo timorense em luta e da solidariedade internacional, não podendo também desligar-se da evolução da situação na própria Indonésia com o ascenso da luta democrática e popular contra a ditadura sanguinária do general Suharto. É uma decisão particularmente incómoda para a Indonésia, como o é para numerosos países da União Europeia e, sobretudo, para os EUA que, tripudiando compromissos e normas básicas do direito internacional, continuam a apoiar a ditadura de Jacarta e inclusive a fornecer-lhe abundante material militar, tornando-se assim directamente responsáveis pelo drama do povo timorense.

É por isso particularmente inquietante que, precisamente no momento em que é obrigação da diplomacia portuguesa dar provas de iniciativa, firmeza e coragem política em relação à questão timorense, não só pretenda chamar a si méritos que não tem, como pretenda estendê-los aos «amigos e aliados da União Europeia e dos EUA». Foi o que Jaime Gama fez, no próprio dia em que o Prémio Nobel foi conhecido, no preciso momento em que o porta-voz da Casa Branca confirmava com arrogância reconhecer a integração de Timor-Leste na Indonésia e a entrega à ditadura da mais material militar. Nem uma palavra sobre novas iniciativas para desbloquear a solução do problema timorense, para forçar o cumprimento das resoluções da ONU, para romper com a modorra enganadora das negociações com a Indonésia. Nem uma palavra sobre a ajuda efectiva, politicamente assumida e desinteressada à resistência timorense. Mas o «amigo americano» não foi esquecido.

Aqui fica o registo de tão insólita posição. Com a confirmação da solidariedade de sempre do PCP para com o povo maubere, a resistência timorense, a Fretilin.

■ Albano Nunes



## As dificuldades da RTP

Segundo as conclusões do Plano de Reestruturação da RTP, avançados pelo Público, a RTP encontra-se em situação de falência técnica desde 1995. O Plano estabelece as grandes linhas orientadoras da televisão pública até ao ano 2.000, onde avulta a previsão de um investimento de quase 100 milhões de contos, a «dispensa» de 800 trabalha-

dores, a associação com interesses privados, a entrada em novos serviços (como o «pay TV» e o «video on demand»), a aquisição de novas instalações com a consequente alienação de património e a absorção da Edipin (uma empresa privada que tem vivido à custa das encomendas da RTP) pela própria televisão pública. Antes do apareci-

mento das televisões privadas, a RTP vivia principalmente das receitas publicitárias e da taxa de radiotelevisão, que, em 1991, o então primeiro-ministro Cavaco Silva decidiu abolir, privando a RTP de uma receita de 5,2 milhões de contos/ano, ao mesmo tempo que a obrigava não apenas a ceder o seu sistema de transporte e de difusão de sinal a uma empresa privada (a Teledifusora de Portugal) criada para «administrar» esse sinal pelos canais públicos e privados, como também a pagar esse sinal, que era seu. O Plano de Reestruturação, agora vindo a lume, considera que estes dois factores «constituíram um golpe na situação económico-financeira da RTP, que a partir de 1993 entrou em colapso financeiro».



## Caminhos-de-Ferro em Congresso

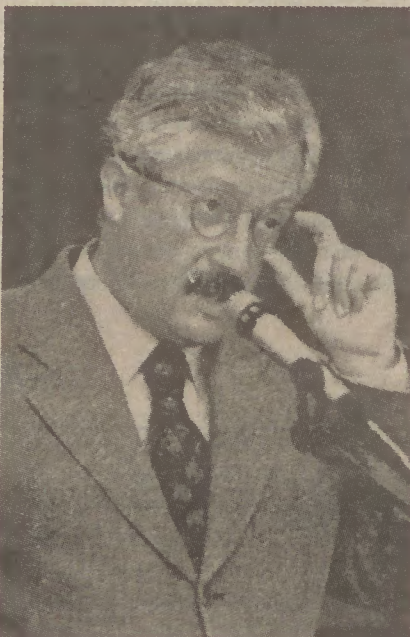
Realiza-se esta semana, na Gulbenkian, o I Congresso Ferroviário Nacional, com a participação de meio milhão de especialistas e pessoas ligadas ao sector. É a primeira vez que, em Portugal, se faz uma reunião desta envergadura para discutir os caminhos-de-ferro portugueses, cuja crise se tem aprofundado ao longo dos últimos anos em consequência de políticas governamentais de cariz ultraliberal, onde imperou a alienação e o desprezo da importância estratégica deste meio de transporte para o desenvolvimento do País, a favor da satisfação de interesses privados. Desde 1986 fecharam 900 quilómetros de linhas, desafectaram-se

duas centenas de estações e foram suprimidos 8.000 postos de trabalho, sem que, com isso, o défice galopante da CP tivesse sido estancado. Entretanto, a estratégia apontada pelo governo socialista para o sector parece querer prosseguir, no essencial, os ruins caminhos seguidos pelos governos de Cavaco Silva, nomeadamente abrindo os sectores rentáveis dos caminhos-de-ferro à cobiça dos interesses privados e onerando o Estado com a responsabilidade do que não é rentável, ao mesmo tempo que se desenha uma perversa «transferência» de responsabilidades nesta matéria para as autarquias e as regiões.

## Plano Mateus «adapta-se»

O Ministério das Finanças, através do seu responsável, Sousa Franco, apresentou em reunião extraordinária do Conselho de Ministros uma proposta de lei, a enviar à Assembleia da República, visando alterar cinco artigos do Regime Jurídico das Infracções Fiscais Não Aduaneiras (RJIFNA). Com as alterações introduzidas, o Governo pretende «clarificar» que a competência de suspensão do processo-crime continua a ser do Ministério Público, mas «abrindo» a possibilidade de arquivamento por «extinção da responsabilidade criminal» sempre que se confirme «a certificação formal da regularização da situação fiscal pelo pagamento, em concreto». Ou seja, depois de cumpridos os pagamentos, e caso o contribuinte infractor não incorra em

pena de prisão (como nas facturas falsas, onde há acusações de burla e falsificação), extingue-se a sua responsabilidade criminal, onde quer que esteja o processo. O objectivo desta proposta pretende, fundamentalmente, «tranquilizar» os meios empresariais, onde proliferou a evasão fiscal, de modo a fazê-los aderir ao chamado «Plano Mateus», mas está a levantar reservas não apenas no seio do Governo, mas por parte da Procuradoria-Geral da República, que teme a possibilidade de tais alterações abrirem caminho ao arquivamento automático dos processos. Afirmou, a propósito, Cunha Rodrigues, Procurador-Geral da República, que «não seria curial ser o poder político a determinar automaticamente o arquivamento quando isso está definido pela lei geral».



## Áustria guina à direita

Nas eleições para o Parlamento Europeu realizadas pela primeira vez na Áustria, o partido conservador ultrapassou o partido social-democrata, que desceu para o segundo lugar, enquanto a extrema-direita do «Partido da Liberdade» (FPO) subiu espectacularmente para terceiro lugar, obtendo 28% dos votos e seis dos 21 lugares no Parlamento Europeu que estavam em disputa. Os resultados puseram as três formações políticas praticamente ao mesmo nível, com os conservadores com 29,5% dos votos expressos, os sociais-democratas com 29,3% e a extrema-direita com

28%. O discurso do FPO, que teve agora um desmesurado eco no eleitorado austríaco, é praticamente o mesmo da extrema-direita francesa de Le Pen, assente no chauvinismo nacionalista e no racismo xenófobo.

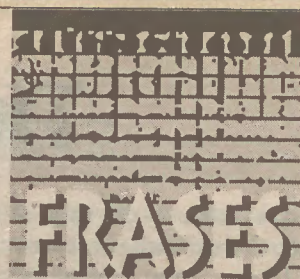
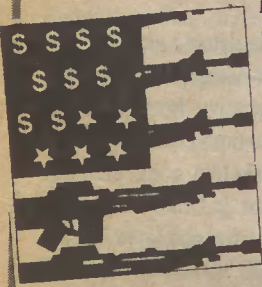


## Clinton e a Indonésia

Rebenta um escândalo na campanha eleitoral para as presidenciais norte-americanas com a denúncia, feita pelo Partido Republicano, de que a candidatura de Bill Clinton tem sido financiada

por um casal de banqueiros indonésios estreitamente ligados à ditadura de Suharto. Só este ano, os

referidos banqueiros teriam contribuído com meio milhão de dólares para a campanha do actual presidente dos EUA, tendo o Senado já pedido uma «investigação independente» sobre o caso. A candidatura de Bill Clinton procurou, de imediato, minimizar os factos, sem todavia conseguir esconder, por exemplo, que o actual presidente recebeu pessoalmente o referido casal de banqueiros pelo menos três vezes, durante este seu mandato.



“Não me quero sobrevalorizar. Mas a minha convicção é que se tivesse concorrido outra vez, ganhava.”

(Mota Amaral das televisões, 14.10.96)

“Se Mota Amaral fosse candidato, não só não ganhava, como perdia.”

(Álvaro Dâmaso «Público», 15.10.96)

“Não é legítimo fazer esse tipo de comentário.”

(Marcelo Rebelo de Sousa, citado em «Público», 14.10.96)

“Solidarizo-me integralmente com o resultado do PSD. Solidarizo-me integral e pessoalmente com o doutor Álvaro Dâmaso. Só por uma requintada hipocrisia farisaica se pode pensar que o meu comentário queria prejudicar Álvaro Dâmaso.”

(Mota Amaral, citado em «Público», 14.10.96)

“É evidente que nos Açores se optou por um estilo de governação mais virada para dentro...”

(Marcelo Rebelo de Sousa, «em conversa com o "Público"», 14.10.96)

“Nestes últimos seis meses houve, no PSD, uma espécie de "lamber de feridas", mas o Congresso virou essa página.”

(Marcelo Rebelo de Sousa «Jornal de Notícias», 10.10.96)

“Cavaco (Silva), se quiser, será por natureza o candidato presidencial do PSD em 2001.”

(idem)

“Marcelo é visto pela maioria dos portugueses como um homem para quem a política constitui um fim. Como um político que se esgota nos jogos de bastidores...”

(José António Saraiva, «Política à Portuguesa» - «Expresso», 12.10.96)

“Penso que o PP está morto e estamos apenas a adiar o funeral, o que tem consequências desagradáveis, já que as coisas começam a cheirar mal.”

(José Horta e Costa «Semanário», 12.10.96)

“Não fazia sentido que o PSD proclamasse uma identidade de propósitos com os objectivos do Governo e do PS e compromettesse o Orçamento.”

(Jorge Lação «Independente», 11.10.96)

“A transferência de 17 milhões, de duas empresas públicas, para os bolsos do sr. Champalimaud permitiu-lhe construir um dos maiores grupos financeiros sem desembolsar um único escudo próprio.”

(Octávio Teixeira, durante a discussão sobre o pedido de inquérito parlamentar, na AR, citado em «Expresso», 12.10.96)

“Em matéria de lixo a situação em Portugal é muito má.”

(Ritt Bjerregaard, comissária europeia para o Ambiente - «Expresso», 12.10.96)



# Eleições nos Açores e da Madeira CDU sobe votação e reforça posições

Nos Açores e na Madeira, a CDU - Coligação Democrática Unitária registou «promissores progressos eleitorais», considera a Comissão Política do PCP, salientando um aumento global da votação, a derrota do PSD nos Açores e a eleição de mais um deputado regional da CDU na Madeira.

Analisando os resultados das eleições realizadas no domingo para as Assembleias Legislativas da Madeira e dos Açores, a Comissão Política do CC do PCP, em nota à imprensa, salientou como «aspectos particularmente relevantes os promissores progressos eleitorais alcançados pela CDU naquelas duas Regiões Autónomas e a derrota sofrida pelo PSD nos Açores que põe termo a vinte anos da sua hegemonia política».

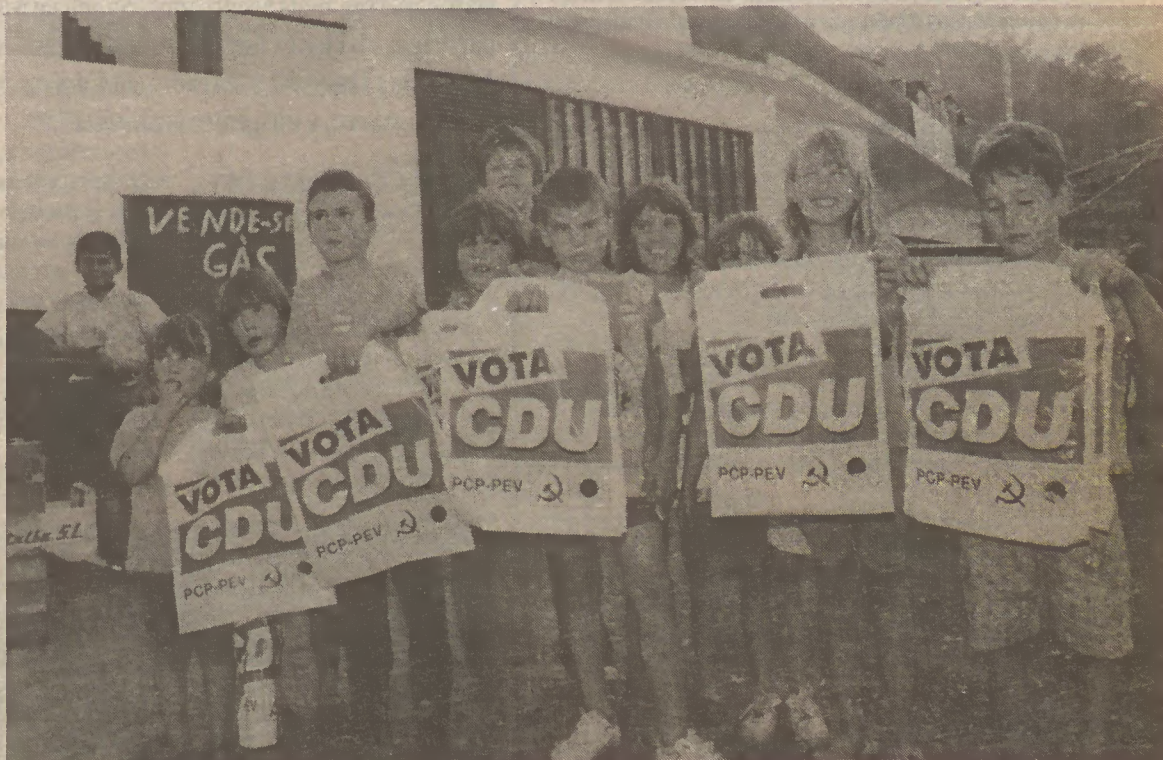
O texto da Comissão Política sublinha que «merece uma justa valorização o facto de, na Região Autónoma da Madeira, a CDU ter subido de 2,9% para 4,1% e ter eleito mais um deputado que em 1992 (dois no total o que lhe permite formar um grupo parlamentar).

«Na Região Autónoma dos Açores, a par da manutenção da eleição de um deputado, verificou-se também um positivo progresso da CDU em termos de

votação traduzido na obtenção de 3,5% (para 2,3% em 1992). De registar ainda que a CDU foi a força mais votada no círculo das Flores.

Adquire ainda um significado que ultrapassa o âmbito regional o facto de estes progressos eleitorais da CDU se terem registado em situações de uma fortíssima propaganda da «bipolarização» entre PS e PSD.

«A Comissão Política do PCP saúda calorosamente as organizações e membros do Partido e todos os activistas e candidatos da CDU nas Regiões Autónomas pelo magnífico trabalho e esforço desenvolvidos em condições particularmente difíceis, e salienta que os resultados alcançados no passado domingo pela CDU representam seguramente



um novo estímulo e um factor de acrescida confiança para a dinamização e ampliação da sua intervenção ao serviço dos interesses das populações da Madeira e dos Açores.»

## Primeira força no círculo das Flores

Pela primeira vez, a CDU/Açores ganhou um círculo eleitoral - o da ilha das Flores - obtendo 33 por cento dos votos. Eleito pela terceira vez consecutiva, Paulo Valadão, médico veterinário e membro do secretariado da DORAA do PCP, vai para a Assembleia Legislativa Regional, em 1988, renovando o seu mandato nas eleições de 1992, ano em que a CDU é terceira força política nas Flores.

O bom trabalho realizado, a fortíssima ligação do deputado aos cidadãos e aos seus problemas, a amplitude e coesão interna da organização ao Partido e a presença marcante da CDU na vida social e autárquica, constituíram a chave para a grande vitória obtida agora nas ilha das Flores.

Também termos regionais, a Coligação conseguiu uma acentuada subida. De 2640 votos (2,3%), passou para 3971, o que representa 3,5%, contrariando assim a tendência bipolarizadora, entre PSD e PS, e iniciando uma recuperação eleitoral já significativa.

A subida eleitoral verificou-se em todo o arquipélago, com excepção da ilha de S. Jorge, que manteve o resultado de 1992, e foi significativa nas Flores, onde passou de 20,4% (1992) para 33,4% (1996); no Faial de 4,4% para 5,5%; em S. Miguel de 2,2% para 3,8% e em Santa Maria, de 0,6% para 1,5%.

Debatendo-se com falta de meios, a CDU apostou num trabalho intenso que privilegiou a aproximação às populações e a apresentação de propostas concretas. Numa perspectiva clara de transformação regional, os principais dirigentes da Coligação defenderam mais justiça social e mais democracia, apresentaram medidas concretas para a viabilização da economia, insistindo na necessidade de não se verificarem maiorias absolutas, o que veio a acontecer.

Dos quatro objectivos definidos pela Coligação, três foram alcançados: a CDU cresceu eleitoralmente (de 2,3% para 3,5%), participando na derrota do PSD; manteve a representação parlamentar que existe desde 1984; e contri-

bui, com o seu crescimento e com a eleição de um deputado, bem como uma campanha eleitoral firme, para que não se verificassem maiorias absolutas.

Por concretizar ficou o objectivo político de constituir Grupo Parlamentar na ALR, através da eleição do coordenador do PCP/Açores, José Decq Mota, candidato por S. Miguel.

Não obstante, o crescimento eleitoral em S. Miguel foi significativo, permitindo que a CDU alcançasse o segundo maior resultado de sempre, depois de 1984.



Paulo Valadão reeleito pela terceira vez no círculo das Flores, onde a CDU venceu as eleições

### Sistema distorcido

Sentindo-se penalizada pelo actual sistema eleitoral a Coligação considera necessário que o sistema seja revisto «respeitando a proporcionalidade e garantindo, ao mesmo tempo, a representatividade de cada ilha». De facto, ao mesmo tempo que cerca de 20 deputados foram eleitos com menos de 2 mil votos, a CDU não conseguiu eleger o seu cabeça de lista apesar de ter obtido um total de 2169 votos, contra 1253 em 1992.

Da análise geral dos resultados eleitorais, sobressai a derrota do PSD, que desce significativamente (de 53,6% em 1992, para 41%) e a subida do PS (de 36,4% para 41,8%), do PP de 4,6% para 7,3%) e da CDU de 2,3% em 1992 para 3,5% em 1996). Entretanto, a UDP sobe muito ligeiramente, obtendo 0,9%, e PDA quase que desaparece, conseguindo uns residuais 0,3%.

Mas se em número de votos o PS tem uma vantagem em cerca de 5 mil votos, o mesmo já não acontece em número de mandatos - 24 *ex-aequo* com o PSD. O PP conquista 3 mandatos, um dos quais com 88 votos na Ilha do Corvo, e a CDU 1. Neste quadro, o PCP/Açores defende que o PS, o partido mais votado, forme Governo e apresente o seu programa na ALR.

## O melhor resultado de sempre

Foi simplesmente o melhor resultado da CDU, quer em termos de percentagem, quer em número de votos e de deputados. Com a eleição de dois candidatos, Edgar Silva, independente, e Leonel Nunes, membro da DORAM do PCP, ambos eleitos pelo círculo do Funchal, a Coligação pôde constituir um grupo parlamentar na Assembleia Legislativa Regional, aspecto que assume grande importância para actividade local.

Acresce que, ao conquistar 4,1 por cento dos votos, a CDU viu duplicar a sua votação, ultrapassando a UDP e afirmando-se como a quarta força política no arquipélago.

Fazendo uma breve análise aos resultados, o PCP/Açores anota que «o PSD voltou a ganhar com uma maioria absoluta»



Edgar Silva (independente) e Leonel Nunes, membro da Direcção Regional e do CC do PCP, foram eleitos deputados, ambos pelo círculo do Funchal

alertando desde já para a previsível intensificação da «política anti-social dos últimos anos». Os comunistas afirmam que «a utilização abusiva de todo o aparelho de Estado, a repressão económica e falta de alternativa eleitoral credível» terão estado «entre as principais causas desta vitória eleitoral da direita na Região Autónoma da Madeira».

Por outro lado, o PS «é um dos grandes derrotados nestas eleições. A luta premente dos seus dirigentes pelo tacho, sobrepondo-se aos interesses dos madeirenses, levou ao descrédito total dos seus dirigentes, do seu projecto como alternativa ao PSD», considera o PCP/Açores.

Derrotas sofreram ainda o PP/M e a UDP/M, este último baixando de votação e perdendo um deputado, o que o coloca em quinta força política. Por último, o PSN, que tinha um deputado na ALR, praticamente desapareceu nestas eleições.



## SETÚBAL Câmara «mancha» prestígio

No momento em que o Prémio Nobel é atribuído a D. Ximenes Belo e a Ramos Horta, como reconhecimento implícito da corajosa luta do povo maubere pela liberdade e independência, a Câmara Municipal de Setúbal, através de um vereador do Partido Socialista, ordena o despejo do Grupo Cultural Recreativo Tata-Mai-Lau, de que fazem parte timorenses do Bairro da Bela Vista.

Sob a forma de «rescisão de contrato de comodato», este despejo foi consumado com a confiscação abrupta das chaves por um fiscal camarário, sem que tenha havido contacto prévio com o Grupo.

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, ao mesmo tempo que repudia e exige a suspensão desta medida, «que mancha» o prestígio da Câmara Municipal, solidariza-se com a comunidade timorense e a luta do povo maubere.

## GUIMARÃES Cedência chocante

A decisão da União Europeia de antecipar os prazos para a entrada livre na Europa de alguns artigos têxteis e de Vestuário é «injusta» e contradiz declarações do ministro da Economia.

A denúncia cabe ao Secretariado da Concelhia de Guimarães do PCP que considera ainda que Portugal «não só não exigiu que até 2005 os prazos fossem respeitados, como cedeu num segmento que o ano passado exportou mais de 17 milhões de contos, emprega milhares de trabalhadores e é determinante (...) para a economia de algumas regiões».

O procedimento da UE e a atitude do Governo fazem temer o pior e chocam tanto mais quanto não têm correspondência: qualquer empresário que tente, por exemplo, exportar para a Turquia depara «com mil e uma habilidades alfandegárias» e burocráticas por parte dos turcos no sentido de dificultar a entrada dos seus artigos.

## COVILHÃ Situação insustentável

Na avaliação que faz sobre as condições de abertura do novo ano lectivo no concelho, o Executivo da Comissão Concelhia da Covilhã afirma que foram goradas as expectativas dos que esperavam pela «avassaladora paixão rosa».

Inúmeras escolas estão sobrelotadas, outras funcionam em instalações degradadas; os espaços desportivos mantêm-se no estado de promessa e outros quase concluídos ficam por abrir à espera de acessos e pequenos arranjos; refeitórios encerrados; uma única psicóloga para todo o distrito; transportes escolares que não chegam a todas as escolas, algumas delas sem telefone; enfim... «uma situação indesculpável e insustentável» que é da responsabilidade da Câmara Municipal e da Direcção Regional Escolar.

Considerando que estes são alguns dos problemas que «poderiam e deveriam ter sido resolvidos», a Concelhia do PCP exige que o Governo PS e o Ministério da Educação passem a «uma nova política na área educativa».

## LISBOA Diálogo armadilhado

«Pouco a pouco» os trabalhadores da função pública «vão sentindo que o pretenso diálogo do Governo PS é uma forma de os afastar da luta». Mas como conhecem «a real possibilidade e necessidade de um aumento salarial que cubra os ganhos de produtividade», dela não abdicarão até «fazer acordar o Governo».

O aumento nominal de salários de 2,4 por cento que o Governo propõe, sendo mais que certo que não cobre a inflação deste ano, significaria mais um ano de perda real do poder de compra dos trabalhadores. É um valor que nos dá «uma imagem real da política de classe deste Governo», afirma o Secretariado do Organismo de Direcção da Função Pública do PCP.

E denuncia: enquanto tenta conter as despesas públicas «apertando o cinto de quem trabalha», o Governo oferece «chorudos» salários a alguns quadros dirigentes da Administração Pública, «desunha-se na contratação (...) de adjuntos e mais adjuntos de ministros» e prepara-se para «escandalosamente» diminuir os impostos cobrados em IRC.

## OVAR Sobrevivência ameaçada

Os pescadores do concelho de Ovar vivem uma grave situação económica que lhes advém dos resultados de miséria obtidos mais uma vez este ano na pesca com arte xávega e do facto de continuarem a ser proibidos de trabalhar com as «majoeiras», a única alternativa de sustento que têm no inverno.

Responsabilizando os sucessivos governos - primeiro do PSD e agora do PS - por esta situação e pela perseguição que movem aos pescadores por «teimarem em dar de comer às suas famílias», a Comissão Concelhia de Ovar do PCP afirma que o Governo não cumpriu as suas promessas eleitorais, designadamente em relação à construção do posto de vendagem de Esmoriz, e felicita os pescadores do concelho Ovar e do distrito de Aveiro, cuja sobrevivência depende da pesca com arte xávega, por terem com a sua luta conseguido a regulamentação desta arte.

# Pobreza e exclusão social envergonham Lisboa

Com vista à preparação da Audição sobre «Pobreza e Exclusão Social no Distrito de Lisboa» que se realiza no próximo dia 19, sábado, no Centro de Trabalho Vitória, a direcção do PCP da Zona Oriental de Lisboa promoveu uma visita a alguns locais da cidade onde estes casos são mais acentuados. Na iniciativa participaram eleitos nas autarquias e presidentes de Juntas de Freguesia, o vereador da Câmara Municipal, António Abreu, e dirigentes locais do PCP.

Na Paróquia de S. João, o primeiro dos locais visitados - a receber esta delegação estavam o Prior Artur e a Irmã Ângela que deram algumas informações sobre a situação que se vive naquela zona, particularmente na Curraleira e S. João, onde os casos de pobreza e exclusão são mais visíveis. Barracas, fome, abandono de idosos são o quotidiano daquela

zona, em relação à qual se verifica uma distanciação crescente dos organismos sociais e do Estado que, com a concentração que está a fazer destes serviços, impede a assistência a idosos e pessoas com mais dificuldades.

A Paróquia tenta remediar esta situação mas a falta de meios é muita, diz o padre Artur. A própria Junta de Freguesia acabou

com o gabinete de atendimento que possuía.

O Páteo José Maria Rego, no Beato, tem também uma longa história de abandono de idosos. Naquela antecâmara de morte as pessoas perdem a noção do tempo. À pergunta sobre que idade tinha, responde uma mulher «...86, 88, não me lembro!». Casas muito antigas e a cair, onde os senhorios se recusam a fazer obras, completam o panorama de um *ghetto* onde reinam as doenças crónicas e onde o sonho maior é ter «uma barraquinha».

A Quinta dos Cravos, em Chelas, prova à saciedade os alertas do PCP sobre o problema da legalização de imigrantes clandestinos, ainda por fazer. Nesta zona habitada fundamentalmente por comunidades africanas (e onde

uma barraca chega a albergar 17 pessoas), a exclusão social é uma chaga aberta. O receio de falar instalou-se aqui, onde imigrantes há que trabalham. Outros não. E outros ainda, completamente alcoolizados, passam o dia a «hibernar» nas barracas.

Esgotos a céu aberto, lixos, águas inquinadas fazem deste local, que só por ironia se pode chamar de Quinta dos Cravos, um paraíso de ratazanas, companheiras privilegiadas de brincadeira das crianças.

Na Quinta do Saloio, em Santa Engrácia, onde terminou a visita da delegação comunista, não se pode dizer que a situação seja muito melhor. Problemas muito acentuados de fome e pobreza, coadjuvados por outros de insalubridade e falta de higiene, levaram ao aparecimento de um grande foco de tuberculose na zona, onde se está a realizar - não por acaso - um rastreio da doença.

Situações como as que no sábado passado puderam ser constadas aqui, a dois passos do centro de Lisboa, radicam em políticas erradas, quer sob o ponto de vista económico quer sob o ponto de vista social. Em políticas enfeudadas ao grande capital, geradores de desemprego, de desigualdades, de fome e miséria encobertas, como as que PSD e PS têm seguido. Em políticas profundamente injustas, que envergonham Lisboa, envergonham a democracia portuguesa, envergonham-nos a todos.



Políticas económicas e sociais erradas estão na origem do alastramento das manchas de pobreza e exclusão social.

## Coimbra quer reforço de verbas

A proximidade da discussão sobre o Orçamento de Estado para 97 leva a que nas várias regiões do país se discutam as carências existentes e as obras e investimentos a reivindicar.

Também as várias organizações do PCP em Coimbra, após uma análise aprofundada, apresentam diversas propostas para alteração, reforço ou acrescento do OE, esperando que PSD e PS não voltem a inviabilizá-las como em anos anteriores.

A Comissão Concelhia de Coimbra elencou, assim, 16 propostas consideradas prioritárias e que abrangem os sectores de Educação e Desporto, Cultura/Património e Ambiente, Transportes Urbanos/Rede Viária e Cuidados Primários de Saúde.

A estas propostas, o Organismo da Serra de Coimbra acrescenta várias outras, algumas também no sentido da melhoria dos transportes e comunicações e da preservação e valorização do ambiente e

do património histórico, outras da segurança dos cidadãos e do reforço dos equipamentos desportivos, culturais e desportivos.

O Sector da Agricultura da DORC, por sua vez, considera indispensável que no OE/97 seja afectada uma verba de 2,5 milhões de contos para a retoma, aceitação e concretização das Obras do Mondego, considerando «inadmissível que, após a conclusão apressada do canal que abastece de água as celuloses», esta obra

tenha sido relegada para segundo plano.

A par desta reivindicação, o PCP solidariza-se com a luta dos orizicultores por preços justos à produção e contra a invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros e, em relação aos produtores de leite, rejeita firmemente novas descidas do leite à produção e defende a diminuição dos factores de produção, como gasóleo e rações, e a atribuição de um subsídio à recolha do leite pelo Sector Cooperativo Leiteiro.

### CAMARADAS FALECIDOS

#### Artur Pereira Moreira

Faleceu recentemente, vítima de doença incurável, o camarada Artur Pereira Moreira, operário metalúrgico, de 47 anos. Destacado activista sindical, este camarada foi eleito para a Direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro. Empenhado igualmente na actividade autárquica, foi eleito da Assembleia de Freguesia de Macieira de Sarnes, onde residia, e posteriormente da Mesa do mesmo órgão de poder local. Militante do Partido desde 1976, Artur Moreira pertencia à Direcção Regional de Aveiro do PCP e à Comissão Concelhia de S. João da Madeira.

#### Noémia Maria Filipe Gomes

Com 65 anos de idade, faleceu no passado dia 13 de Outubro a camarada Noémia Maria Filipe Gomes. Tia de Ramos Horta, da Fretilin, esta camarada encontrava-se organizada na freguesia de Santa Isabel.

#### José Manuel Gomes Ventura

Com 58 anos, após doença prolongada, faleceu em Hamburgo, para onde emigrara em 1961, o camarada José Ventura. Muito activo, este camarada desenvolveu trabalho na Associação de Estudantes do IST entre 1955 e 1960 e participou activamente na campanha eleitoral de Humberto Delgado. Foi responsável pela organização local, integrou o Organismo de Direcção Nacional na Alemanha e, nas eleições legislativas de 1995, foi candidato da CDU pelo círculo da Europa.

#### Guilherme José Alturas

Vítima de doença prolongada, faleceu com 59 anos, no Couço, de onde era natural, Guilherme José Alturas. Dirigente da Reforma Agrária e muito

estimado na região, no seu funeral incorporaram-se centenas de camaradas e amigos, da freguesia e de localidades vizinhas, e dirigentes locais e regionais do Partido.

#### Mário Joaquim da Cruz

Faleceu, vítima de acidente, o camarada Mário Joaquim da Cruz, de 46 anos de idade. Membro do Partido desde 1983, fazia parte da célula da Câmara Municipal de Coruche.

#### Manuel Chaveiro Coelho

Faleceu, no dia 13 de Outubro, o camarada Manuel Chaveiro Coelho. Destacado militante, o seu exemplo de dedicação e militância grangearam-lhe o respeito e amizade de todo o colectivo partidário e da comunidade local.

#### Álvaro Correia Henrique da Silva

Com 52 anos, faleceu em Setúbal, de onde era natural, o camarada Álvaro Correia Henrique da Silva. Membro do Partido desde 1976, foi activista sindical antes do 25 de Abril no sector dos bancários, onde gozava de grande prestígio.

Eleito durante vários mandatos para a Assembleia Municipal de Setúbal, estava organizado na célula dos bancários.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## AVEIRO

## Situaco degradada-se

Na apreciao que fez sobre a situao sociolaboral no concelho, a Comissão Concelhia de Aveiro do PCP considera que a mesma se tem vindo a agravar.

Denunciam os comunistas o caso da Renault, onde os trabalhadores, através da greve, obrigaram a Administrao a recuar nas suas pretensões de aplicar desde logo a flexibilidade e a polivalência. Como represália, os trabalhadores são agora sujeitos a perseguies e tentativas de amedrontamento, com instaurao de processos disciplinares aos dirigentes sindicais, ameaças de despedimentos, cortes nas regalias salariais.

A Inalba e a Articus, onde para além dos slarios em atraso os trabalhadores vem com insegurança o futuro dos seus postos de trabalho, são ainda exemplos de uma situao mais generalizada «decorrente da impunidade com que o patronato afronta os direitos dos trabalhadores, a coberto de um Governo com rótulo de socialista», diz o PCP que aponta a luta como o caminho para uma nova política.

## V.N.FAMALICÃO

## Promessas não cumpridas

A realidade prometida pelo Governo do PS  bem diferente da vivida pelos trabalhadores, afirma por sua vez, a Concelhia de Vila Nova de Famalicão, considerando que cada vez mais «as empresas empurram os trabalhadores para a rescisão do contrato ou despedem compulsivamente».

Entretanto, o que se verifica  o aparecimento de mais empresas a engrossar esta situao: a Landifios não cumpre o estipulado no contrato e encontra-se com subsídios e slarios em atraso; a Fitor quer obrigar a turnos nos fins-de-semana; a Têxtil Eléctrica paga o subsídio de férias a prestaes e quer também obrigar a turnos nos fins-de-semana, sendo que durante a semana os trabalhadores estão parados; a Faconcinha aproveita o período de férias para informar os trabalhadores que a empresa encerrou; a Ferunave encerra para abrir noutra local com novo nome, deixando por pagar subsídio de Natal de 95, subsídio de férias e ainda os meses de Julho e Agosto; na Viúva & Filhos os trabalhadores vo de férias sem o respectivo subsídio.

## BRAGA

## As mesmas dificuldades

Também em Braga, os comunistas se mostram preocupados com a situao política e social, como se constata pela nota que a Direco da Organizao Regional enviou  comunicao social.

Os trabalhadores da Grunig continuam com slarios em atraso respeitantes ao ano passado (cerca de 12 mil contos) e os referentes aos últimos meses deste ano, encontrando - na opinião da DORBA - «as mesmas dificuldades com o Governo PS que encontravam com o Governo de Cavaco Silva».

Sobre o Plano Rodoviário Nacional e a rede de acessibilidades do distrito, diz o PCP que não pode deixar de denunciar o caráter discriminatório de que o Nordeste Transmontano mais uma vez  vítima. «O plano que o Governo agora apresenta defrauda as expectativas» - denuncia -, sendo «significativo» que ao mesmo tempo a Câmara Municipal de Bragança, de maioria PS, tenha negociado um protocolo com a CP, para o encerramento definitivo da linha do Tua, que implica ainda o pagamento de 260 mil contos a esta empresa.

## SANTIAGO DO CACÉM

## Atraso inadmissível

Em Santiago do Cacém, o Executivo da Comissão Concelhia do PCP, abordando questões referentes  E.N. 121 (troço Ermidas/Santiago), considera positiva a perspectiva de construo do I.P.8 coincidente com o actual trao da referida estrada. Ao mesmo tempo, e tendo em conta o estado de degradao em que esta se encontra, decidiu exigir das entidades competentes «a repavimentaco de to importante via de ligao do Interior ao Litoral».

 Inadmissvel - dizem - que os utentes desta estrada assistam  degradao diria das suas viaturas e que, após tantos contactos e solicitaes, quer da populao quer das autarquias, o problema se mantenha.

## LISBOA

## Sai «Informo»

O «Informo»  uma publicao do Sector Intelectual que visa facilitar a circulao de informao no Sector, destinando-se prioritariamente aos membros da Direco do Sector e dos Organismos de Direco dos vários sectores que o integram.

Contendo, neste momento, apenas chamadas de ateno muito sintéticas sobre problemas, questões e iniciativas no âmbito cultural, social, político e participativo do mais variado tipo, a sua dimensão e conteúdo dependerá do volume de informao recebida, a que não será dado qualquer tratamento especial.

As informaes para publicao devem ser enviadas por qualquer camarada durante a última semana de cada mês, dirigidas  Comissão de Apoio  Direco do Sector Intelectual de Lisboa do PCP - C.T. Vitória, Av. da Liberdade, 170 - 1250 Lisboa.

IV Assembleia do Sector Público  
Reforçar estrutura orgânica

Com a presença de 95 delegados e alguns convidados, realizou-se no passado sábado, no Centro de Trabalho Vitória, a IV Assembleia de Organizao do Sector Público da ORL, cujos trabalhos foram encerrados por José Casanova, membro da Comissão Política.

Na Assembleia, que teve como objectivo a discussão do projecto de Resoluo Política, debatido anteriormente pela organizao, e a eleio do novo organismo de direco, foram proferidas 26 intervenes abordando fundamentalmente as medidas necessárias para o reforço do Partido e da sua estrutura orgânica.

Questões como a dinamizao da luta contra a privatizao da EDP, pela manuteno da posio maioritária do Estado no capital da Portugal Telecom ou contra a anunciada liberalizao do sector dos Correios, foram motivo de algumas intervenes, onde também se teceram acesas críticas ao PS e aos seus quadros nestas empresas.

Depois de ter sido referido que, em 1995, s cinco empresas do sector apresentaram de lucros 123 milhões de contos e seis pagaram de IRC 103 milhões de contos, fácil foi concluir que  o seu papel estratégico e a sua rentabilidade que estão na base desta política de privatizaes.

Motivo de preocupao foi também a EPAL, cuja sobrevivência está ameaçada pela descapitalizao que em relao a ela tem sido praticada.

De salientar, contudo, na discussão havida,  a manifestao de grande confiança no Partido, na organizao do sector e na continuao da luta que, apesar

das e aproveitadas, foram problemas também tratados pelos comunistas do sector.

Para o reforço da organizao do Partido foram definidas cinco direces essenciais: alargamento da militância, com uma maior ligao aos locais de trabalho e o fortalecimento dos secretariados de célula; maior e mais continuado esforço para o recrutamento e adesão ao Parti-

o novo organismo de direco, constituído por 51 membros, e aprovou - também por unanimidade - duas moes (de repúdio pelo projecto de revisão constitucional cozinhado entre PS e PSD e de apoio  luta do povo cubano) e uma saudao  luta dos trabalhadores das empresas do Sector Empresarial do Estado. Aprovada por unanimidade, com aoenas algumas alteraes



O reforço do Partido e da sua estrutura orgânica foi um dos principais temas em debate na Assembleia do Sector Público

do; sensibilizao de mais comunistas para a actividade sindical e nas Comisses de Trabalhadores; renovao e rejuvenescimento dos organismos do Partido; maior ateno ao conteúdo político da actividade partidária, ligando-o mais  situao social nas empresas e s aspiraes dos trabalhadores.

A IV Assembleia do Sector Público elegeu por unanimidade

de forma, foi ainda a proposta de Resoluo Política. A encerrar os trabalhos, interveio José Casanova da Comissão Política que, depois de tirar algumas breves conclusões do debate havido, abordou aspectos da situao política e social e apontou algumas linhas de trabalho com vista  preparao do XV Congresso, a realizar em

Dezembro.

vora  
Corrigir  
desequilíbrios

No sábado passado, a Direco da Organizao Regional de vora do PCP, em reunião alargada a outros quadros, e com a participao de José Soeiro, da Comissão Política, debateu a preparao do XV Congresso, e analisou aspectos da situao política e social.

Começa por afirmar a DOREV que, um ano após as eleies, o PS, seguindo no essencial as pegadas do PSD, traiu o sentido de voto dos alentejanos.

Para além de não ter tomado quaisquer medidas para o investimento público no quadro das políticas de ordenamento do território, com vista  reduo dos desequilíbrios regionais, ao desenvolvimento do interior e  criao de emprego, o PS não promoveu um Plano de Desenvolvimento para o Alentejo, não deu cumprimento ao prometido «Plano de Emergência», não defendeu uma maior participao do Alentejo no Quadro Comunitário e, com as suas cedências ao PSD e PP, esvaziou de conteúdo a discussão sobre a regionalizao.

O PCP acusa também o PS de não cumprir a Lei das Finan-

as Locais e de, ao mesmo tempo, transferir para o Poder Local novas responsabilidades, sem as respectivas contrapartidas financeiras.

Lembrando que o aumento do desemprego estrutural no Alentejo (mais 18%), a escassez de oferta de trabalho, a generalizao do trabalho sazonal e do trabalho precário e sem direitos e a política de slarios e pensões de reformas muito baixos estão na origem do aumento das bolsas de pobreza e de exclusão social, o PCP exige a inversão desta política e defende que o Orçamento de Estado e o PIDDAC para 97 apontem já no sentido de «inverter a actual desertificao».

Por fim, a reunião, para cujas conclusões os participantes deram importante contributo, apontou a importância, nesta fase preparatória do XV Congresso, do cumprimento das metas de recrutamento, da dinamizao e reforço dos organismos de direco, de uma maior ligao  organizao e do aumento da difusão da imprensa do Partido.

Carlos Carvalhas  
comenta  
Nobel da Paz

A propósito da atribuio do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e Ramos Horta, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez a seguinte declarao:

«A atribuio do Prémio Nobel da Paz a D. Ximenes Belo e a Ramos Horta comporta o grande significado de um reconhecimento com impacto mundial da corajosa luta do povo maubere contra a ocupao indonésia e pela liberdade e independência da sua pátria.»

 Absolutamente indispensável que este importante acontecimento seja, de imediato, acompanhado por um audacioso revigoramento das iniciativas políticas e diplomáticas de Portugal bem como de todas as formas de solidariedade com o povo de Timor-Leste, com vista a favorecer e impulsionar a grande causa do seu direito  autodeterminao e independência.»

Paço de Tavadede  
urge recuperao

A propósito da discussão do Orçamento do Estado para 97, a Comissão Concelhia da Figueira da Foz do PCP recorda ao Partido Socialista nacional e local a oportunidade de nele incluir as verbas necessárias  recuperao, de forma digna, das ruínas do Paço de Tavadede.

Na nota que no passado dia 10 divulgou  comunicao social, os comunistas lembram ainda que esta proposta, apresentada já em 1996 pelo Grupo Parlamentar do PCP, foi «chumbada» pelos votos convergentes do PS e do PP e a absteno do PSD.

Finalmente, o PCP saída o Centro Português de Estudos, Artes e Letras pela sua recente iniciativa nas ruínas do Paço de Tavadede, que serviu não só para «acordar a consciência geral dos figueirenses» como para «responsabilizar quem ao longo destes anos tem procurado ignorar o problema».



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



## Acordos do GATT Liberalização ameaça têxteis portugueses

O Grupo Parlamentar do PCP acusou o Governo PS de na linha do seu antecessor estar a enfeudar "os interesses estratégicos do País à miragem da construção de uma Europa onde a nossa economia e o nosso emprego são sacrificados". A esta conclusão chegou o deputado comunista Lino de Carvalho ao trazer para primeiro plano o que considera serem as ameaças para Portugal resultantes da segunda fase da integração dos produtos têxteis e vestuário nas regras da Organização Mundial do Comércio. A questão dominou uma das sessões plenárias da semana transacta, em debate de urgência suscitado pela bancada comunista. A reter, das suas conclusões, fica a ideia de que apesar do recuo da Comissão Europeia, não estão de modo nenhum arredados os perigos que pairam sobre a nossa indústria têxtil.

Em causa, como o PCP oportunamente alertou, está a segunda fase de integração dos produtos têxteis e vestuários nas regras do GATT a iniciar em 1998, em relação à qual se prevê uma liberalização das trocas que corresponderá a 17 por cento do volume das importações comunitárias em 1990.

Tudo começou com a lista elaborada pela Comissão Europeia, com base quase exclusivamente na proposta da organização europeia de importadores, na qual se incluíam, como lembrou Lino de Carvalho, produtos "altamente sensíveis para a indústria têxtil e de vestuário portugueses", correspondendo a cerca de 25 por cento das exportações do sector.

Ora se é certo que a Comissão acabaria por alterar a lista que vai apresentar às negociações que têm início em Singapura em Dezembro próximo, reduzindo o número de produtos sensíveis aos têxteis portugueses - facto que levaria o Governo no decorrer do debate a reconhecer a importância deste mas a considerar que o PCP exagerava nas suas preocupações -, a verdade é que tal alteração só foi possível porque os trabalhadores, os sindicatos e os deputados comunistas na Assembleia da República e no Parlamento Europeu prontamente se opuseram e denunciaram as intenções da Comissão Europeia.

Este foi aliás um dos aspectos para os quais Lino de Carvalho chamou a atenção no debate ao sublinhar que "se houve melhoria da lista tal se deveu à intervenção dos deputados comunistas". A questão, porém, não se esgota aqui uma vez que do ponto de vista do parlamentar do PCP "é falso que a nova proposta não mantenha aspectos graves".

Lino de Carvalho não perdoaria aliás esta minimização do Governo em relação aos riscos existentes, lembrando a propósito os muitos produtos sensíveis a Portugal ainda incluídos na lista, com especial incidência nos distritos do Porto, Aveiro e Covilhã, como sejam, entre outros, a lã, pêlos finos cardados, penteados e tecidos de lã, fatos para sky, cordame, cordas, cabos em fibras sintéticas, tecidos têxteis impregnados.

Nada indica, porém, que as preocupações se confinem a esta questão. Lembrada pelo deputado comunista foi ainda a circunstância de a Comissão manter a possibilidade de rever a lista dos produtos no decorrer do processo negocial que terá lugar em Singapura, podendo vir a ampliá-la, se assim o entender, face a eventuais contrapartidas que venha a obter no quadro do GATT.

Entendida como crucial, esta questão levaria Lino de Carvalho a interrogar-se sobre as razões que levam o Governo português a aceitar que os têxteis (tal como na agricultura), que representa 30 por cento das nossas exportações e 25 por cento do emprego da indústria transformadora, "sejam utilizados sistematicamente como moeda de troca para pagar a abertura de terceiros mercados a outros sectores de alta tecnologia industrial em que estão interessados a Alemanha, o Reino Unido ou a França".

## Em causa negócio de milhões

# Parlamento aprova inquérito a Champalimaud

Depois de ter sido adiada, faz hoje oito dias, por razões regimentais, deverá ocorrer hoje a votação da constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo PCP para esclarecer o acordo estabelecido em 1992 entre o Governo e António Champalimaud.

A avaliar pelo debate, a iniciativa comunista recolherá ainda os votos favoráveis do CDS/PP e do PEV, admitindo-se que o PSD e PS optem pela abstenção. Seja como for, é dada como certa a viabilização do requerimento que propõe a constituição da Comissão de Inquérito, uma vez que Manuel dos Santos (PS) garantiu que o seu partido "viabiliza sempre este tipo de inquéritos", enquanto Vieira de Castro

(PSD) assumiu ser também esse o propósito da sua bancada alegando que "quem não deve, não teme".

Com este inquérito, como salientou o seu líder parlamentar, Octávio Teixeira, o PCP visa, por um lado, não só "apreciar actos praticados pelo anterior Governo", como, por outro, avaliar "omissões, ou eventuais actos de ocultação" pelo actual Executivo.

Para o PCP - que propõe que o prazo para a conclusão do inquérito seja de 45 dias -, importa esclarecer os termos concretos do referido acordo, tanto mais que desse processo pouco transparente resultaram factos que envolvem o património do Estado, colocando simultaneamente questões éticas e políticas no que diz respeito à acção da administração pública e à sua conduta em negócios do Estado.

Lembrado por Octávio Teixeira foi concretamente o facto dessa transferência de quase 17 milhões de contos dos cofres de duas empresas para os bolsos de Champalimaud ter permitido a este, "passados dois dias após os referidos acordos, adquirir o

controlo da Mundial-Confiança, empresa a partir da qual pôde constituir um dos maiores grupos financeiros do País, em apenas três anos, e, praticamente, sem ter de desembolsar um único escudo próprio".

"A ter conhecimento de tão escandaloso acordo, a obrigação única do Governo é torná-lo público, dele se demarcando de forma insofismável, denunciando-o ou criticando-o", observou Octávio Teixeira, numa crítica implícita ao comportamento do Executivo por este não ter clarificado a sua posição sobre a matéria ou ter adoptado posições que de algum modo poderiam "indiciar qualquer conluio ou cobertura" da sua parte.

## Política de segurança interna

# Urgem mudanças que melhorem segurança dos cidadãos

A adopção de uma política de segurança interna que não se confine às jogadas politiquieiras, mas que "reflecta uma vontade política séria de investir mais e melhor na segurança dos cidadãos", voltou a ser reiterada como uma necessidade pelo Grupo Parlamentar do PCP. O desafio foi lançado pelo deputado comunista António Filipe, na interpelação sobre o aumento da criminalidade e da insegurança que ocupou, por iniciativa do PSD, uma das sessões plenárias da semana transacta. Sem novidades de maior, o debate acabou por evidenciar que, no essencial, a manutenção dos problemas nesta matéria não está dissociado do facto de o PS prosseguir a mesma linha de rumo do PSD.

"O Governo não retirou as ilacções que devia das críticas que os seus próprios membros fizeram durante anos às políticas do PSD", anotou António

Filipe, para concluir que na verdade "a política de segurança interna não mudou como deveria e como é inquestionavelmente necessário que mude".

A questão reside, pois, na perspectiva da formação comunista, no que "se esperava que tivesse mudado e que afinal persiste em manter-se". Demonstrou-o António Filipe ao trazer à colação, exemplificando, a política das superesquadras, as tarefas administrativas praticadas pelos agentes da PSP e da GNR em prejuízo das suas missões próprias, a manutenção da GNR como corpo militar, ou ainda as situações de mau relacionamento entre as forças de segurança e os cidadãos.

Sucede que nenhuma das restantes bancadas quis tocar no problema por este ângulo de abordagem. Percebe-se. No caso do PSD, apareceu no

debate como se não tivesse sido Governo, nem autor e mentor de políticas e medidas que levaram à situação actual. Bastou-lhe, pela voz de Marques Mendes e Carlos Encarnação, agitar a ideia de um crescendo de criminalidade e insegurança, exigindo medidas em conformidade.

Ao Governo, por sua vez, sem uma verdadeira alternativa para oferecer, que melhor do tentar fazer passar uma nova imagem de marca da segurança nas escolas, anunciar medidas de combate à droga e mais dinheiro para a Polícia e mais polícias nas ruas?

Só que o discurso por mais rosa que seja, como a dado momento observou António Filipe, não é capaz de esconder o facto de o consumo e tráfico de droga continuarem fora de qualquer controlo, ou de "conquerer os cidadãos de que é

hoje menor que ontem o risco de ficarem sem auto-rádio ou de serem assaltados à mercê de uma qualquer seringa ou arma branca".

Entendendo que os níveis de criminalidade são preocupantes - embora não compartilhe de ideias alarmistas que em sua opinião têm como único fim "legitimar concepções repressivas ou medidas de excepção" - António Filipe defendeu a aprovação urgente de uma Lei de Grandes Opções de Política de Segurança Interna, que possibilite, designadamente, uma maior aproximação entre a polícia e os cidadãos, a dotação das forças de segurança com meios suficientes e adequados, elimine as actuações repressivas contra os cidadãos e dinamize a intervenção das populações e autarquias na discussão de soluções para os problemas de segurança.

## Privatização da Tabaqueira Um erro económico

"Um erro não só económico, mas igualmente um erro político de profundas e lesivas consequências para o Sector Empresarial do Estado", assim classificou o deputado comunista Rodeia Machado a privatização da Tabaqueira. A questão veio a lume no debate sobre o pedido do PCP de não ratificação do decreto-lei que prevê a alienação de mais aquela parcela do património do Estado. No caso vertente, trata-se de um elemento que ocupa um lugar muito especial no sector empresarial do Esta-

do - há mesmo quem lhe chame a "jóia da coroa" -, pela razão simples de que é uma empresa sólida, com forte implantação no mercado.

Daí o entendimento de Rodeia Machado de que não tem "qualquer fundamento económico" do ponto de vista dos interesses do Estado a decisão de privatizar a empresa, lembrando a propósito que esta arrecadou e entregou nos cofres públicos de 1976 a 1991 impostos sobre o consumo de tabaco da ordem dos 503 milhões de contos,

sendo que, posteriormente, só em 1994 facturou cerca de 145,3 milhões de contos.

"Cumprir vontades de grupos, interessados em delapidar o património nacional", foi ainda o deputado do PCP a lembrá-lo, é, pois, a única explicação para mais esta privatização, que conta hoje com a zelosa anuência do PS, apesar de este, enquanto na oposição, ter votado ao lado do PCP na anterior Legislatura, contra idêntico diploma do PSD.



## ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

## Octávio Teixeira sobre o Orçamento do Estado para 1997

## «Padrasto dos trabalhadores e padrinho do patronato»

O Governo apresentou formalmente na Assembleia da República, terça-feira, o Orçamento do Estado para 1997 e as Grandes Opções do Plano. Do conteúdo dos documentos, agora em fase de apreciação pelos partidos, antes de baixarem à Comissão parlamentar especializada, é ainda prematuro proceder a um apuramento final que permita obter quer uma visão de conjunto quer um conhecimento detalhado e rigoroso de todas as opções e prioridades que presidiram à sua elaboração. Uma primeira abordagem no que se refere às linhas essenciais do Orçamento, em todo o caso, permite desde já perceber qual a espinha dorsal que o enforma e tirar algumas conclusões. Clarificada parece estar, por exemplo, como salienta o líder parlamentar comunista, Octávio Teixeira, em entrevista ao "Avante!", a ideia de que o Orçamento e a política macro-económica continuam subordinados ao objectivo prioritário do Governo de integrar a moeda única em 1999. Reflectindo estas orientações, não admira, pois, como trata de demonstrar Octávio Teixeira, que este objectivo do Governo se repercuta negativamente em termos da não satisfação "das múltiplas necessidades do País e dos portugueses e dos recursos disponíveis para as satisfazer". De que maneira e porquê é o que veremos de seguida na breve entrevista com o presidente da bancada parlamentar comunista, concedida pouco depois do encontro que manteve em nome do PCP com responsáveis do Ministério das Finanças, onde nos explica as razões que o levam a concluir que estamos em presença de mais um orçamento "padrasto dos trabalhadores e padrinho do patronato".

- O Governo, em encontros com os grupos parlamentares, deu a conhecer segundo cremos as grandes linhas do Orçamento do Estado para 1997. É possível, desde já, embora muito em cima do acontecimento, proceder a uma primeira leitura global das grandes linhas que o caracterizam e definem?

- É verdade que o PCP, ao abrigo do Estatuto da Oposição e a pedido do

Governo, teve um encontro com a equipa do Ministério das Finanças na passada sexta-feira com vista a ser informado e ouvido sobre o Orçamento do Estado para 1997.

Mas a informação que nos foi prestada pelo Governo, e ao contrário do que sucedeu há um ano, não nos permite ter uma visão global do próximo Orçamento. Diga-se, a este respeito, que se registou uma involução, um empobrecimento da informação prestada pelo Governo aos partidos da oposição. Há um ano foi-nos fornecido o projecto de Orçamento. Agora entregaram-nos meia dúzia de páginas com afirmações genéricas e algumas poucas quantificações globais.

- Mas é possível ter pelo menos uma ideia das principais prioridades e orientações que nortearam a sua elaboração...

«A pretexto da garantia de emprego, o Governo dá luz verde aos empresários para em alguns sectores ou empresas avançarem com evoluções salariais abaixo da inflação, com o pré-garantido apoio político (e policial?) do Governo»

- Não sendo efectivamente possível ter uma visão global do Orçamento do Estado para 1997, julgo terem ficado claras algumas das principais linhas de orientação desse importante instrumento de governação.

Desde logo, o facto de o Orçamento e a política macro-económica para 1997 continuarem a ter como orientação e desígnio prioritários "a presença de Portugal no centro do processo de construção europeia - a União Económica e Monetária". Isto é, continua a ser o nefasto processo tendente à participação na moeda única em 1999 que determina as opções económicas e orçamentais do Governo. E não a consideração integrada das múltiplas necessidades do País e dos portugueses e dos recursos disponíveis para as satisfazer.

## Trabalhadores a arder

- E em que medida é que esta orientação prioritária, como lhe chamamos, se repercute concretamente no Orçamento?

- Desta orientação prioritária resultam consequências negativas iniludíveis, como se revela na tal meia dúzia de páginas que nos foi entregue. Por exemplo, e fundamentalmente: "A política de rendimentos deverá proporcionar, como princípio geral, a manutenção dos salários reais. No entanto, deverá ser salvaguardada a situação de sectores/empresas onde o objectivo prioritário deverá ser a manutenção do emprego."

Quer isto dizer que o Governo aponta desde já aos empresários, e entende praticá-lo em casa própria, aos trabalhadores da função pública, que a evolução salarial não deve ultrapassar a

inflação por ele prevista (2,5%). Apesar de prever, igualmente, "uma melhoria da produtividade na ordem dos 2,25%". Isto é, os aumentos de produtividade devem reverter na sua totalidade, segundo a orientação do Governo, para aumentar os lucros e não para melhorar, em termos reais, os rendimentos dos trabalhadores!



Mais. A pretexto da garantia de emprego, o Governo dá luz verde aos empresários para em alguns sectores ou empresas avançarem com evoluções salariais abaixo da inflação, com o pré-garantido apoio político (e policial?) do Governo.

Bem se pode dizer que, com governos "socialistas" destes, os empresários de direita e neoliberais não precisam de procurar amigos por outras bandas.

- Nem tudo, porém, será negativo... A verdade é que o Governo garante, por exemplo, que conseguirá controlar o desemprego.

- É evidente que, segundo o Governo, com esta política vai conseguir o aumento do emprego e conduzir "ao controlo do desemprego". E o próprio Governo quantifica este resultado tão "meritório". Assim, o Governo prevê (mas preverá de verdade?) que o emprego aumente entre 0,5 e 1%. Isto é, entre 20 a 40 mil empregos. Sendo certo que o desemprego ultrapassa hoje os 450 mil desempregados. E que aquele hipotético ritmo de criação de postos de trabalho não chega, sequer, para satisfazer o número de jovens que anualmente ingressam na população activa...

## Cortar nas despesas

- Vejamos em concreto alguns aspectos do Orçamento. No que se refere às despesas, fala-se num esforço dirigido para a sua redução, o que, teoricamente, se incidir em despesas não essenciais, até poderá ser positivo.

- Em relação à matéria estrita e directa do Orçamento, a palavra de ordem do Governo quanto às despesas é cortar e reduzir. É evidente que o Governo diz que será apenas nas despesas não essenciais, nas despesas supérfluas. E que as despesas sociais, para a Educação, a Saúde e a Segurança Social, terão grandes aumentos.

que o Governo dará passos inequívocos no sentido da "justiça fiscal". Isso fica, agora, prometido, para o final da legislatura, para 1999. Para quando as eleições estiverem à porta...

- Se é assim, podemos concluir que ainda não é desta que serão adoptadas medidas de maior equidade fiscal e que, simultaneamente - é quase certo -, continuarão os benefícios para o capital.

- Com efeito, isto é assim para os trabalhadores. Porque para o patronato, a música do Governo é outra, bem mais concreta, imediata e agradável. "A política fiscal será norteada" (em 1997) pelo objectivo do "reforço da capacidade empresarial através de uma profunda reavaliação quer da tributação em sentido restrito quer do sistema de incentivos".

Ou seja, traduzindo em linguagem mais clara, o Governo quer reduzir a taxa do imposto sobre os lucros de 36% para 34% e aumentar os benefícios fiscais, os bodos fiscais às grandes empresas, que consomem anualmente, em média, o melhor de 100 milhões de contos do Orçamento do Estado.

## Bodo às empresas

- Consideras então que são paradigmáticos os argumentos aduzidos pelo Executivo a propósito da baixa de taxa do IRC...

- A justificação do Governo para baixar a taxa do IRC é de facto exemplar dos interesses efectivamente prosseguidos e defendidos pelo Governo do PS.

Há milhares de empresas que não pagam impostos ao Estado. Têm sempre prejuízos... Para tentar contrariar essa evasão fiscal, o Governo vai propor que as empresas tenham de pagar um mínimo de imposto, mesmo que declarem prejuízos. As dezenas de milhões de contos a mais que o Governo assim prevê vir a arrecadar, para onde vão?

Para reduzir a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho que todos, incluindo o Governo, consideram excessiva? Nem pensar, diz o Governo. Esses milhões de contos vão compensar a perda de receita fiscal que vai resultar da diminuição da taxa do imposto sobre os lucros!

Como diria Sherlock Holmes, se encarregado fosse de investigar o assunto ... "simples, meu caro Watson".

- Em síntese, face à avaliação que acabas de fazer, creio não haver dúvidas que este é um Orçamento que conta com a firme oposição do Grupo Parlamentar do PCP. É possível desde já perceber qual será o seu sentido de voto?

- Como sempre temos dito, o PCP só se pronunciará em definitivo sobre o Orçamento do Estado depois de o conhecer e analisar na sua globalidade. Mas é um facto que os poucos elementos concretos que já nos foram transmitidos apontam, sem margem para grandes dúvidas, para mais um Orçamento filho de Maastricht, padrasto dos trabalhadores e padrinho do patronato. Bem à imagem do Governo do PS e do eng. Guterres.

Será mesmo assim? Quando tivermos o Orçamento veremos ...

- O que te leva a duvidar?

Há uma situação concreta que podemos ver desde já, pois está incluída nas treze páginas que o Governo nos entregou. É a do Orçamento para o Serviço Nacional de Saúde. Segundo o Governo, "a transferência financeira para o SNS ascenderá, em 1997, a 629 milhões de contos, registando um crescimento de 2,4% em relação à estimativa de execução em 1996". Um aumento de 2,4%... quando a inflação prevista é de 2,5%!

Não é certamente um aumento e muito menos um aumento substancial. É uma estagnação, pura e simples, na melhor das hipóteses. E é caso para perguntar se o Governo do eng. Guterres considera que as despesas com a saúde dos portugueses são despesas supérfluas.

## Injustiça fiscal

- E em matéria de receitas orçamentais?

- No que respeita às receitas orçamentais e à justiça fiscal, também teremos de esperar pela informação orçamental relevante. Mas há já alguns dados que me parecem muito significativos da derrapagem do Governo face às suas anteriores promessas.

Assim, "a redistribuição da carga fiscal, de modo a aliviar a tributação sobre os estratos sociais mais desfavorecidos" deverá ser "avaliada no final da legislatura". Sem sofismas, isto só pode querer dizer que, tal como se verificou em 1996, também não será no Orçamento de 1997



## TRABALHADORES

Que «o País não é um oásis»  
sentem os trabalhadores

## Ministro ouve protestos em Setúbal

O ministro-adjunto foi confrontado sexta-feira em Setúbal com as preocupações de sindicalistas e de trabalhadores com salários em atraso. À exigência de solução para os graves problemas apresentados, Jorge Coelho respondeu que «o País não é um oásis».

Em substituição do primeiro-ministro, que devia inaugurar o Centro Social da Caritas Diocesana, testemunhar a assinatura de um protocolo entre a Câmara Municipal e o Projecto Vida e assistir à estreia de uma peça do Teatro de Animação de Setúbal, deslocaram-se à capital sadina dois ministros.

Segundo o relato da Agência Lusa, enquanto Ferro Rodrigues inaugurava a nova infra-estrutura da Caritas, Jorge Coelho foi aos Paços do Concelho «apadrinhar» a

assinatura do protocolo e, antes de entrar no edifício, dialogou com vários trabalhadores e sindicalistas e ouviu palavras de ordem como «trabalho sim, desemprego não».

O coordenador da União dos Sindicatos de Setúbal (USS/CGTP-IN), Rui Paixão, entregou-lhe um documento de quase 20 páginas onde é descrita a situação sociolaboral no distrito, que o ministro prometeu fazer chegar a António Guterres.

«Este dossier mostra claramente que a evolução do desemprego

crece assustadoramente. Já há mais de 52 mil desempregados no distrito», disse Rui Paixão a Jorge Coelho, apontando vários exemplos de empresas em dificuldades e sublinhando que, «se não se tomarem medidas, cremos que o desemprego se vai agravar muito mais».

Um pouco mais à frente surgiram os trabalhadores da Agaerre, que tinham colocado um frigorífico em frente à entrada da Câmara Municipal, para mostrar ao ministro a capacidade tecnológica da empresa, que está parada e com salários em atraso há três meses.

«A situação é insustentável», disse o presidente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, José Brita, enquanto uma

trabalhadora da Agaerre dava conta ao ministro de que já há pessoas «com as rendas de casa em atraso e os filhos a passar fome».

Depois da assinatura do protocolo, em declarações aos jornalistas, o ministro considerou que, como «o País tem problemas», é «normal que as pessoas exponham os seus problemas quando um membro do Governo vai a algum sítio», mas sublinhou a «forma correctíssima» como foi abordado pelos dirigentes da USS. «O País não é um oásis», frisou o governante, segundo o qual é necessário «canalizar um conjunto de meios que permitam ultrapassar a situação» vivida no distrito de Setúbal, numa «perspectiva de globalização».

## Plenário da Administração Pública dia 24 Frente Comum reage à «afronta»

A proposta de actualização salarial para 1997 que o Governo apresentou na semana passada é «uma afronta aos trabalhadores», considera a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, que vai realizar na próxima quinta-feira um plenário nacional em Lisboa.

A coordenadora da Frente Comum, numa nota emitida dia 10, considera que a proposta governamental de actualização de salários e pensões é «inaceitável e até ridícula, pelo preciosismo das milésimas — 2,375 por cento».

São classificadas como «afrontosas» outras propostas do Governo:

— pagar os salários em dias certos (compromisso sublinhado pela Frente Comum com três justificados pontos de exclamação)

— abrir à banca privada o negócio do processamento de salários

— passar para decreto matérias que há muito estão consagradas em circular sobre a actividade sindical.

Notando o contraste entre a proposta salarial, «que significa baixar os salários aos trabalhadores da Administração Pública» (o valor avançado é inferior à inflação) e a anunciada redução de 1 por cento da taxa de IRC sobre os lucros das empresas, a Frente Comum acusa o Governo de usar dois pesos e duas medidas.

«Nenhum dos princípios defendidos pelos sindicatos» encontra eco na proposta do Governo, afirma a nota da Frente Comum, enumerando mais uma vez os princípios «reafirmados» na reunião de dia 10: índice de preços ao consumidor, ganhos de produtividade e equiparação do salário mínimo da Administração Pública ao salário mínimo nacional.

«Face à natureza provocatória da proposta governamental», os dirigentes da estrutura sindical mais representativa dos funcionários do Estado decidiram «intensificar a mobilização e envolvimento dos trabalhadores, realizando o maior número possível de plenários nos locais de trabalho, durante as horas de serviço, até ao dia 23 de Outubro, para reafirmação do apoio dos trabalhadores aos princípios que suportam a proposta sindical e clarificação do carácter afrontoso da proposta do Governo».

Para a próxima quinta-feira, dia 24, foi convocado um plenário nacional da Administração Pública, em Lisboa, que pretende ser a «expressão pública do descontentamento dos trabalhadores» e onde serão definidas «novas e reforçadas formas de luta».

## Manobras denunciadas na privatização da Cimpor

Sem qualquer despesa no imediato, os trabalhadores da Cimpor foram convidados a comprar acções da empresa, nesta segunda fase da privatização, através de uma linha de crédito especial. Sob uma intensa campanha de propaganda, o pagamento do subsídio de Natal foi antecipado para Outubro e até foi promovida a deslocação de funcionários bancários às instalações da empresa para receber do pessoal as intenções de compra.

Para a Comissão de Trabalhadores, a campanha desta fase da privatização baseia-se «numa imagem de humanismo que difere da prática do dia-a-dia e das atitudes manifestadas pela administração quando se trata, por exemplo, de negociar aumentos salariais». Num folheto em distribuição esta semana ao pessoal da cimenteira, a CT relaciona este comportamento com o interesse do Governo e da administração em

«proceder à privatização procurando eliminar qualquer resistência ou hostilidade por parte dos trabalhadores».

As acções agora adquiridas poderão ser vendidas daqui a seis meses, possivelmente com «um lucro pequeno e imediato». «A inquietação da CT é saber que o «accionista» conjuntural dará lugar, de novo, ao trabalho com a vida dependente do seu salário e dos seus direitos, numa empresa diferente onde o lucro a todo o custo será o único objectivo», afirma-se no documento.

### Quem lucra e quem perde

A Comissão de Trabalhadores sublinha que «quem ganha, e muito, com o autêntico leilão das empresas públicas são os grandes grupos económicos, nacionais e estrangeiros», e interroga: «Querem-nos fazer crer que a Cimpor vai ser excepção? Ou o que se pretende é justificar o acordo «secreto» de 1992 entre o Estado, representado pelo Governo do PSD, e um velho senhor do antigamente, que, não satisfeito com a seguradora que recebeu de bandeja, pretende recuperar todo o domínio perdido, perante o compromisso vergonhoso do anterior e do actual Governo?»

A CT aponta ao executivo laranja a responsabilidade de ter

«depositado na conta» de Champalimaud 16,4 milhões de contos; destes, saíram dos cofres da Cimpor 6,4 milhões, que «dariam para pagar dois anos de salários a todos os trabalhadores da empresa». O Governo de Guterres «desfaz-se em justificações para que tudo fique na mesma».

É criticada a disposição do executivo do PS de «vender a

prata da família», ou seja, desfazer-se de empresas públicas rentáveis para obter receitas rapidamente.

Pelas quebras futuras de financiamento do Orçamento do Estado, «mais cedo ou mais tarde, serão os trabalhadores e as camadas médias da população a pagar a factura», previne a CT.

## Batista Russo à beira da falência

As cerca de 130 pessoas que, a nível nacional, trabalham para a Batista Russo & Irmão podem ser confrontadas com a falência da empresa, o que pode ser evitado se forem tomadas medidas urgentes. Representantes dos trabalhadores concentraram-se na semana passada junto ao Ministério do Emprego, em Lisboa, para transmitir esta mensagem ao Governo e exigir a sua intervenção, «já que os senhores Francisco Russo, Horácio Russo e Dr. Gil Carneira, após actos de gestão ruínicos, não têm encontrado solução para os nossos problemas nem para a continuidade da empresa» — como se referia num prospecto distribuído na Praça de Londres na tarde de quarta-feira.

Ao anunciar a iniciativa, a Comissão de Trabalhadores denunciou a «situação social degradante» que se vive na empresa: «Há cerca de um ano e meio que os trabalhadores não recebem atempadamente os seus salários e alguns têm meses de salários em atraso; os subsídios de férias de 1994 e o subsídio de Natal de 1995 ainda não foram pagos; foram retiradas regalias; no campo da higiene, prevenção e segurança, a administração também não cumpre com as normas elementares; os reformados não recebem o complemento de reforma desde 1992». A CT acusa ainda a administração de praticar discriminação



Os trabalhadores recusam pagar a factura da má gestão dos accionistas e administradores ao longo dos anos

salarial, de manter há três anos sem aumentos salariais os trabalhadores nos vários departamentos, e de protelar no tempo o cumprimento dos acordos feitos com os trabalhadores que aceitaram rescindir os contratos.

A concentração de dia 9 foi realizada depois de reuniões infrutíferas no Ministério do Emprego, uma intervenção da Inspeção do Trabalho com resultados práticos nulos e uma reunião, também sem resultados, com o

adjunto do primeiro-ministro, «mantendo-se a administração a coberto de qualquer pressão por parte destes organismos, numa atitude de imobilidade».

A situação é agravada por, em 1991, o edifício da sede, em Cabo Ruivo, ter sido dado à banca para pagamento de dívidas; não se conhecendo alternativas, a CT afirma que «a qualquer momento podemos ser confrontados com o facto de não termos instalações para trabalhar».



A campanha que antecedeu a sessão de anteontem na Bolsa mostrou o grande valor da Cimpor, mas não explicou os motivos que levam o novo Governo a prosseguir a velha política de privatização



## TRABALHADORES

PCP



Este foi o mais participado dos encontros nacionais de comissões de trabalhadores, reunindo mais de quatro centenas de eleitos no salão da Voz do Operário

## Encontro nacional evidencia influência e vitalidade das CTs

No momento em que, na revisão constitucional, há quem ponha em causa a continuação das comissões de trabalhadores, estas levaram a cabo o seu 4º Encontro Nacional, que reuniu quase 500 activistas no passado sábado, em Lisboa.

Pelo número de participantes, o encontro de dia 11 superou todos os anteriores (o 3º teve lugar em Janeiro de 1992). Vários oradores congratularam-se ainda com a qualidade das intervenções proferidas. Foi vigorosamente criticada a ausência da generalidade da comunicação social.

Ao intervir no encerramento, Jerónimo de Sousa, da coordenadora das CTs de Lisboa (CIL), definiu esta iniciativa como «um encontro contra a corrente, contra o conformismo e o silêncio, contra o não vale a pena que perpassa a sociedade portuguesa». Esta atitude marcou a discussão sobre os temas fundamentais em debate e reflectiu-se no texto da resolução, aprovada no final por unanimidade e aclamação, e onde a



As CTs, enquanto estruturas representativas de todos os trabalhadores ao nível da empresa, têm um papel de relevo e insubstituível

análise dos problemas é acompanhada da firme disposição de intervir para a sua resolução.

No imediato, saiu do encontro a decisão de lançar uma campanha de recolha de assinaturas para um apelo dos traba-

lhadores às instituições democráticas, com o objectivo de «manifestar com clareza a nossa identificação com a Constituição da República, reclamando que o seu capítulo

e da Saúde, do direito à greve e do salário mínimo nacional».

O abaixo-assinado insere-se num conjunto de acções com vista a «dinamizar o esclarecimento junto dos trabalhadores e criar um movimento de defesa da Constituição, designadamente da Constituição social e laboral». Na resolução do encontro é repudiada «qualquer tentativa que, por via de decreto ou acordo marginal ao movimento das comissões de trabalhadores, imponha formas de organização e de participação contrárias à autonomia, ao carácter unitário e à natureza das CTs, respeitando a expressão que emana da vontade e do voto democrático dos trabalhadores nas empresas».

### PS poderá recuar

A grande atenção dada pelo encontro ao processo de revisão constitucional - onde o PP propõe a redução drástica dos direitos das CTs, enquanto o PSD quer simplesmente eliminá-las e pôr no seu lugar «conselhos de concertação de empresa» - foi justificada com experiências anteriores, nomeadamente no caso da regionalização e dos referendos nacionais. As posições hoje conhecidas dos partidos políticos não asseguram a incontornável exigência de dois terços dos votos na AR para alterar a Constituição, mas «não está adquirido que não haja cedências, acordos e o vencimento de propostas redutoras e desfiguradoras dos direitos fundamentais dos trabalhadores» - previne-se na resolução do encontro.

Neste documento as CTs pronunciam-se ainda sobre as acções a desenvolver face à entrada em vigor da legislação sobre flexibilidade e polivalência (a partir de 1 de Dezembro) e contra a aceleração das privatizações e a ofensiva aos direitos sociais e laborais.

## Criação genuína e democrática

«Seria inaceitável e merece desde já uma posição firme de rejeição qualquer acordo ou compromisso que vise impor ou criar por decreto órgãos substitutivos da estrutura que, de forma genuína e democrática, constitui uma notável criação dos trabalhadores, acolhida pelo legislador e pelos constituintes: as comissões de trabalhadores» - sublinha-se na resolução do 4º Encontro Nacional de CTs, a propósito do projecto que o Governo apresentou aos parceiros sociais e que pretende levar a concertação para as empresas.

Neste capítulo da resolução realça-se que «o que define as CTs é serem estruturas dos trabalhadores e não da empresa», lembrando que a Constituição, «dirimindo a natural contradição e conflitualidade entre os interesses económicos dos detentores da empresa e os interesses de quem nela trabalha, deu aos trabalhadores, não o poder de a gerir ou co-gerir, mas o direito de participar e intervir a diver-

sos níveis para melhor defenderem os seus interesses». Propostas para substituição das CTs por «órgãos híbridos privilegiados, sustentados pelo patronato e escolhidos como «parceiros de negociação» representam «autêntica arqueologia legislativa, já que remontam à década de 60, quando alguns capitalistas experimentaram as «comissões de empresa»».

Contrariando os defensores da eliminação de direitos das CTs devido a estas serem hoje em menor número, a resolução frisa que «o que é notável é a existência de mais de meio milhão de CTs e sub-CTs, de várias coordenadoras regionais, sectoriais e de grupo económico, é o empenhamento e a acção corajosa de mais de 4500 eleitos nos locais de trabalho por centenas de milhares de trabalhadores, sujeitos a pressões e discriminações, a resolver problemas, a agir diariamente onde se dá o confronto e o conflito».

## A propósito das declarações de Carlos Sota

### Nota da Concelhia de Cascais

O Executivo da Comissão Concelhia de Cascais do Partido Comunista Português, a propósito da declaração que Carlos Sota produziu na última reunião pública da Câmara Municipal de Cascais e das afirmações que fez a vários órgãos de comunicação social regionais e locais - da imprensa escrita e da rádio - entende ser necessário, para um mais cabal esclarecimento da opinião pública, informar a comunicação social dos seguintes factos:

1. A decisão de C. Sota de suspender o mandato de vereador (mandato para o qual foi eleito como candidato do PCP nas listas da CDU) não foi discutida pelo próprio com a Concelhia, tendo este organismo de direcção tomado conhecimento do seu conteúdo apenas após ser feita a sua divulgação aos órgãos de comunicação social.
2. Até à presente data, e não obstante as várias tentativas deste organismo, por parte de C. Sota não se verificou qualquer disponibilidade para debater no PCP os seus procedimentos.
3. O conteúdo da posição que C. Sota tomou e designadamente as declarações que fez a vários órgãos de comunicação social configuram uma posição de aberto conflito político com as orientações e com o próprio projecto autárquico do PCP, a par de considerações injuriosas para esta Comissão Concelhia.
4. Quanto à política de quadros do PCP, ela está patente na busca persistente e serena, por parte deste Executivo da Comissão Concelhia de Cascais e de outros organismos de direcção regionais do Partido, do diálogo com C. Sota, mau grado as últimas atitudes por ele assumidas.
5. Aliás, a sua decisão de auto-suspensão dos organismos de direcção do Concelho e da Direcção da Organização Regional de Lisboa não obsteu a que continuasse a ser convocado para todas as iniciativas e reuniões de organismos e comissões do PCP e da CDU, nas quais sempre dispôs do direito que no PCP assiste a todos os seus militantes de emitirem livremente as opiniões que entendem, contribuindo para a construção democrática da opinião colectiva.
6. A título exemplificativo e para total esclarecimento, importa reafirmar, mais uma vez, que a não aceitação pelo PCP dos pelouros que o Presidente da Câmara propôs a C. Sota resultou exclusivamente do facto de o Partido Socialista e o seu Presidente de Câmara exigirem, como contrapartida, a votação sempre a favor dos Planos de Actividade e Orçamentos anuais, do P. D.M. e de todos os principais documentos da gestão municipal, pretensão obviamente inaceitável para qualquer eleito da CDU.
7. Finalmente:
  - O PCP mantém a sua activa intervenção política no Concelho, através da actividade das suas organizações e militantes - sem paralelo com qualquer outra força partidária - designadamente preparando o seu próximo XV Congresso (a realizar no Porto nos dias 6, 7 e 8 de Dezembro). No âmbito deste trabalho preparatório, realiza-se no próximo sábado, dia 19, um almoço-convívio, seguido de debate, nas instalações da Cooperativa «A Linha do Estoril», na Parede, com a participação de Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP.
  - A CDU, através dos seus eleitos, activistas e apoiantes, prosseguirá incansavelmente o seu trabalho em prol da resolução dos problemas da população de Cascais, denunciando e criticando a política autárquica de «show-off» do PS/Judas e propondo as acções e políticas municipais que consideramos indispensáveis para o progresso local e que urge serem adoptadas pelas autarquias do nosso Concelho. Neste sentido, iremos nos próximos dias divulgar às organizações associativas e à população do concelho a nossa proposta, «Bases Programáticas para um Plano Estratégico de Desenvolvimento de Cascais».

Cascais, 14 de Outubro de 1996

O Executivo da Comissão Concelhia de Cascais do Partido Comunista Português



# Dez razões para não pagar propinas

“A imposição por parte do Governo do pagamento de propinas representa, única e exclusivamente, a desresponsabilização por parte deste no financiamento do Ensino Superior Público”, denuncia-se em comunicado da Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa.

Uma denúncia que surge na sequência da situação criada a várias centenas de estudantes da Faculdade que boicotaram o pagamento das propinas e que, neste momento, “porque a Universidade o decidiu ilegalmente”, estão impedidos de receber os seus diplomas.

No apelo à solidariedade de toda a Faculdade para com os estudantes boicotantes, a Direcção da Associação valoriza a luta estudantil contra as propinas, “o primeiro passo para a criação de um sistema

de ensino só para quem o pode pagar”, e avança com **Dez razões para não pagar propinas.**

Em síntese: porque os pais dos estudantes pagam impostos e os estudantes também os irão pagar e “não vamos pagar a mesma coisa duas vezes”; os estudantes não são clientes - “são cidadãos no usufruto de um direito” e “os direitos não se pagam”; a valorização inerente a um curso também interessa ao país, “sobretudo quando tem tanta falta de quadros como o nosso”; o ensino não é gratuito; o aumento de propinas “não vai trazer ao sistema menos injustiça social”; não é aceitável - nem verdadeiro - que o mesmo se passa no resto da Europa; a entrada do dinheiro das propinas na Faculdade não irá melhorar as infra-estruturas nem a investigação; o que está em causa é a desresponsabili-

zação do Governo; a Constituição defende uma educação gratuita; e finalmente - *Não pagamos, acima de tudo, por uma questão de princípio: a educação é um direito. Ao aceitarmos pagar propinas estaríamos a dizer que os direitos se pagam e que os princípios se vendem.*

## Évora defende rede pública para pré-escolar

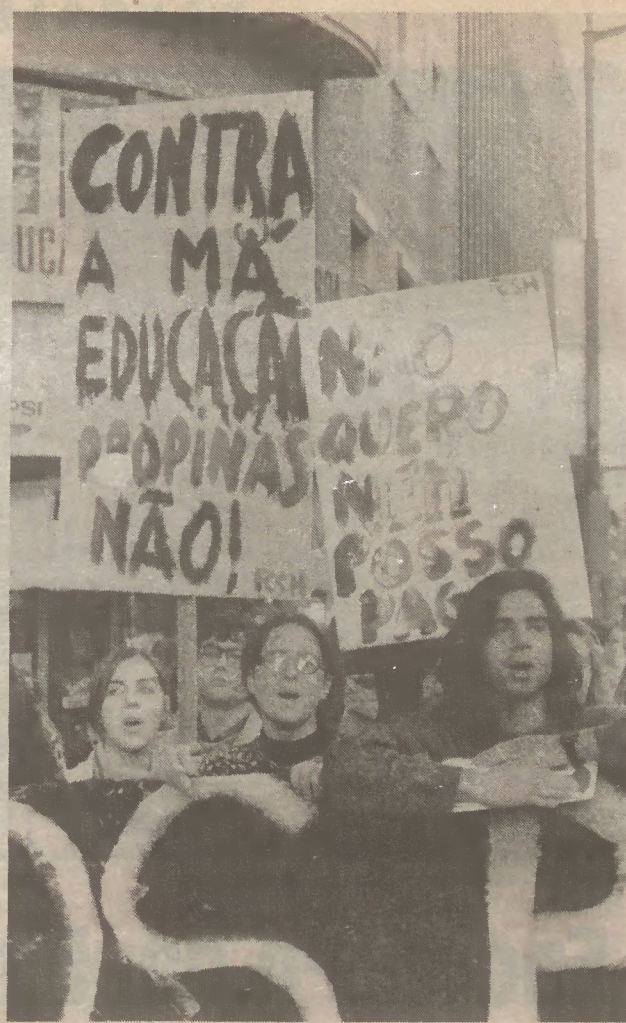
A Associação de Municípios do Distrito de Évora (AMDE) afirma a sua discordância relativamente a alguns aspectos fundamentais da proposta de lei sobre Educação Pré-Escolar.

Em causa, antes do mais, a substituição da noção de *Rede Pública* por *Rede Nacional*, que, sublinha a AMDE em

comunicado, desvaloriza a função do Estado, “parecendo o Governo desejar a função de mero financiador do que ser o seu mais directo promotor e garante”.

Um outro aspecto preocupante do projecto de lei é o facto de prever “o esforço financeiro dos pais, contrariando claramente o carácter gratuito do ensino público”.

A AMDE considera urgente que o governo esclareça o seu entendimento quanto aos conceitos de *Educação Pré-Escolar de Rede Pública* e indique as medidas adequadas à sua concretização e sublinha as responsabilidades governamentais na admissão do pessoal docente e não docente. Considera ainda necessário definir os apoios aos municípios para adaptação de espaços e instalações para a promoção da Educação Pré-Escolar.



## Educação pública de qualidade Tarefa prioritária da JCP

A dinamização nacional da Campanha “Por uma Educação Pública Gratuita e de Qualidade” é a tarefa prioritária da JCP, até Dezembro. Esta uma das conclusões da Direcção Central do Ensino Superior (DOCES) da Juventude Comunista Portuguesa, em reunião realizada o fim-de-semana passado, em Lisboa.

Esta Campanha terá como

linhas fundamentais, para além de iniciativas diversas de debate sobre questões de política educativa, o contacto directo com os estudantes do Ensino Superior, “baseado na distribuição do Jornal “A Paixão” (Edição da responsabilidade da JCP) e na recolha de milhares de postais assinados a enviar ao Ministério da Educação, reivindicando uma Educação

Pública, Gratuita, de Qualidade e para todos”.

A Organização do Ensino Superior da JCP considera também desde já como tarefa fundamental a discussão das teses para o XV Congresso do PCP.

Na avaliação global de um ano de governação PS, a DOCES da JCP denuncia o prosseguimento de “uma polí-

tica que ignora todas as anteriores reivindicações da maioria dos estudantes e das suas organizações” e exemplifica com a Lei de Financiamento, as concepções de Acção Social Escolar, a proposta de alteração à Lei de Bases do Sistema Educativo, a atribuição sem critérios de alvarás às Escolas Superiores do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

## JCP de Sines

### Campanha nas escolas

Inserida na campanha a nível nacional “Por uma Educação Pública Gratuita e de Qualidade”, a Organização de Sines da JCP está a promover acções de esclarecimento e recolha de assinaturas nas escolas do concelho, com o objectivo de mostrar ao ministério da Educação que os estudantes estão descontentes com a política que tem vindo a ser seguida.

Os jovens comunistas de Sines denunciam, em particular, o resurgir da ideia de propinas no Ensino Superior “escondendo a necessidade de uma verdadeira acção social escolar com a dema-

gogia dos empréstimos” e mantendo “um sistema de acesso ao ensino superior injusto, como o prova o processo atribulado dos exames nacionais”. Referem ainda a ausência de medidas para pôr fim ao *numerus clausus*, o ignorar da Reforma Educativa e a manutenção de “um modelo de gestão que dificulta a participação dos estudantes”.

Neste quadro, lembram os jovens comunistas de Sines, a JCP lançou a campanha “por uma educação pública gratuita e de qualidade”.

Por uma educação pública “já que o direito à educação é constitucionalmente garantido e cabe ao Estado assegurá-lo a todos os cidadãos”.

Por uma educação gratuita “para que o acesso à educação não seja limitado por desigualdades económicas e sociais, caminhando para uma verdadeira democratização do ensino”.

Por uma educação de qualidade “que tenha como objectivo o sucesso educativo e a formação educacional de todos, com a necessária melhoria de condições”.



A mesma política gera os mesmos problemas no ensino

## Associações e Cultura

### Festa das Colectividades

O Movimento Associativo de Lisboa protagoniza este mês, entre 19 e 27 de Outubro, no Pavilhão Carlos Lopes, um importante encontro de colectividades. A iniciativa é promovida pelo pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa e pela Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio (FPCCR). Participam igualmente as Juntas de Freguesia e os pelouros da Educação e Juventude, do Turismo, da Reabilitação Urbana, da Acção Social e da Cultura.

O programa engloba diferentes actividades culturais, desportivas e recreativas.

No ciclo de debates, constituído por 18 encontros, destacam-se temas como: “As colectividades e o teatro amador”, “As colectividades e as dinâmicas de desenvolvimento cultural”, “Violência no desporto”, “As colectividades e o poder político”.

Um Ciclo Internacional de Conferências, a realizar a 24 e 25 de Outubro no Forum Picoas, com a presença de especialistas nacionais e estrangeiros, terá como tema central: “O Papel do Associativismo na Humanização das Grandes Cidades”.

O Plenário que encerra a Festa, no dia 27, deverá apreciar documentos discutidos em reuniões preparatórias e votar o “Compromisso de Honra do Dirigente Associativo” e a “Proclamação do Movimento Associativo na Cidade de Lisboa”.

### Semana da UCCLA

Está a decorrer esta semana, em Lisboa, a *Semana da UCCLA* (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), com um programa que engloba diferentes actividades culturais, nomeadamente uma mostra de Cinema Lusófono, e ainda um Seminário sobre “Habitação e Reabilitação de Áreas Degradadas”.

### Os Municípios e a Actividade Cultural

“Os Municípios e a Actividade Cultural” foi o tema em debate no seminário organizado pela Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), dias 10 e 11 de Outubro, no Fórum Cultural do Seixal.

Os debates centraram-se em torno das seguintes questões: Os Municípios e a Acção Cultural; Associações de Municípios - Gestão de Projectos Comuns; Os Municípios e a Preservação do Património (Cultural, Edificado, Cultural); Rede Nacional de Leitura Pública - Bibliotecas Municipais.



## NACIONAL

# Ensaaios de guerra? Não, obrigado!

Os maiores exercícios militares da NATO alguma vez realizados no nosso país estão a decorrer nestes dias, e ao longo de duas semanas, em Monte Real. Um facto que o Partido Ecologista "Os Verdes" denuncia, em documento divulgado em Lisboa.

"Portugal palco de guerra da NATO, não" - afirma-se na faixa que dirigentes do Partido Ecologista "Os Verdes" colocaram junto ao Ministério da Defesa na Praça do Comércio, em protesto contra os exercícios da NATO que se iniciaram a

semana passada na Base Aérea nº 5 de Monte Real.

Nesta acção de informação e sensibilização da população, foram ainda distribuídos milhares de exemplares de um documento de denúncia em que se sublinha que "é a primeira vez

que o nosso território é palco de uma operação belicista desta dimensão e deste tipo".

• 500 militares vindos expressamente da Alemanha, Bélgica, França, Espanha, Holanda, Reino Unido e Estados Unidos.

• Toneladas e toneladas de equipamento e material bélico desembarcados, rigorosamente vigiados e escoltados até Monte Real, base a partir da qual os jogos de guerra vão acontecer.

• 36 dos famosos F16

que durante cerca de duas semanas vão sobrevoar os nossos céus.

• Um novo lança-mísseis de defesa terra-ar, que aqui se estreia.

"Os Verdes" sublinham não ser isto um simples acaso e lembram que "assistimos pela primeira vez ao envolvimento de Portugal numa operação militar estrangeira. Na Bósnia, que se dizia segura, mas já causou quatro mortos e vários feridos. Que se dizia, terminaria em Dezembro se tivesse êxito, e afinal, se concluiu, correu tão bem que é para manter..."

Em relação aos exercícios militares em curso em Monte Real, o documento de "Os Verdes" afirma que eles evidenciam "a crescente disponibilidade do governo do PS em envolver-se e desperdiçar dinheiros e meios em pretensos esforços de defesa, que ao nosso país não servem, e que com vantagem deveriam isso sim, aplicar-se em melhor ambiente, melhores escolas, melhores transportes, mais habitação, de que os portugueses tanto precisam".



## Loures

# Reflectir para Mudar

Termina hoje em Loures, no Pavilhão Paz e Amizade, o fórum concelhio "Reflectir Para Mudar", único a nível nacional.

É objetivo desta iniciativa sensibilizar entidades e serviços para a erradicação da pobreza, temática proclamada pela ONU para 1996. A sua organização pertence à Câmara, ao Serviço Sub-Regional de Loures e às IPSS's do Concelho de Loures, sendo o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e

Vale do Tejo a entidade promotora.

Os debates do fórum desdobram-se em dois painéis: "O Papel das Instituições/Serviços na Erradicação da Pobreza" e "Acções de Luta Contra a Exclusão Social". No segundo painel foram apresentados Projectos de Luta Contra a Pobreza, entre os quais, o Projecto de Desenvolvimento Comunitário de Loures, o Projecto da Obra Nacional para a Pastoral dos Ciganos e o Projecto da Cáritas Diocesana de Setúbal.

## Crítica ao PIDDAC 97

Investimentos fundamentais nas áreas de Comunicação e Transportes, Habitação Social, Saúde, Educação, Protecção Civil e Segurança Pública - previstos para o concelho de Loures - não vêm mencionados na proposta de PIDDAC para 1997. Um facto que a Câmara de Loures encara com profunda apreensão.

Em comunicado à imprensa são referidos vários projectos no âmbito das acessibilidades, e ainda os bairros de génese ilegal, Quinta do Mocho, Hospital Distrital de Loures, extensão do Centro de Saúde na Ramada, os sete pavilhões gimnodesportivos já contratados com o Ministério da Educação, entre outros.

O Executivo Municipal manifesta particular preocupação em relação à falta de verbas e apoios no âmbito da Saúde.

## Municípios alentejanos em Bruxelas

As Associações de Municípios do Norte Alentejano, do Distrito de Évora, do Distrito de Beja e do Litoral Alentejano decidiram enviar uma delegação a Bruxelas na semana de 28 a 31 do corrente mês de Outubro.

O objectivo desta deslocação dos representantes dos municípios alentejanos é apresentar à Comissão Europeia, ao Parlamento Europeu e a outras instituições comunitárias, as suas preocupações e propostas em relação a algumas questões particularmente importantes para a Região, nomeadamente: a reprogramação da intervenção do Quadro Comunitário de Apoio a Portugal; o empreendimento do Alqueva; o Desenvolvimento Regional.

## Em defesa dos baldios

No passado dia 6 de Outubro, foi constituída a Assembleia de Compartes dos Baldios de Mogueirões. Um processo que se desenvolve no quadro da defesa dos direitos e interesses da comunidade de Mogueirões relativos aos baldios (ilegalmente vendidos pela Junta de Freguesia de Cambra, conforme o "Avante!" noticiou).

A tentativa de impedir o normal funcionamento da reunião, por parte de um grupo de compradores dos terrenos baldios, com ameaças, corte de energia eléctrica, gritos e tentativas de agressão, saiu gorada.

A Assembleia de Compartes foi constituída e eleitos os órgãos de administração daquele baldio, tendo a mesma Assembleia deliberado mandar o Conselho Directivo eleito para recorrer a juízo e escolher a respectiva representação judicial, para defesa dos direitos da comunidade de Mogueirões.

## População do Couço contra retirada de médico

A população do Couço, em reunião convocada pela Junta de Freguesia, Assembleia de Freguesia e Comissão de Bases de Saúde, exigiu que seja anulada a decisão de retirar um médico do Couço e solicitou à Câmara que "desencadeie todos os esforços para que o direito da população do Couço aos cuidados de saúde não seja posto em causa".

Em Moção aprovada por unanimidade, a população do Couço considera que a decisão de retirar um dos três médicos que prestam serviço na Extensão do Centro na Freguesia "vem agravar as enormes carências em termos de prestação de cuidados de saúde". Esta Freguesia "tem um universo de 5.000 utentes e dista da Vila de Coruche 23Km" e, como se sublinha na Moção, "as entidades competentes têm sido sucessivamente alertadas para as carências existentes e que agora se vêm significativamente agravadas".

## Vala da Costa

A Direcção Regional do Ambiente e Recursos Naturais de Lisboa e Vale do Tejo emitiu parecer desfavorável ao projecto de intervenção da Câmara Municipal de Almada de fecho da Vala da Costa e construção da Via Atlântica.

Estas obras são um anseio de há muito por parte da população - como se sublinha em comunicado da CDU, que considera incompreensível este parecer desfavorável pois "a Vala da Costa, ao contrário do que a D.R. do Ambiente sugere, não faz parte da área protegida pela REN (Reserva Ecológica Natural) e é uma vala artificial e esgoto a céu aberto".

A construção da primeira fase da cobertura da vala já tinha sido iniciada, com financiamento da autarquia, mas para a sua continuação é indispensável o apoio estatal. Os eleitos da CDU nos vários órgãos protestam contra a decisão da Direcção Regional do Ambiente e exigem do governo que "cumpra as suas obrigações nesta área, não entretendo uma obra há muito assumida e essencial para o desenvolvimento estratégico do concelho de Almada".

## Miragaia aprova propostas da CDU

Em sessão da Assembleia de Freguesia de Miragaia, foram aprovadas, sem votos contra, três propostas da CDU:

- Uma Moção de solidariedade com os moradores do Beco do Paço, relembrando que estes são inquilinos legais que devem ser tratados com o devido respeito;
  - Uma Moção de contestação ao anunciado projecto de detonação de 20 toneladas de TNT, pela possibilidade de provocar um sismo cujas consequências para o núcleo histórico da Freguesia são imprevisíveis;
  - Uma Moção criticando a Câmara pela extrema lentidão do processo de recuperação do Centro Histórico.
- Foi entretanto rejeitada pelo PS uma quarta Moção proposta pela CDU, que pedia o debate aberto do projecto de construção de túneis rodoviários, dado o desconhecimento público desse projecto, bem como das suas consequências para os edifícios e para os moradores.

# Governo não tem em conta interesses das populações

O Orçamento de Estado para 1997 e a Lei das Finanças Locais foram os principais temas debatidos na reunião da Junta Metropolitana de Lisboa (JML) realizada a semana passada na Amadora, tendo sido decidido, por unanimidade, dar parecer desfavorável ao PIDDAC-97 (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) e exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais.

A JML critica o facto de o debate,

que existiu, com o Governo, na preparação do PIDDAC-97, não ter tido quaisquer resultados práticos, pois na listagem de investimentos considerados não foram tidas em conta as propostas da JML e dos Municípios, nem tão-pouco "a perspectiva do que são os reais interesses das populações", como é sublinhado em comunicado à imprensa.

A JML reclama que sejam tomadas medidas práticas que garantam a trans-

parência nos processos de liquidação e cobrança dos impostos, efectuada pelas Repartições de Finanças - e que são receitas municipais.

A Junta Metropolitana refere ainda a necessidade de inscrever no Orçamento de Estado mecanismos de compensação financeira para os Municípios que têm grande parte dos seus territórios abrangidos por zonas de protecção especial - como é o caso de Alcochete e Montijo.



## INTERNACIONAL

## Afeganistão

Segundo a Amnistia Internacional, desde a tomada de Cabul pelos talibans desapareceram mais de mil civis da capital afegã e centenas de pessoas foram presas, alegadamente por simpatizarem com o presidente deposto, Burjanudin Rabani. As ruas da cidade foram cercadas pelos guerrilheiros, que entram nas casas dos cidadãos procurando provas que os associem ao antigo governo e destroem tudo o que consideram anti-islâmico. E os fundamentalistas não se ficam por aqui: um delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha foi detido e violentamente espancado, na semana passada. Entretanto, as tropas aliadas que apoiam o governo deposto têm vindo a aumentar a resistência aos talibans no norte do país, mas não se prevê para breve a queda do regime islâmico.

## Aumento da população mundial

Apesar do índice da natalidade ser cada vez menor na sua globalidade, a população mundial continua a crescer assustadoramente. O Gabinete da População dos Estados Unidos prevê que no ano 2000 existirão 6100 milhões de pessoas em todo o planeta. Noventa e cinco por cento do crescimento registar-se-á na América Latina, na Ásia e em África. Paralelamente, o índice de natalidade deverá descer dos actuais 1,5 a menos de um ponto percentual em 2025. Para isso concorre o insuficiente controlo de natalidade nas mulheres jovens. Ao mesmo tempo, o índice de mortalidade tem crescido, devido ao alastramento da Sida em África e na Rússia.

## China

O Comité Central do Partido Comunista da China, reunido no seu plenário anual, decidiu eleger como prioridade «o progresso ético e cultural». Congratulando-se com o «progresso material» alcançado nos últimos 18 anos de reformas económicas, o CC considera que «há ainda bastantes problemas, alguns muito graves, na vida social e cultural» do país.

## Líbano

Oito civis libaneses foram feridos por um bombardeamento da artilharia israelita desencadeado na sexta-feira contra cidades do sul do Líbano. Esta foi mais uma violação do acordo de cessar-fogo assinado em Abril que proibia as forças de Israel e do Hezbollah de visarem alvos civis.

Timor  
Um Nobel de futuro

José Ramos Horta fala de autodeterminação, liberdade e dignidade. Carlos Ximenes Belo refere a reconciliação, o alargamento e a defesa dos direitos humanos. O primeiro é porta-voz de Timor e o segundo bispo de Díli. Ambos defendem a independência de Timor-Leste do regime ditatorial indonésio. Ambos receberam o Prémio Nobel da Paz de 1996.

A Indonésia e o presidente Suharto são os seus principais inimigos. A sua causa são os timorenses. Na semana passada viram o seu esforço reconhecido pelo Comité Nobel e com o prémio muitas portas abertas para a sua luta.

Ramos Horta não esqueceu o seu líder, preso pela Indonésia: «Gostaria que Xanana Gusmão, o líder da resistência de Timor-Leste de quem eu sou apenas um humilde representante, tivesse sido igualmente galardoado.» E não perdeu tempo, apelando ao Governo dos EUA: «O problema de Timor é muito mais simples de resolver do que os enormes e complexos do Médio Oriente e da Bósnia. Se a administração de Clinton teve a vontade política de exercer o seu poder como mediador nesses conflitos, seria preciso muito menos esforço para persuadir a Indonésia a negociar mais seriamente com Portugal, sob os auspícios das Nações Unidas.»

Xanana Gusmão, por seu lado, em reacção à notícia, sublinhou a necessidade da situação dos direitos humanos melhorar no território. «Ainda se encontram condições de subdesenvolvimento, a tragédia da guerra, dos abusos. Portanto, temos de trabalhar para que a dignidade das pessoas seja tida em consideração e respeitada, que a paz e a reconciliação do povo de Timor se tomem realidade», afirmou.

## Reacções em Portugal...

Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, afirmou que a

atribuição dos Prémios Nobel da Paz deste ano simboliza «um reconhecimento com impacte



Com a atribuição no Nobel da Paz a Ramos Horta e Ximenes Belo, o povo de Timor tem mais uma razão para acreditar na autodeterminação

mundial da corajosa luta do povo maubere contra a ocupação indonésia e pela libertação da sua pátria».

A Assembleia da República, por seu lado, aprovou por unanimidade e aclamação, um voto de congratulação pela atribuição dos prémios. Na ocasião, o presidente do Parlamento disse que «os direitos humanos acabaram por derrotar os ditadores».

A Fretilin considera que este «é um recado sério para a Indonésia, no sentido de que a comunidade internacional reconhece a justiça da nossa luta».

## ... e no mundo

A ONU congratulou-se com o Prémio Nobel deste ano, vendo-o como o reconhecimento do trabalho desenvolvido por Ramos Horta e Ximenes Belo. «Este trabalho é também reconhecido como uma contribuição importante para o diálogo e a paz na região», afirmou José Ayala-Lasso, o alto comissário para os Direitos do Homem das Nações

Michael McCurry, porta-voz do presidente dos Estados Unidos, felicitando os laureados, não deixou de referir que a venda de armas ao regime de Suharto não vai cessar, pois «serve os interesses estratégicos norte-americanos na região». É bom lembrar que estas são as armas que já mataram milhares de timorenses e que ainda hoje lhes estão apontadas.

A Austrália, aliado «petrolífe-

dos direitos humanos na Indonésia».

Na Alemanha, Helmut Kohl foi imediatamente alvo de críticas da oposição, em relação à política do seu governo para com a Indonésia. «O chanceler deve aproveitar a atribuição do Prémio Nobel para chamar a atenção, durante a sua visita à Indonésia, sobre as questões da ocupação de Timor e dos direitos do homem», reiterou Rudolf Scharping, do SPD. Os Verdes apresentam hoje no parlamento uma moção para exigir um embargo sobre a venda de armas àquele país.

## Indonésia

Quatro dias antes da anunciada visita de Suharto a Timor-Leste para a inauguração de uma estátua de Cristo-Rei, numa tentativa de demonstrar a tolerância religiosa do seu regime, a notícia da atribuição do Nobel caiu como uma bomba na Indonésia. E as críticas não se fizeram esperar.

«Estamos muito surpreendidos e lamentamos que uma instituição tão reputada possa galardoar uma pessoa como Ramos Horta, que está claramente envolvido na incitação e manipulação do povo de Timor para se separar da República unitária da Indonésia», declarou Ghaffar Fadly, porta-voz do ministério dos Negócios Estrangeiros indonésio.

Ali Alatas, o responsável máximo deste ministério, vai mais longe e afirma que o dirigente maubere «é um aventureiro político. Só se representa a si próprio, mas é um manipulador muito esperto e tem o apoio da política neocolonialista de Portugal».

Questionado sobre uma possível resposta de protesto, Alatas considerou que o prémio «não é suficientemente importante».

## ■ Manuel Beja

## Suíça

## «Acabem com o massacre»

Na Suíça, os sindicatos dos serviços públicos lançaram um apelo aos trabalhadores suíços



As manifestações dos trabalhadores suíços e emigrantes realizadas em 1992 vão-se repetir no fim deste mês (foto de 92)

e emigrantes para se manifestarem no próximo dia 26 de Outubro contra o desmantela-

mento social e as baixas de salários.

«Acabem com o massacre» é a palavra de ordem que levará a Berna muitos milhares de pessoas. Em quatro manifestações simultâneas, percorrerão as ruas da capital, na praça em frente ao Palácio Federal com um gigantesco comício. Uma ocasião para demonstrarem o seu descontentamento em relação à prevista revisão da lei do trabalho, que será votada no dia 2 de Dezembro, e que pretende, entre outras coisas, transformar o domingo em dia normal de trabalho. Os protestos vão também contra o desmantelamento das reformas e do seguro de desemprego.

Há muito tempo que uma brisa de descontentamento sopra nos serviços públicos do país. As massivas baixas de salários são apenas uma parte de um plano violento que o governo quer oferecer ao pessoal dos caminhos-de-ferro. No fundo,

aquilo que pretendem reservar aos trabalhadores dos transportes será, sem escrúpulos, reservado a todos os funcionários dos serviços públicos.

Os efeitos múltiplos da desregulamentação, liberalização e privatização fazem-se sentir nas baixas de salários, na supressão de postos de trabalho e, ao mesmo tempo, vai-se aplicando uma política de austeridade cada vez mais agressiva a todos os outros trabalhadores. A manifestação do dia 26 de Outubro não é apenas um grito de indignação, é também o primeiro grande obstáculo às medidas anti-sociais propostas pelo Governo e pelo patronato.

Os trabalhadores emigrantes portugueses vão aparecer em Berna com a mesma força que já os moveu em 1989 contra o desumano estatuto temporário. Também eles são penalizados com esta grave crise económica

e social. A Suíça já não é o que foi e a factura é pesada.

Hoje, milhares de portugueses estão a regressar ao seu País Natal. Mais de sete mil estão no desemprego. Vinte e três mil trabalhadores da hotelaria viram os seus salários baixar, as férias foram reduzidas e as horas de trabalho aumentadas como consequência da anulação do contrato colectivo do sector. Na construção, entre Agosto de 1995 e Agosto de 1996, os portugueses perderam 225 postos de trabalho e as empresas continuam a fechar, pondo em perigo muitos milhares de postos de trabalho. Na agricultura, outro sector em que a mão-de-obra portuguesa marca presença, a exploração é desenfreada e as discriminações aumentam.

A Suíça está em crise e a comunidade portuguesa sofre com isso. No dia 26 de Outubro é o momento para dizerem «Acabem com o massacre!».



## Rússia

## Todos contra o Orçamento de Estado

O Parlamento russo rejeitou, em primeira leitura, o projecto de Orçamento de Estado para 1997, apresentado pelo Primeiro-Ministro Viktor Tchernomirdin na sexta-feira. O Orçamento foi considerado «inexequível» até pelos próprios membros do partido de Tchernomirdin, «Nossa Casa-Rússia (NCR)»

Por 280 votos contra, 33 a favor e quatro abstenções, o Orçamento de Estado apresentado por Tchernomirdin - que prevê receitas na ordem de 433.000 mil milhões de rublos (80.200 milhões de dólares) e despesas de cerca de 524.000 mil milhões de rublos (97.000 milhões de dólares) - foi rejeitado pelos deputados da Duma (câmara baixa do parlamento). O défice previsto é de 91 mil milhões de rublos (16.850 milhões de dólares), equivalente a 3,3 por cento do Produto Interno Bruto (PIB), o que está de acordo com o compromisso assumido pelo Governo russo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O OE foi considerado inexequível devido à impossibi-

lidade de cobrar os impostos previstos.

Face ao desacordo sobre o procedimento a seguir - se devolver o texto ao Governo ou se o reelaborar numa comissão conjunta legislativo-executiva - os deputados resolveram formar um grupo de trabalho para encontrar uma solução para o problema.

Outra possibilidade é a rejeição sucessiva do OE, o que permitirá à oposição apresentar um voto de desconfiança ao Governo, fazendo-o coincidir com a transferência por Ieltsin dos seus poderes a Tchernomirdin, devido à esperada operação ao coração. Ieltsin, recorda-se, está ausente do Kremlin desde Julho.



Segundo a Lusa, o líder do NCR, Serguei Beliaiev, criticou o projecto de OE por estar baseado «numa suposta cobrança de impostos» e considerou-o «inexequível» por ter previsto «agravar ainda mais o fardo fiscal, já por si pesado».

Tchernomirdin, que rejeita uma revisão radical do projecto de Orçamento para 1997, fez um discurso prometendo castigar todos os culpados de fuga aos impostos, e atribuiu a situação «extraordinária» no país a uma fuga generalizada ao fisco por

parte das empresas privadas e estatais.

A dívida do Estado, de acordo com dados do Kremlin, em salários e pensões de reforma não pagas - que originou uma onda de greves em diversas regiões e sectores - totaliza cerca de 40 mil milhões de rublos (8.000 milhões de dólares).

Entretanto, segundo a Agência Interfax, o Presidente russo, Boris Ieltsin, assinou um decreto criando a comissão de urgência encarregada de reforçar a disciplina fiscal e orçamental. Ieltsin, numa alocução difundida sexta-feira de manhã na rádio, anunciou a criação desta nova estrutura, chefiada pelo

Primeiro-ministro Viktor Tchernomyrdine e que conta com 23 membros. Tchernomyrdine terá como adjunto o chefe da administração presidencial Anatoli Tchubais.

O decreto estipula que os objectivos principais da comissão de urgência são os de garantir o pagamento de impostos, dos direitos aduaneiros e outras taxas, e de controlar os serviços fiscais e alfandegários, cujo funcionamento não é suficientemente eficaz, podendo ainda conduzir acções legais contra os responsáveis de empresas estatais e os poderes federais ou locais, e preparar os decretos ou directrizes presidenciais.

## Alemanha Sindicatos contra redução dos subsídios de doença

O sindicato alemão da metalurgia, IG Metall, está a negociar com o patronato o candente problema da redução de 100 para 80 por cento do subsídio de doença. A redução, fortemente contestada pelos trabalhadores, foi aprovada em 13 de Setembro pelo parlamento alemão - Bundestag -, provocando desde então importantes movimentos de protesto por parte dos metalúrgicos.

Caso não se chegue a um acordo, que passa necessariamente pela revisão daquela medida, o IG Metall ameaça lançar a Alemanha nas «greves mais duras da sua história». Contando com 3,5 milhões de filiados, o poderoso sindicato desempenha um papel decisivo na sociedade, pelo que as conversações são seguidas com particular interesse pelos sindicatos e organizações patronais de todos os sectores.

Os cortes nos subsídios de doença, recorda-se, fazem parte do plano de austeridade do chanceler Helmut Kohl para cumprir os critérios para a moeda única, considerado um verdadeiro atentado a direitos sociais há muito adquiridos. Neste caso concreto, prevê que os trabalhadores não recebam mais de 80 por cento do seu salário nas seis primeiras semanas de baixa.

«Esta República não pode regredir para a situação de 1956. Se for necessário, o IG Metall desencadeará uma greve do mesmo tipo da organizada no Schleswig-Holstein há quarenta anos», afirmou recentemente Klaus Zwickel, dirigente sindical. Esta referência ao já lendário movimento grevista dos trabalhadores metalúrgicos que durou 114 dias, e na sequência do qual foram conquistados importantes direitos sociais, hoje considerados inalienáveis, é bem a expressão do espírito de luta que se vive no país.

## Conselho Mundial da Paz Por uma paz justa

De 23 a 26 de Outubro realiza-se, na Cidade do México, a Assembleia do Conselho Mundial da Paz. «O desarmamento como condição para a paz e a segurança - Perspectivas para um mundo livre de armas nucleares», «Não há paz sem justiça e desenvolvimento», «Paz e soberania» e «Para uma cultura da Paz» são os temas abordados.

O presidente do Movimento Mexicano Paz, Soberania, Justiça, anfitrião desta iniciativa, afirma no convite: «Queremos paz e temos de lutar por ela, porque esta nunca aconteceu espontaneamente. Há que realizar um esforço congruente, sistemático e coordena-

nado entre todas as forças democráticas e progressistas do planeta. Esta assembleia pretende ambiciosamente preparar as condições para fazer do século XXI o século da paz.»

Referindo-se aos graves problemas com que o mundo se debate (desigualdades, pobreza, desemprego, racismo, ameaças de desastres ecológicos, violações dos direitos humanos, etc.), o Conselho Mundial da Paz defende que estas questões «não se podem resolver por meios militares, mas sim através do esforço concertado dos povos de todas as nações para alcançar o desenvolvimento e o progresso social».

## Vanuatu

Sábado foi dia de rebelião em Vanuatu, no Pacífico sul. Jean-Marie Lényé foi raptado por um grupo de 200 soldados da Força Móvel do arquipélago (FMV) que se sublevaram, exigindo o pagamento dos seus salários em atraso desde 1993. Horas mais tarde, as suas reivindicações foram satisfeitas através de um acordo que prevê igualmente o afastamento de alguns oficiais superiores da FMV e da polícia.

## Ambiente

Iniciou-se no passado domingo o Congresso Mundial para a Conservação da Natureza, em Montreal, no Canadá. Constituinte o mais importante encontro sobre ambiente desde a Cimeira do Rio, esta iniciativa procura identificar os desafios estratégicos e os meios para melhor preservar a diversidade biológica do planeta. «A natureza no século XXI», «O financiamento do desenvolvimento duradouro» e «O mundo dos negócios e o ambiente» são alguns dos temas que irão ser abordados até dia 23. Para a União Mundial para a Natureza, as mudanças de estratégia ambiental a nível estatal devem ser acompanhadas por uma «descentralização das decisões e dos poderes de gestão dos recursos locais». A esse respeito, a organização elogiou os esforços de alguns países da África ocidental como o Mali, a Nigéria e o Burquina-Faso.

## República Checa e Eslováquia

Recentemente, os deputados comunistas da República Checa decidiram ir para a frente com um voto de não confiança ao governo minoritário de ala direita, no poder há três meses. Esta decisão surge depois do Executivo anunciar a sua intenção de fazer cortes de cinco por cento nas despesas públicas e de aumentar em 35 por cento os custos do aquecimento das habitações.

Também na Eslováquia o descontentamento é generalizado. Algumas semanas de inquietação dos artistas culminou numa manifestação de dez mil pessoas, na Praça Bratislava, liderados pelos seus sindicalistas e representantes da classe médica, científica, estudantil e professores universitários. No dia seguinte, os actores do Teatro Nacional entraram em greve, devido a «interferências políticas do Governo em questões internas da instituição». A greve foi suspensa quando duas das três exigências dos actores foram satisfeitas. «Na Eslováquia, fomos os primeiros a unirmo-nos em torno das nossas necessidades e levantarmos-nos por elas, e o Governo recuou. Somos um exemplo para os outros. Usámos os nossos direitos democráticos e obtivemos resultados», afirmou na ocasião a actriz Maria Labuda, citada pelo jornal Postmark Praha.

## Médio Oriente

## CPPC reclama mais empenhamento no processo de paz

O Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) reclama do novo governo israelita, muito particularmente do Primeiro-ministro Netanyahu, um maior empenhamento no cumprimento do plano de paz assinado em Oslo, sob os auspícios da comunidade internacional.

Numa declaração de protesto entregue no passado dia 9 na embaixada de Israel em Lisboa, o CPPC afirma que a recente decisão de abrir o túnel sob as esplanadas das mesquitas de Jerusalém «só pode ser entendida como uma provocação» ao povo palestino, e denuncia a forma brutal com que o governo israelita reprimiu a revolta popular, «provocando mais de sessenta mortos e muitas centenas de feridos, a acrescentar às 1258 vítimas do Intifada».

O documento cita exemplos concretos das violações ao plano de paz e às inúmeras resoluções da ONU sobre a questão palestina: a instalação e expansão de novos colonatos; o adiamento da desmilitarização de Hebron (cidade com 460 habitantes israelitas e 120 000 palestinos), inicialmente

prevista para Maio, adiada depois para Setembro e agora sem qualquer data, já que Netanyahu pretende renegociar esta questão; destruição de inúmeros imóveis em Jerusalém; encerramento da delegação da OLP naquela cidade; recusa arbitrária de «autorização de residência» a centenas de palestinianos; ocupação de territórios; recusa de libertação de milhares de prisioneiros políticos palestinianos.

Considerando que uma paz justa e duradoura na região passa inexoravelmente pelo respeito pelos direitos do povo palestino, o CPPC exige a retirada das tropas israelitas de todos os territórios ocupados, incluindo Jerusalém Ocidental; o direito à autodeterminação da Palestina; direito ao estabelecimento do Estado palestino, no seu território; direito ao regresso dos deslocados, refugiados e emigrantes. Reclama igualmente o encerramento do túnel, causa próxima da crise aberta na região, e o recomeço das negociações de paz, na perspectiva do cumprimento dos compromissos já assumidos.



Membros do CPPC em manifestação de apoio à paz no Médio Oriente junto da embaixada de Israel em Lisboa



## Encontro Distrital de Setúbal da CDU

# Cumprir exigências do presente vencer os desafios do futuro

**R**euindo-se num Encontro realizado no Montijo no passado sábado em que participaram centenas de autarcas, a CDU discutiu a fundo os problemas do Distrito de Setúbal, que conhece como ninguém, ao governar 12 dos seus 13 concelhos. O Encontro teve dois Painéis, o primeiro, dedicado ao Desenvolvimento Regional, o segundo, à Democracia participada / Participação popular. Dezenas de intervenções apuraram um documento final com as propostas e reivindicações da CDU para o Distrito, que resumimos nestas páginas, e foi encerrado por Carlos Carvalhas, que assistiu a todos os trabalhos.

Na mesa que presidiu aos trabalhos, estavam os dirigentes nacionais do PCP, Carlos Carvalhas, Francisco Lopes (do Secretariado e da Comissão Política) e Luís Sá (da Comissão Política) e diversos membros da DORS do PCP (Manuel Valente, Conceição Morais, Odete Santos, Carlos Humberto, José Catalino e Manuela Pinto Ângelo). Representando o Partido Os Verdes, encontrava-se Heloísa Apolónia (membro do Conselho Nacional e deputada na Assembleia da República), Álvaro Saraiva e Carmen Francisco, enquanto a Intervenção Democrática estava representada por Hélio Bexiga. Quanto a presidentes de Câmara, integraram a mesa nada menos que dez: Jacinta Ricardo (Montijo), Francisco Pacheco (Sines), Ramiro Beja (Santiago de Cacém), Fernando Travassos (Grândola), Maria Emília Sousa (Almada), Pedro Canário (Barreiro), Miguel Boieiro (Alcochete), Carlos Sousa (Palmela), Eufrazio Filipe (Seixal) e Rogério Brito (Alcácer do Sal) e ainda Regina Marques, vereadora do PCP na Câmara de Setúbal, o único município do Distrito onde a CDU não detém a maioria. Pela JCP, esta-

## Carlos Carvalhas no encerramento

# Intensificar o trabalho dar resposta aos problemas

O Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, assistiu a todo o Encontro Distrital de Setúbal da CDU, encerrando a iniciativa com uma intervenção de que respigamos algumas passagens.

(...) Quem acompanhou os trabalhos deste Encontro e os seus painéis - Desenvolvimento Regional, e Democracia participada - certamente que pode testemunhar que a grande preocupação da CDU é a de continuar a aprofundar o seu trabalho autárquico com as populações, procurando dar resposta aos pequenos e grandes problemas e melhorar a vida e o quotidiano dos cidadãos.

A seriedade com que se tratou de causas e grandes questões, a busca de melhores soluções, os esforços a desenvolver para superar deficiências e condicionamentos marcam este encontro distrital e o debate dos seus temas: ambiente, urbanismo e ordenamento do território, desenvolvimento económico e social, acessibilidades e transportes, acção social, educação, cultura, desporto e juventude, democracia participada, política de comunicação, movimento associativo e popular, competências, obrigações e meios do Poder Local.

Esta postura desde logo sublinha uma grande diferença em relação aos outros Partidos. E, eu creio que vós estareis de acordo que ao contrário de outras forças políticas, cuja grande preocupação não é a situação do povo e a resolução dos seus problemas, mas a conquista de tal ou tal município, a conquista do poder local como trampolim para as eleições legislativas, a conquista do poder pelo poder, pelos privilégios do seu exercício tal como o entendem, a CDU continue a dirigir os seus esforços para servir as populações. Que a CDU continue a dirigir as suas energias, atenções e esforços para que cada vez mais se possa reivindicar dos atributos do trabalho, honestidade, competência e experiência. **Que continuemos serena e empenhadamente com o trabalho ao serviço do desenvolvimento. Os outros que fiquem com o frenesim eleitoralista, com a demagogia, com a política espectáculo.**

va Sofia Martins. Completaram a mesa outros eleitos da CDU em diversos órgãos autárquicos: Joaquim Gonçalves (JF / Moita), Anabela Berto (AF / Almada), João Pinto (AM / Palmela), Eugénio Amador (JF / Sines) e Álvaro Costa (presidente da AM de Alcochete).

Pode dizer-se que este Encontro Distrital de Setúbal da CDU passou a pente fino a realidade dos diferentes concelhos que o compõem através de um levantamento, por vezes exaustivo, tanto dos problemas e necessidades sentidos em cada município como das realizações do poder autárquico nos mais diversos domínios da vida local. As abordagens das diferentes realidades foram desde o pormenor minucioso, como por exemplo o da análise da carência de meios da PSP de Almada, até à discussão de questões estratégicas como as acessibilidades e os transportes, o desenvolvimento económico e o desemprego, o relacionamento com os agentes económicos, a cultura e o ambiente, as infra-estruturas e a regionalização, etc., etc.

Desses levantamentos saiu o documento final, cujas propostas e reivindicações fundamentais condensamos noutra local destas páginas.

Francisco Lopes abriu o Encontro com uma intervenção onde, a par de uma análise circunstanciada do trabalho global da CDU nas autarquias do Distrito de Setúbal, não deixou de assinalar o

defraudamento sentido pelas suas populações após as expectativas criadas pelas promessas do PS que, passado mais de um ano no poder, «já está continuando a política do PSD nos seus eixos essenciais, a defraudar as expectativas, a não dar resposta aos problemas, a contribuir para o agravamento da situação económica e social» no Distrito. Acusando a prática política da maioria dos eleitos do PS e do PSD nas autarquias do Distrito de não se guiar pela defesa dos interesses das populações, frisou que, neste capítulo, «os exemplos vêm de cima, e o presidente da Federação Distrital do PS, que acumula com o cargo de Governador Civil, numa linha de fusão e confusão de funções entre o partido e o Estado, vai dando os seus, com comentários insultuosos para o trabalho das câmaras CDU que afectam o relacionamento que deve existir entre o representante do Governo do Distrito e o Poder Local, e com as deslocações itinerantes, as promessas e os subsídios de algebeira, no bom estilo do PSD».

O valioso trabalho autárquico da CDU fala por si. Mesmo os nossos adversários são obrigados a reconhecer que no plano autárquico a CDU leva a dianteira e que tem um trabalho valioso e globalmente muito positivo. E mesmo assim nem sempre valorizamos e divulgamos o trabalho realizado.

Mas se conseguimos granjear este justo prestígio, isto deve-se ao trabalho esforçado, à participação das populações, à valia do projecto e

**E é lamentável ver agora o PS no Governo a seguir os mesmos métodos eleitoralistas que tanto criticou e com razão ao PSD.**

Ele é o atrasar de obras em municípios adversários e adiantar outras com custos acrescidos e pagos por todos nós, na área dos municípios do PS, super endividados e desacreditados na sua gestão, ele é a interferência directa dos Governadores Civis, confundindo cargos partidários com cargos oficiais, eles são os responsáveis das CCRS a funcionarem como uma extensão da campanha eleitoral do Partido do Governo numa actuação inaceitável e desvergonhada.

E apesar das promessas, dos compromissos e das declarações ao mais alto nível, o PS prepara-se não só para não cumprir a Lei das Finanças Locais em 1997, como a não compensar sequer as isenções sobre receitas municipais que vai decretando. É inaceitável.

Paralelamente e com todo o descaramento, o Governo vai engordar a rubrica dos **contra-programas** recuperando assim de forma envidada a figura dos subsídios e das comparticipações, autênticos «sacos azuis» para utilizar de acordo com interesses políticos. Ao que tudo indica a rubrica passará de 1,8 milhões de contos no Orçamento de Estado de 1995 para os 5,5 milhões de contos em 1997. Um escândalo, que mesmo muitos autarcas do PS não cobrirão...



Luís Sá proferiu a última intervenção, antes do discurso de encerramento de Carlos Carvalhas, exortando energicamente ao maior incremento do trabalho com as populações.

O Encontro aprovou também uma moção, condenando a ausência dos diversos canais de televisão nesta grande iniciativa.

## A luta é o caminho

Perante o orçamento e as promessas não cumpridas, perante os cortes do FEF e os benefícios fiscais em impostos autárquicos não compensados, resta o caminho da intervenção e da luta.

O Governo do PS tem que saber que não se desprezaram promessas, nem se violam leis impunemente.

Por isso, daqui saudamos a anunciada manifestação de 31 de Outubro, em frente à Assembleia da República, das freguesias e todas as outras lutas dos eleitos e trabalhadores das autarquias!

O PS que não tenha ilusões. A opinião pública vai-se dando conta destes métodos e actuações e da mesma maneira que penalizou o PSD não deixará de vir a penalizar o PS.

Pela nossa parte, continuaremos a pautar a nossa intervenção pela positiva, pela transparência, pelo empenho em resolver os problemas do presente e em abrir os caminhos do futuro. E aqui no distrito de Setúbal é conhecido o esforço e combate conjunto que os eleitos da CDU têm vindo a travar para que se concretize entre outros projectos o do «Metro de superfície Sul do Tejo», a «Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Setúbal» e o «Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos».

É a CDU que luta pela concretização destes projectos e que se afirma e deve continuar a afirmar-se cada vez mais com um espaço aberto à participação efectiva e real de todos aqueles que conosco querem dar resposta aos problemas mais sentidos das populações.

Mas a CDU espaço plural, aberto à participação de milhares de independentes, só por si não pode resolver os problemas que dependem da Administração Central, que dependem das opções e da política do Governo...



# Propor e reivindicar

O Encontro Distrital de Setúbal da CDU aprovou uma Resolução onde, em 12 pontos, apresenta à população do Distrito os princípios, propostas e reivindicações que defende para esta região da Margem Sul do Tejo. Condensamo-las a seguir.

- A Democracia exercida de forma participada pelas populações e trabalhadores, e fortemente estimulada pela acção das autarquias.

- O Desenvolvimento Regional visto de forma sustentada e equilibrada.

- A criação de um Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDDS), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II, que garanta a concretização de investimentos e medidas específicas de apoio ao emprego e ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.

- A defesa do Meio-ambiente, lutando pela concretização de projectos estratégicos para o Distrito, exigindo financiamento com recurso a Fundos Comunitários (Fundo de Coesão), e ao Orçamento de Estado, para as Estações de Tratamento de Águas Residuais, a Recolha e Tratamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos, o Abastecimento de Água, a revitalização das Zonas Ribeirinhas e Estuários, a valorização das Áreas Protegidas e a promoção da Educação Ambiental.

- O desenvolvimento económico, valorizando a capacidade produtiva instalada, invertendo a actual política de destruição do sector produtivo, de desmembramento e aniquilamento do Sector Empresarial do Estado e do Sector Público (...); a captação de novos investimentos (...); exigência do financiamento do Estado e de fundos comunitários para a concretização do Parque de Ciência e Tecnologia de Almada/Setúbal - MADEN Parque.

- A Educação, garantindo e exigindo a recuperação dos edifícios escolares e a construção de novas escolas dos ensinos básico e secundário, e a fixação no Distrito de novas unidades de ensino superior público, reivindicando de imediato a criação dos Pólos Universitários do Barreiro e Litoral Alentejano, bem como da Escola de Enfermagem em Setúbal. Exigir do Governo o desenvolvimento de uma rede pública de educação pré-escolar de carácter universal e gratuito (...)

- A Saúde, exigindo a construção do Hospital Distrital de Santiago do Cacém e o alargamento das valências do Hospital do Montijo, a construção de novos centros de saúde (...); tomada de medidas especiais para a prevenção, tratamento e combate à toxicod dependência.

- O Movimento Associativo, potenciando os meios existentes, valorizando a dinamização de novas associações, apoiando a acção dos dirigentes associativos (...); adopção pela AR de uma lei-quadro que clarifique os mecanismos de apoio da Administração Central ao movimento associativo (...); tomada de medidas que assegurem benefícios ao movimento associativo na prossecução dos seus fins (nomeadamente na área da formação de dirigentes fiscalidade, licenças, etc.).

- A Habitação, apostando na recuperação e reabilitação urbana, respondendo assim ao crescimento da procura no Distrito (...); exigir que o governo respeite as competências das autarquias em matéria de planeamento, ordenamento e gestão urbanística, revogando a legislação publicada pelo governo do PSD que veio usurpar as competências dos municípios nestas áreas.

- As acessibilidades. Exigimos, entre outras: a abolição das portagens da Ponte 25 de Abril, do Barreiro e de Palmela; o financiamento para a construção do Metro Sul do Tejo (MST); a extensão até ao Pinhal Novo da nova travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril; o prolongamento da IC32/Circular Regional Interior da Península de Setúbal (CRIPS) entre a nova Ponte sobre o Tejo e a Trafaria englobando o Anel de Coíma; a construção da Via Turística Almada/Sesimbra classificando-a como itinerário Regional (...); construção da Auto-estrada do Sul (A2); a electrificação e duplicação da linha férrea do Sul; a redefinição do traçado do IP8 que deverá passar por Santiago do Cacém, ligando Sines a Beja; o IC33, Sines-Évora com ligação a Madrid, passando por Grândola e reclassificado como Itinerário Principal (...)

- A Segurança das populações, exigindo a construção de novas esquadras das forças de segurança no Distrito, a reabertura das que foram encerradas, bem como o aumento dos seus efectivos destacados para o patrulhamento e vigilância, afectando-lhes os meios materiais de mobilidade indispensáveis, aumentando assim a segurança.

- A Regionalização, exigindo a sua rápida implementação, com a criação da região «Lisboa e Península de Setúbal» e da integração dos concelhos do sul do distrito, na futura região «Alentejo», afirmando assim a península e o litoral alentejano nas regiões administrativas a criar.



EM FOCO



PORTO - 6.7.8 DEZEMBRO 1996

# Um Partido mais forte A palavra aos

## O debate no «Avante!»

Conforme havíamos anunciado na

passada semana, o nosso jornal abre as

suas páginas ao debate preparatório do

XV Congresso. E começa com a presente

conversa. Outras se seguirão.

O «Avante!» acolherá também

colaboração de militantes sobre as Teses.

Recordamos que essas colaborações

não devem exceder as 60 linhas,

reservando-se a Redacção a prerrogativa

de seleccionar os trechos mais

significativos, de modo a permitir

a participação nos debates do maior

número de militantes.

O reforço do PCP é considerado nas Teses como «condição indispensável para a conquista de um novo rumo para Portugal». O «Avante!» convidou Agostinho Lopes, da Comissão Política e do Secretariado, António Andrez, do Conselho Nacional e da DORL, Raimundo Cabral, do Conselho Nacional e da DOREV, e Virgílio Azevedo, da Comissão Central de Controlo e da DORS, para uma mesa-redonda, onde, a lançar o debate, perguntámos: o que entendem por reforço do Partido?

**Agostinho Lopes (AL)** - Antes de mais, é essencial que os militantes do Partido façam uma leitura atenta e crítica do que está nas Teses e na base da sua própria experiência dêem uma contribuição para que do Congresso possa sair um conjunto de orientações que permitam concretizar o lema - «Um Partido Mais Forte».

As Teses dizem que um Partido mais forte conserva e reafirma a sua identidade e a natureza; aprofunda a democracia interna, no sentido de uma crescente participação de todos os seus membros; dá resposta a alguns dos seus estrangulamentos orgânicos; melhora a sua comunicação com a sociedade portuguesa; reforça-se do ponto de vista financeiro; afirma a sua dimensão nacional; e finalmente é um partido que mantém muito firmes os princípios da solidariedade internacional.

**Raimundo Cabral (RC)** - Eu começo por sublinhar que o Partido não é nem deve ser entendido como uma coisa abstracta. Por isso é fundamental que as estruturas de base sintam a importância da sua intervenção, da sua ligação aos problemas dos trabalhadores e das populações, da sua ligação à vida. Esta é uma ideia que está nas teses, mas a sua discussão não deve ser separada da realidade concreta das diferentes organizações. Cada comunista deve intervir sobre os problemas que o rodeiam e deve apontar linhas para a reforçar a acção e mobilização dos outros trabalhadores e populações. Ou seja, é vital que as estruturas de base, as comissões concelhias, de freguesia, as células de empresa, tenham a sua vida própria e não estejam à espera que alguém de «cima» as faça funcionar.

Contudo, é inegável que nomeadamente as células de empresa, entendidas como estruturas de base, têm vindo a reduzir o seu número e a sua actividade. Esse facto pode ser constatado por exemplo no distrito de Setúbal...

**Virgílio Azevedo (VA)** - Sim, é verdade que, no distrito de Setúbal, a destruição do aparelho produtivo levou à redução de importantes células do Partido como as da Lisnave, Quimigal, Siderurgia, da Setenave, entre muitas outras. Mas, apesar desta ofensiva, ainda funcionam 115 organismos, entre células de empresa, comissões por sectores profissionais e estruturas sindicais. Sendo ainda um número significativo, está muito aquém do que é necessário, até porque se formaram entretanto novas empresas onde não existem células do Partido. A Organização está sensibilizada para esta questão e, sobretudo depois da Conferência de 1994, procuramos novas formas de intervenção. Um balanço recentemente efectuado indica-nos que foram tomadas

medidas com resultados positivos, quer ao nível da DORS quer ao nível das comissões concelhias, mas reconhecemos que há muito por fazer. Parece-me que podemos aproveitar melhor a experiência acumulada no Partido de formas de organização.

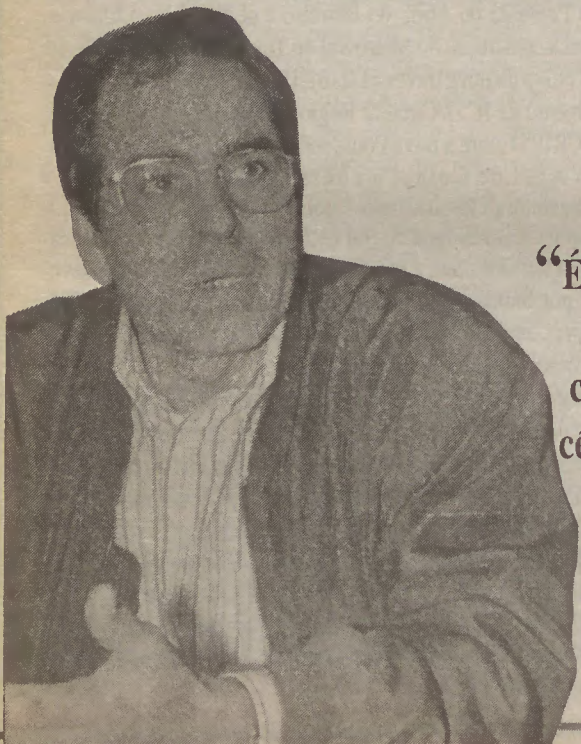
A diminuição das estruturas nas empresas está relacionada com as crescentes dificuldades e limitações levantadas pelo patronato. Estou a lembrar-me, por exemplo, das grandes superfícies comerciais, onde é praticamente impossível criar uma organização de trabalhadores, seja sindical ou partidária.

**António Andrez (AA)** - Sem dúvida que esse é um dos grandes problemas que se colocam ao Partido não só em Lisboa como em outros distritos do País. O patronato encontra todos os dias novos mecanismos para aumentar a exploração dos trabalhadores, os ritmos e o tempo de trabalho. A Organização tem de responder com criatividade e todos devemos aproveitar o período de debate preparatório do Congresso para trocar experiências e reflexões que abram mais pistas para encontrar as respostas necessárias. De resto, nestas questões, o Congresso não deve ser encarado como ponto de chegada mas sim como um ponto de partida. Também as Teses não podem pretender dar as soluções para tudo. O documento de que dispomos consegue, em minha opinião, dar uma estratégia global para o nosso Partido, mas não fornece, e ainda bem, orientações para um longo período de tempo. As Teses dão um enquadramento, definem perspectivas, ajudam! Mas agora precisamos do Partido, dos militantes, das suas experiências e reflexões, que devem ser contempladas na Resolução Política do Congresso e ser aproveitadas pelo Partido em geral, mas podem ter uma aplicação imediata tendo em conta os objectivos concretos das organizações onde a discussão tem lugar. Em resumo: o debate do congresso não é um exercício académico, deve estar ligado a objectivos de curto e médio prazo até porque a sua discussão obriga a uma participação maior por parte dos militantes.

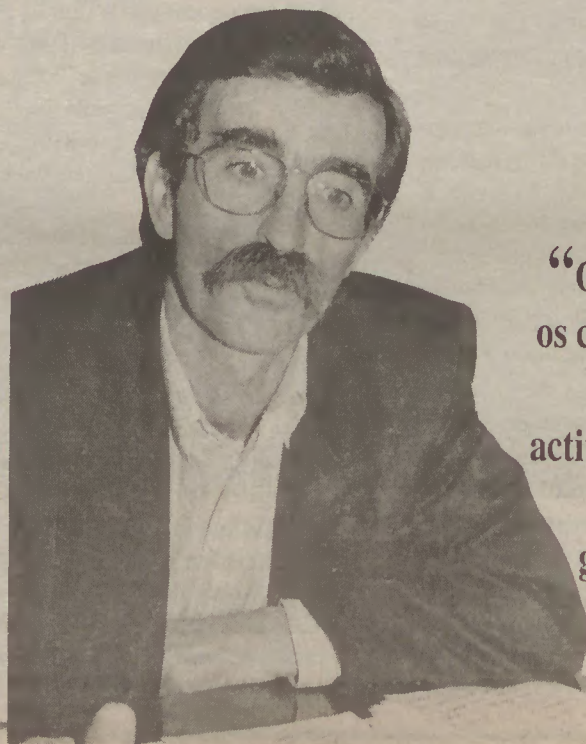
**Voltando ao reforço das estruturas de base, nomeadamente nas empresas.** Não vêem uma certa contradição (pelo menos aparente) quando, por um lado, se admite que é cada vez mais complicado organizar politicamente os trabalhadores e, ao mesmo tempo, se afirma que o caminho para o reforço do Partido passa essencialmente pelo desenvolvimento das estruturas de base?

**AL** - A realidade que estamos aqui a reflectir é a seguinte: tudo empurra nesta sociedade para que os trabalhadores e os cidadãos não intervenham e se transformem em meros espectadores da política. Nesse sentido, o trabalho do PCP terá sempre de remar contra a maré. O nosso esforço é para que os cidadãos não abdicuem do seu direito de participar activamente, sabendo nós que vamos contra o ambiente geral que leva as pessoas a «fazer política» frente à televisão. Porém, não há outro caminho. Os trabalhadores continuam a não ter outra arma que não seja a da organização e da unidade.

**VA** - É verdade que estamos perante uma nova realidade que



“É vital que as estruturas de base, as comissões concelhias, de freguesia, as células de empresa, tenham a sua vida própria e não estejam à espera que alguém de «cima» as faça funcionar”



“O nosso esforço é para que os cidadãos não abdicuem do seu direito de participar activamente, sabendo nós que vamos contra o ambiente geral que leva as pessoas a «fazer política» frente à televisão”



Texto de Carlos Nabais  
Fotos de Sérgio Moraes

# militantes

À conversa com (da esquerda para a direita): António Andrez, Virgílio Azevedo, Raimundo Cabral e Agostinho Lopes



dá origem a disponibilidades diferentes para a militância política. Mas neste quadro detectamos também sinais positivos, nomeadamente entre os jovens trabalhadores que revelam uma grande vontade de participação.

**E o Partido tem conseguido aproveitar essa vontade?**

VA - Temos muito ainda por fazer, mas existem experiências interessantes, por exemplo, ao nível do trabalho de direcção. Ainda há pouco tempo, o Executivo de uma comissão concelhia chamou jovens de uma dada empresa e integrou-os na actividade da juventude trabalhadora e hoje, nessa empresa, vários jovens têm aderido ao Partido.

AL - Para além do que aqui já foi dito, no sentido de termos em conta a diversidade das organizações, penso que o Partido deve voltar-se para fora, para os problemas das populações, e tentar alargar e rentabilizar o núcleo activo do Partido, ou seja, o conjunto de quadros que estão nos movimentos sociais, nas autarquias, nas diversas organizações do Partido.

**Achas que estão subaproveitados?**

AL - Em muitos casos estão. Temos por vezes camaradas muito afunilados em determinadas frentes de trabalho e não aproveitamos a sua experiência nas tarefas de reforço orgânico do Partido. Sem correr o risco de dispersão, penso que os quadros podem ter uma intervenção mais global como militantes do Partido.

AA - Estou de acordo com o Agostinho Lopes. É preciso alargar e aproveitar melhor o núcleo activo do Partido, que é, na sua maioria, constituído por camaradas que lutaram no 25 de Abril e começaram logo, passado pouco tempo, a defender as conquistas da revolução, e já lá vão 20 anos... E no meio disto, apanharam com a derrocada de Leste, mas mantiveram-se activos. Este conjunto de camaradas que estão ligados aos movimentos associativos, aos sindicatos, às autarquias, etc., tem de ser ganho para dar um contributo decisivo para o nosso reforço orgânico.

**Uma outro aspecto tem a ver com o rejuvenescimento e renovação do Partido. A campanha de adesões está a ter êxito?**

RC - Há três anos, no distrito de Évora, não podíamos falar na JCP porque a estrutura era praticamente inexistente. Hoje, em resultado de várias medidas que foram tomadas, a JCP tem organização nos 14 concelhos do distrito. Em dois anos foram recrutados perto de 500 jovens, que desenvolvem actividade em escolas, nos núcleos e, afirmando-se como comunistas, querem ter um espaço de intervenção no Partido. Actualmente várias dezenas de jovens integram as estruturas de direcção, sobretudo nas direcções concelhias, mas também na Direcção Regional. No entanto, nem todas as organizações estão a aproveitar de igual modo este

afluxo juventude, e também por isso, a evolução da campanha de recrutamento, que atingiu no distrito 50 por cento da meta, difere muito de concelho para concelho. Entre os que mais se destacam está Portel - uma organização dirigida por jovens - que ultrapassou a meta em cerca de 40 por cento.

VA - No distrito de Setúbal existem também diferenças nesta área entre as várias organizações, mas estamos a trabalhar para cumprir a meta. Neste momento, atingimos 30 por cento do objectivo, no entanto são de salientar alguns dados interessantes: 42 por cento das novas adesões têm menos de 30 anos, 43 por cento são mulheres e 59 por cento são operários e empregados. Tal como no Alentejo, também em Setúbal a JCP deu importantes passos, tendo crescido organicamente e em termos de intervenção política. Hoje, dezenas de jovens comunistas estão a passar ao Partido, assumindo responsabilidades aos mais diferentes níveis, o que permite rejuvenescer não só as estruturas como nalguns casos os próprios quadros de funcionários.

AA - O balanço que fazemos em Lisboa é positivo. Cumprimos já 50 por cento da meta, metade das adesões são jovens e cerca de 40 por cento são mulheres. Agora restam-nos apenas dois meses para o Congresso e isto significa que, como normalmente acontece nas grandes campanhas do Partido, temos de fazer tanto neste período como durante o ano inteiro. Mais uma vez, «à PCP» como costumamos dizer, vamos dar tudo por tudo para atingir o objectivo. E penso que é possível.

VA - Julgo que a vontade de aderir ao Partido está a ser superior à nossa capacidade de chegarmos às pessoas. Temos no distrito centenas de pessoas que trabalham diariamente connosco, alguns deles consideram-se já comunistas, e no entanto na maioria dos casos não são abordados para se inscreverem.

**Que linhas vão orientar esta fase de debate e preparação do Congresso?**

AL - Bom, primeiro deve realizar-se um conjunto de assembleias plenárias para reflexão geral sobre as teses e eleição de delegados ao Congresso. Para além disso está em desenvolvimento uma série de iniciativas de debate sobre problemas específicos, com participação, inclusive, de pessoas que não são militantes.

**Pretende-se virar o debate para fora?**

AL - Não queremos um debate fechado. O que pretendemos é encontrar respostas no plano da organização interna do Partido e no plano da sua intervenção para a resolução dos problemas das populações e do povo. Neste sentido, pensamos que há uma multiplicidade de formas e cabe às organizações decidir quais as mais adequadas aos objectivos colocados.

RC - No Alentejo, temos já um programa de iniciativas preparatórias, onde contamos também com a participação de amigos

do Partido. Porém, a linha principal é ligarmos a discussão das Teses à realidade e assim torná-la mais simples e leve. Queremos combater a ideia de que as Teses são um documento pesado ou mesmo uma chatice e por isso vamos partir de exemplos concretos como, por exemplo, o nosso projecto autárquico. Pensamos que num distrito como o nosso é importante aferir o trabalho realizado nas autarquias, confrontando-o com o nosso projecto autárquico. Será isto que estamos a executar? Se estimularmos esta discussão as organizações estarão a contribuir de uma forma criadora para um Partido mais forte e a preparar já a próxima batalha autárquica.

VA - Devo dizer que o PCP não vai «fechar» para discutir as Teses. Paralelamente a esta discussão, a organização tem de continuar atenta às questões da situação política e social actual e à preparação das próximas batalhas, como as autárquicas de 1997. No âmbito da preparação do Congresso, no distrito de Setúbal, temos já marcadas mais de meia centena de assembleias plenárias, para além de dezenas de outras reuniões de vários organismos. A par disso, vamos prosseguir um ciclo de debates, que iniciámos este ano, sobre temas centrais da vida do País visando dinamizar a discussão em torno de problemas abordados nas Teses e chegar a outras pessoas fora do Partido.

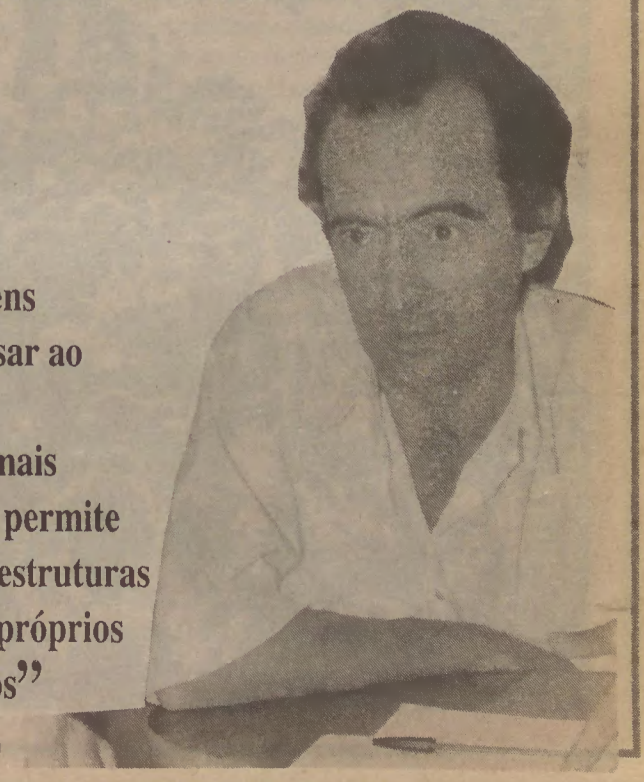
AA - Em Lisboa, no dia 7 de Novembro, vai realizar-se um debate com independentes para debater alguns pontos das Teses. Digo isto para confirmar que não limitamos o debate aos militantes, muito pelo contrário, como, de resto, temos feito noutras alturas. Mas há outra preocupação não menos importante: é saber se o debate preparatório está a atingir de facto as bases do Partido. Queremos que isso aconteça e que as assembleias para a eleição de delegados sejam o culminar deste processo. Acrescento que concordo com o Virgílio quando diz que não «fechamos» para discutir as Teses. De facto, o Partido continua a animar uma série de iniciativas orientadas para os problemas que se colocam no imediato e no futuro próximo, e que, em última análise, acabam também por constituir contributos para o Congresso.

AL - É de sublinhar a profunda democracia do debate que os comunistas realizam na preparação do seu Congresso. Vamos ter certamente deficiências, dificuldades, e nem todas as coisas vão correr segundo o plano, mas sem receio algum de contestação, podemos afirmar que temos um debate pré-congressual ímpar no quadro político partidário português. Nenhum outro partido faz um esforço efectivo para que os seus militantes participem de facto na definição das linhas de orientação estratégica. Há para aí quem diga que as Teses não trazem nada de novo... mas essa é uma questão falsa. Tal como sempre o nosso objectivo é que os militantes intervenham, e isto é a base da democracia.



“O debate do congresso não é um exercício académico, deve estar ligado a objectivos de curto e médio prazo até porque a sua discussão obriga a uma participação maior por parte dos militantes”

“Hoje, dezenas de jovens comunistas estão a passar ao Partido, assumindo responsabilidades aos mais diferentes níveis, o que permite rejuvenescer não só as estruturas como nalguns casos os próprios quadros de funcionários”





## EM FOCO

# Os engenheiros da resignação

**O**S DIREITOS dos trabalhadores, o seu grau de justiça, o reconhecimento do seu exercício e a sua própria dimensão são sempre factor que caracteriza qualquer sociedade. Igualmente caracterizadora é a forma como com eles se identificam as instituições e as forças políticas.

Esta questão é de grande actualidade já que, por parte do grande capital, dos seus centros de decisão e dos governos que seguem as suas orientações se desfere uma ofensiva sem precedentes contra os direitos do trabalho, inclusive contra direitos que se julgavam irreversíveis e eram constitutivos do património social da nossa época contemporânea.

Em Portugal, como resultante da revolução de Abril e da luta de muitas gerações de trabalhadores, tais direitos são considerados pela Constituição como vertente indissociável do regime democrático e tratados como direitos fundamentais.

Dobrado um ano de governo PS, como é que o Executivo de Guterres se identifica com esses direitos, que política social promove e quais os seus impactos na vida dos trabalhadores?

Estamos a falar do direito ao emprego, de salários e horários dignos, da protecção na doença e na velhice, da higiene e segurança nos locais de trabalho, da contratação colectiva, da participação mas também da intervenção nos locais de trabalho. E estamos a falar dum governo que muitas vezes com uma postura de cuco soube capitalizar descontentamentos, aspirações e esperanças e, até, o resultado de muitas lutas sociais...

A forma de governar mudou. O que não mudou foi a política.

Quem poderá negar que, ao contrário da postura arrogante do Executivo de Cavaco Silva, este Governo se farta de dialogar? (Salvo seja, perante o resultado da maior consulta pública às organizações de trabalhadores até hoje realizada no nosso país sobre a flexibilidade e a polivalência.)

A forma e o estilo do diálogo pressupõe sempre saber dos seus resultados e dos conteúdos a que conduz.

Quis o Governo PS, logo no início do seu mandato, afirmar a sua opção quando protagonizou o processo que culminou na Lei da Flexibilidade e Polivalência. Ainda assim, muito boa gente considerou um compromisso eleitoral com as confederações patronais, uma peça circunstancial e avulsa para sossegar os investidores e "o mercado".

Só que, ao fazer um alinhamento cego com os ditames de Maastricht, ao acelerar as privatizações, ao sacrificar tudo aos calendários da moeda única, alinhou por uma opção de fundo que coloca uma questão incontornável: pode (e Cavaco Silva também o fez) proclamar a cura dos efeitos, mas não resolve

os problemas face à sua responsabilidade no agravar das causas.

O nível do desemprego aumentou. Ao prever nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento para 97 um crescimento do emprego na ordem de 0,5 a 1 por cento,

inevitavelmente o número de desempregados vai aumentar. Basta pensar nos anúncios sistemáticos de despedimentos, rescisões forçadas e pré-reformas em grandes sectores e empresas, na banca, nos transportes, na indústria, para se concluir que a política económica do Governo conduzirá a mais portugueses desempregados. A tendência não será só para menos emprego mas também para pior emprego.

## O truque

Mas, não era Guterres que justificava publicamente a necessidade da flexibilidade e da polivalência para potenciar o emprego? E não é o Governo que, no seu documento da Concertação Estratégica e agora nas GOP's e no Orçamento de Estado, refere a necessidade de fazer o garrôte nos salários para promover o investimento e o emprego?

Que grande mistificação esta! Reconhece-se que o desemprego vai aumentar. Mas, simultaneamente, exige-se a desvalorização dos salários, das categorias profissionais e dos horários de trabalho em nome de mais emprego. Em que ficamos? Para quem vão os ganhos de produtividade que o Governo afirma ir para os 2,25 por cento em 97?

Durante o consulado cavaquista, o bode expiatório do desemprego era o da rigidez da legislação do trabalho. Agora são os salários. Não tardará que seja a segurança social.

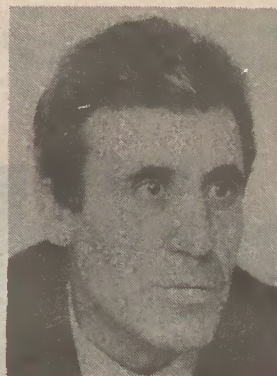
Restará a diferença! Este Governo dialoga muito mais.

Cavaco Silva queria destruir o edifício jurídico-laboral a frio, com rapidez e intolerância. Guterres quer fragilizá-lo com anestesia e co-responsabilização daqueles que protagonizam a acção reivindicativa, a defesa dos direitos e as propostas sérias, justas e necessárias correspondentes a um outro rumo que favoreça uma maior justiça social.

E assim voltamos à pergunta inicial.

Como entende o Governo PS os direitos do trabalho?

Em 400 dias que mediaram, desde a sua vitória nas legislativas, o capital de esperança transforma-se cada vez em capital de queixa. Os trabalhadores foram prejudicados por esta política.



**JERÓNIMO DE SOUSA**  
Membro da Comissão Política

A forma de governar mudou. O que não mudou foi a política.

## Sacudir a resignação e a descrença

Se a vida está a comprovar que o grande capital não se conforma com a existência e o exercício dos direitos dos trabalhadores também se comprova que é fundamentalmente na acção reivindicativa, no exercício efectivo desses direitos e no desenvolvimento da luta que eles se asseguram e conquistam.

Os ideólogos e fazedores da resignação silenciam e desvalorizam as acções que surgem e ressurgem em diversas empresas e sectores. Nos primeiros confrontos verificados em algumas empresas em que o patronato tentou aplicar arbitrariamente a lei da flexibilidade e polivalência, o facto mais assinalável é o de que, quando os sindicatos e as CT's envolveram e mobilizaram os trabalhadores, o patronato recuou.

Os trabalhadores das autarquias locais vieram manifestar publicamente o seu protesto pela tentativa do Governo de degradar os seus salários. Os ferroviários, realizando uma prolongada greve às horas extraordinárias, uma vigília à porta da Secretaria de Estado dos Transportes lutam pelos direitos negociados e contra a pulverização e a privatização dos caminhos-de-ferro.

No maior encontro de Comissões de Trabalhadores até hoje realizado desde a publicação da Lei das CT's, em 1980, quinhentos representantes eleitos nas empresas afirmaram de forma unânime a sua disposição de defender os direitos constitucionais e legais e a natureza das CT's, de cooperar com o movimento sindical na luta pelos direitos do Trabalho e em defesa da Constituição social e laboral. Não deixa de ser curioso que os grandes meios de comunicação social, após agenda-rem e garantirem a sua presença, primaram pela ausência.

Dia 30 de Outubro, trabalhadores de Lisboa e Setúbal vão concentrar-se e dirigir-se à Assembleia da República apoiando e potenciando as propostas da CGTP por melhores salários, melhores horários, mais justiça fiscal e segurança social.

A situação justifica o desenvolvimento da luta. Os direitos do trabalho são o ponto de partida e o factor fundamental que há-de fazer convergir novas vontades e novas consciências capazes de garantirem que a geração de trabalhadores do novo milénio não hão-de ser "coisas", mas homens e mulheres com direitos, cidadãos na própria empresa.

Para que as pessoas, e não o mercado, estejam primeiro.





EM FOCO

Declaração de Carlos Carvalhas

# Orçamento 97 agrava injustiça social

**E**m conferência de imprensa, realizada no passado sábado, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, divulgou uma declaração, que aqui publicamos, comentando o Orçamento de Estado para 1997, que o Governo pretende fazer aprovar na Assembleia da República.

Portugal necessita de aumentar o seu crescimento económico, o emprego e a melhoria do nível e qualidade de vida do povo português. Estes objectivos não são incompatíveis. Pelo contrário, são objectivos complementares, interdependentes e que se podem potenciar uns aos outros.

Mas também como a experiência o comprova eles são incompatíveis com o dogma da redução acelerada e a qualquer preço do défice orçamental e com a consequente compressão da procura pública e privada que vai aumentar o desemprego e alimentar num ciclo vicioso o próprio défice.

A política de austeridade para os trabalhadores e as camadas

médias, a que o governo chama política de rigor, é uma política que deprime a economia e alimenta a espiral da estagnação.

Por cada ponto que se perde no PIB são milhares de postos de trabalho que se deixam de criar e um imenso número de necessidades básicas que se deixam de satisfazer.

É necessário relançar o investimento e o consumo popular com a defesa e valorização em simultâneo do nosso aparelho produtivo e da produção nacional.

Por isso é cada vez mais necessário virar o Orçamento para a criação de empregos e para o desenvolvimento e não para o cumprimento dos sacrossantos critérios de Maastricht. As baixas de taxas de juro reais dos empréstimos têm sido insuficientes e ainda mais quando estas têm sido acompanhadas por políticas orçamentais e salariais restritivas.

Um dos grandes obstáculos a um efectivo relançamento do investimento reside cada vez mais na fraca carteira de encomendas das empresas.

A política de leilão ao desbarato do S.E.E. desviando recurso do investimento produtivo para a mera transferência de posse de meios

de produção e a política de deflação da economia, vai atirar mais uns milhares de trabalhadores para a rua e agravar a situação e a vulnerabilidade do nosso aparelho produtivo.

É por isso absolutamente desajustado no plano económico e intolerável no plano da justiça social a proposta dos ridículos aumentos para os trabalhadores da função pública e da alegada «manutenção dos salários reais».

E mais intolerável ainda quando o Governo anuncia que vai propor a diminuição do imposto sobre os lucros!

Esta é a continuação da política que no Orçamento em vigor concedeu milhões de contos às actividades especulativas e financeiras quando se sabe que a banca teve em 1995 mais de 157 milhões de lucros líquidos!

O aumento dos salários reais, insistimos, é não só uma medida de justiça social, como é também um factor de dinamização da economia e do aumento do emprego, quando acompanhado de valorização e defesa da produção nacional.

O aumento dos salários reais em termos aceitáveis é um elemento decisivo para dinamizar o consumo, dar vida ao comércio, escoar a produção e estimular o investimento e o emprego.

A luta por melhores salários, reformas e pensões é simultaneamente uma luta pelo emprego e pelo crescimento económico.

Mas o Governo, no Orçamento para 1997, quer manter e agravar as injustiças fiscais e fazer pagar a factura através de uma forte «contenção salarial», compressão nas despesas sociais e aumentos mínimos (de algumas dezenas de escudos diários) nas reformas e pensões.

A juventude em geral, as mulheres, os trabalhadores e as camadas médias pagam a grande parcela desta política, com um nível de vida cada vez mais distante da média europeia e com o desemprego, o trabalho a recibo verde, o trabalho sem direitos!

Esta é uma política que desestabiliza o presente e aumenta as incertezas quanto ao futuro dos trabalhadores e das jovens gerações. Esta é uma política que cria mais insegurança e novas exclusões sociais e favorece o caldo de cultura do racismo e da xenofobia!

Mas o povo português não está condenado a tais opções e caminho. Não há um único caminho, nem de sentido único...

De todos os quadrantes são cada vez mais os que contestam esta orientação. O prémio Nobel da Economia, numa Conferência de Imprensa realizada na Universidade de Colúmbia, afirmou: «Maastricht é um desastre.» E acrescentou: «A União Monetária não pode funcionar sem que haja um acordo para abandonar a exigência imposta pelo Tratado de Maastricht de manter o défice abaixo dos 3% do PIB.»

Não é com discursos caritativos, de muita preocupação pelos pobrezinhos e pelos desempregados, nem é com discursos farisaicos sobre o neo-liberalismo que se muda a essência e os principais eixos de uma política de concentração da riqueza e de favorecimento das actividades especulativas e dos grandes senhores do dinheiro. Esta é que é a questão central. Quem paga os impostos e quem recebe os benefícios fiscais? Quem paga a austeridade e quem recebe o grosso dos subsídios? Quem é obrigado a sujeitar-se a maus cuidados de saúde, a uma educação sem qualidade, à falta de habitação e quem é que promove a privatização da saúde, o negociismo no ensino e a degradação do ensino público e a especulação na habitação?

Quem é que aumenta os reformados na fantástica quantia de menos de 50\$00 por dia e quem é que entrega do Orçamento do Estado largos milhões à meia dúzia de famílias que se está a assenhorear de novo do poder económico, do poder financeiro, do poder da comunicação social e do poder político do país?

Será então de espantar a fantástica concentração da riqueza verificada nos últimos anos em Portugal?

Será de espantar o aumento do desemprego e o facto de neste último ano e meio mais 60.000 trabalhadores terem sido obrigados a regressar ao trabalho na agricultura, conhecendo-se como se conhece a crise deste sector?

Uma política dirigida ao crescimento económico e ao combate ao desemprego exige também uma política monetária mais flexível, uma política fiscal mais justa e uma política orçamental que seja colocada ao serviço do emprego. Isto implica que se rompa com a prioridade absoluta de se atingir um défice igual ou inferior a 3% do PIB.

Aquelas políticas devem também ser conjugadas com a luta a nível europeu pela taxação dos capitais especulativos, pela redução do horário de trabalho e pela extensão e produção de serviços públicos de qualidade, nomeadamente no ensino público, na saúde e na administração pública.



## Cinco pontos para um OE melhor

**1.** Para nós, para o PCP, o Orçamento do Estado para 1997 não deve subordinar-se à marcha forçada e acelerada da participação de Portugal na moeda única.

Diversa e inversamente, deve inserir-se numa política macro-económica que tenha por objectivos essenciais o aumento da produção nacional, a melhoria da produtividade, a redução do emprego e a criação de novos postos de trabalho, a melhoria dos salários e das condições de vida dos portugueses e o desenvolvimento de infra-estruturas de apoio social e à actividade económica.

**2.** Para o PCP, os orçamentos do Estado e da Segurança Social devem prever as dotações necessárias para um aumento significativo das pensões e reformas, em particular as mais baixas.

E não um aumento nominal pouco acima da inflação, que mantenha os níveis

insustentáveis que essas pensões e reformas hoje continuam a ter.

**3.** Para o PCP, o Orçamento para 1997 deve apresentar-se como um instrumento impulsor da actividade económica com inequívocos efeitos indutores no aumento do emprego.

E não como um instrumento restritivo do crescimento económico por subordinação estrita a um défice determinista imposto do exterior e um instrumento de concentração da riqueza e de delapidação do património nacional através do escandaloso processo de privatizações.

**4.** Para o PCP, o próximo orçamento deve reforçar de forma substancial as dotações de funcionamento e de investimento para as áreas sociais, nomeadamente, no âmbito da Saúde, da Educação, da Habitação e do combate à exclusão social.

E não dotações de mera contenção ou estagnação real, que nem sequer absorvam, por exigirem contrapartida nacional, todos os fundos comunitários disponíveis para o investimento público.

**5.** Para o PCP, o Orçamento, que hoje o Governo vai aprovar, deve apresentar uma política fiscal decididamente orientada por uma significativa redistribuição da carga fiscal, de modo a aliviar a tributação sobre os rendimentos do trabalho, pela redução substancial dos benefícios fiscais às actividades e operações financeiras, e pelo combate eficaz e decidido à fuga e evasão fiscais.

Estas grandes orientações, contribuiriam decisivamente para estimular a recuperação de um crescimento rico em empregos estáveis e representariam eixos de uma matriz de uma nova política ao serviço do povo, do desenvolvimento e do Portugal.



## EM FOCO

**Emprego com direitos,  
regionalização para o desenvolvimento**

# Sindicatos de Braga pela Região do Minho

**A** criação da região administrativa do Minho foi reclamada pelo 4º Congresso da União dos Sindicatos de Braga como «opção para o progresso e para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso».

Ao fazer - perante as duas centenas de delegados e os vários convidados presentes dia 4 no Hotel Turismo - o balanço dos três anos decorridos desde o último congresso, o coordenador da USB começou por referir a destruição de milhares de postos de trabalho, que provocou o aumento do desemprego e deixou ainda milhares de contos de salários por pagar. Em muitos dos casos que resultaram na liquidação de empregos, lembrou Adão Mendes na intervenção de abertura, «o poder político foi conivente e enviou mesmo a polícia para proteger os autores de todas estas vigarices». Foram referidas, a propósito, as Malhas Dextra, a Luzcor, a Fábrica de Calçado das Sete Fontes, a Guial, a Xavi «e tantas outras, onde os direitos dos trabalhadores foram altamente lesados e onde funcionou a força e ilegalidades monstruosas que permitiram o roubo do emprego, de equipamento e de muitos outros direitos vencidos e devidos a estes trabalhadores».

## Confiança firmada na luta

As lutas no Complexo Grundig, na Mabor,

na João Ferreira das Neves, nas Sedas Vizela, na Têxtil Eléctrica, na Jado Ibéria, na Sarotos, na Vila Têxtil, na Corais e Aguiar foram apontadas por Adão Mendes como exemplos vivos de que, «se não fosse a luta, por vezes heróica, dos trabalhadores, tudo seria muito pior, com a concretização de mais despedimentos e falências» e de que «valeu a pena lutar e valeu a pena a acção solidária e preponderante, quer sindical, quer jurídica, da própria União dos Sindicatos de Braga».

Na análise do futuro, o sindicalista expressou preocupação e confiança. Por um lado, «as eleições realizadas há um ano decidiram a mudança de governo mas não decidiram, até ao momento, nenhuma mudança de política», como seria desejável para um distrito que tem hoje 35 mil pessoas inscritas nos centros de emprego em busca de trabalho, 45 mil trabalhadores

clandestinos e 12 mil desempregados de longa duração. Ao denunciar a generalização do trabalho infantil, a acentuação das desigualdades sociais e das injustiças, a proliferação da violência, da prostituição, da insegurança e da droga, Adão Mendes apontou como causa as políticas dos últimos anos e exigiu uma inversão do rumo, apelando a que, «a partir deste congresso, com mais energia e acção, vamos pôr de pé as nossas reivindicações».

O coordenador da USB manifestou-se confiante em que «em 1997, ou a política se inverte para os trabalhadores, ou vamos ter lutas duras e implacáveis contra este estado de coisas».

Para «atacar o mal pela raiz» foi apontada uma condição fundamental: «uma política de efectivo progresso, assente num desenvolvimento harmonioso e equilibrado», que contemple, nomeadamente, «planos de reestruturação, modernização e reconversão nas zonas de mono-indústria têxtil», «criação de condições para captação e fixação de novas indústrias», combater a desertificação de zonas do interior, a destruição e o não aproveitamento dos recursos naturais, a degradação das condições de vida.

Neste quadro, Adão Mendes reafirmou duas ideias defendidas pela USB:

- «A necessidade urgente de se acelerar o processo de regionalização, conforme preceitua a Constituição da República Portuguesa e o programa do Governo»;

- «A criação da Região Minho, como a decisão mais consensual, política e socialmente melhor aceite como aquela capaz de aglutinar vontades que promovam de facto um outro bem-estar».



No congresso participaram 204 delegados e vários convidados, com destaque para as delegações da CGTP-IN, das Comissões Obreras da Galiza, da CNAsti, do PS e do PCP

## Estatutos, reestruturação e intervenção sindical

No congresso foram debatidas questões relacionadas com a organização, estrutura e financiamento do movimento sindical no distrito, abordadas, em particular, nas intervenções dos delegados da Função Pública do Norte e dos Têxteis e Vestuário do Minho e Trás-os-Montes, que consideraram urgente clarificar o estatuto, relacionamento e direitos dos sindicatos filiados e não filiados.

Esta matéria foi também tratada na intervenção de abertura do congresso,

sublinhando Adão Mendes que «a nossa acção desenvolve-se nos locais de trabalho, dirigida a todos os trabalhadores, sem excepção, procurando, pela nossa organização, intervenção, firmeza, princípios, etc., fazer perceber a todos que é na CGTP-IN que se devem organizar».

O debate resultou na alteração dos Estatutos da USB, onde agora se estipula que, as listas para a direcção da União «serão constituídas pelos membros dos

corpos gerentes das associações sindicais, membros eleitos nas secções, delegações, secretariados ou outros sistemas de organização descentralizada e/ou delegados ao congresso, todos pertencentes a sindicatos filiados ou com intenção expressa de filiação, com acção interventiva e preponderante junto da USB e da CGTP, com quotas estatutárias em dia, ou a quem tenham sido atribuída solidariedade ou estejam a participar solidariamente para a USB/CGTP».

## Defender os têxteis

A defesa das indústrias têxteis, de vestuário e de calçado - de extrema importância em Braga, distrito onde representam 65 por cento do emprego, quota que sobe para 85 por cento na região do Vale do Ave - foi realçada numa moção aprovada pelo congresso. No documento sublinha-se que, «nos últimos 5 anos, foram destruídos cerca de 15 mil empregos líquidos nestes sectores, com a gravidade de muitos trabalhadores, hoje desempregados (cerca de 10 mil) terem idades superiores a 45 anos, níveis de escolaridade baixos e serem considerados já, pela política dos governos, como "excluídos" da sociedade, sendo a esmagadora maioria mulheres».

Entre as reclamações endereçadas pelo congresso aos órgãos da União Europeia figura o fim das políticas liberais e da utilização das indústrias têxteis e de vestuário como moeda de troca nas relações comerciais com países terceiros. Dos poderes políticos nacionais é exigida a alteração dos códigos de formação e falência de sociedades, «com o objectivo de responsabilizar o patronato, a todos os níveis, por situações de salários em atraso, encerramentos e falências que indiciem fraude», bem como o «reforço dos programas de formação, reconversão e inserção profissional destinados aos jovens, trabalhadores no activo, desempregados e desempregados de longa duração».

No congresso da USB foram ainda aprovadas moções e resoluções sobre o combate ao trabalho infantil, a defesa da Segurança Social, a garantia de emprego e direitos, a dignificação da Administração Pública, a luta contra a precariedade e contra a proliferação da flexibilidade e da polivalência, a organização e a reestruturação do movimento sindical.



EM FOCO

# Solidariedade com as Crianças Angolanas

**O**s últimos seis contentores, com produtos recolhidos no quadro da Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas, foram enviados no dia 30 de Setembro, com destino a Angola. Este *quase* o último passo - falta ainda o acompanhamento da distribuição dos produtos, no terreno - de uma campanha que ultrapassou largamente os objectivos iniciais e se baseou, no fundamental, na mobilização das solidariedades nas escolas portuguesas.

A Campanha de Solidariedade com as Crianças Angolanas foi lançada por iniciativa do Conselho Português para a Paz e Cooperação - CPPC, conjuntamente com o MPCA - Movimento Português de Cooperação com África. Surgiu como res-

## Campanha ultrapassa objectivos iniciais

Em dinheiro foram doados cerca de mil e quinhentos contos, de que uma parte foi utilizada na compra de medicamentos, já enviados para o Hospital Pediátrico Central de Luanda.

Globalmente a iniciativa terá conseguido reunir mais de cinquenta mil contos de contribuições e apoios em serviços e materiais.

Das acções de informação e sensibilização da opinião pública, destacam-se o primeiro encontro com a comunicação social em Abril, no Chapitô, em Lisboa, e as iniciativas públicas no 25 de Abril e no 1º de Maio. Na Praça da Figueira, em Lisboa, em 16 de Maio, realizou-se um espectáculo com a par-

ticipação de artistas portugueses e africanos. A 25 de Maio, o Dia de África foi assinalado na Feira do Livro, em Lisboa. No Dia da Criança, cerca de cinquenta activistas da campanha, distribuídos por dez grandes superfícies da região de Lisboa, angariaram as primeiras cinco toneladas de produtos.

A Campanha encerrou em 19 de Julho, com um espectáculo no Cine-Teatro do Casino Estoril, que contou com a participação solidária de muitos artistas portugueses e africanos.

O destino dos produtos recolhidos será definido pela ONG angolana "Mundo do Amor" em coordenação com o MINARS e com os Governos Regionais, sendo uma parte desses produtos destinada ao Kandengue e à escola do Mussulo.

Uma delegação da Comissão Promotora da Campanha de Solidariedade deslocou-se a Angola com o objectivo de acompanhar a distribuição dos três primeiros contentores. Uma iniciativa que se pretende repetir com os diferentes carregamentos, pois decorre de uma preocupação muitas vezes manifestada pelos doadores quanto ao destino das suas ofertas.

Em perspectiva, novos projectos estão em estudo. Em particular a possível participação na reconstrução do Cuito - região completamente destruída pela guerra e hoje em processo de desminagem. O objectivo seria desenvolver um projecto para a reconstrução de Centros de Formação Profissional e o lançamento de cursos de formação, nomeadamente na área da agricultura.



Crianças do Cuito

posta a um apelo da ONG angolana "Mundo do Amor" e do Hospital Pediátrico de Luanda e visava minorar, junto das crianças, as consequências trágicas de uma guerra que dura há já mais de trinta anos.

Aderiram a esta Campanha cerca de sessenta organizações, autarquias, sindicatos e outras instituições, de carácter nacional e regional. Destaca-se a colaboração do Ministério da Educação e dos Sindicatos dos Professores, a participação de alunos e professores, fazendo chegar a informação e os objectivos da Campanha às escolas. Foi igualmente decisivo o envolvimento da Associação Nacional de Municípios, da Associação Nacional de Freguesias, e de outras Associações regionais e específicas dos Municípios, também no processo de divulgação da Campanha, mas sobretudo na criação de condições técnicas e materiais para a recolha dos produtos nas escolas e outras instituições e seu transporte, que contou igualmente com a CP e Câmara Municipal de Lisboa. Um encadeado de solidariedades e colaborações que decisivamente contribuíram para o êxito da Campanha.

Os objectivos inicialmente definidos, de recolher cem toneladas de produtos, foram largamente ultrapassados.

Num primeiro balanço, ainda provisório, calcula-se que foram recolhidas cerca de trezentas toneladas de produtos (alimentos, medicamentos, material escolar, brinquedos e roupas). Cerca de oitenta por cento dos produtos foram recolhidos nas escolas.

Três contentores, com a primeira remessa - sessenta toneladas de alimentos, material escolar, brinquedos e roupas - foram embarcados no passado dia 12 de Julho e chegaram a Luanda no dia 6 de Agosto, tendo os produtos sido distribuídos, conforme programa preparado pelo MINARS - Ministério da Assistência e da Reinserção Social, em colaboração com a ONG "Mundo do Amor".

A segunda remessa, de quatro contentores, partiu no dia 26 de Agosto. Os últimos seis contentores partiram dia 30 de Setembro.

A avaliação que é feita pelos promotores da Campanha, em relação aos produtos recolhidos, situa-se por volta dos trinta e cinco mil contos e os serviços prestados e inerentes às diferentes fases do processo são estimados em 17 mil contos.



Delegação do MINARS - Ministério da Assistência e da Reinserção Social, uma ruína entre ruínas



A primeira entrega de produtos recolhidos - em Kuzola, num Lar de crianças órfãs



# Lutas de classes em Inglaterra

**A** luta dos «dockers» da «Mersey Docks and Harbour Company», em Liverpool, prossegue sem desfalecimentos. E para comemorar o primeiro ano de conflito provocado pela entidade patronal que, escudada no poder das leis antilaborais instituídas pelos governos reaccionários de Margaret Thatcher, despediu 329 estivadores pelo «crime» de terem recusado atravessar piquetes de greve, há um ano, precisamente, o porto de Liverpool conheceu uma jornada de lutas e de protestos como há muito não via. A polícia apresentou-se em força, apoiada pela Divisão de Apoio Operacional que são os serviços secretos mascarados de agentes da ordem e de defensores das leis.

O secretário do comité de delegados sindicais, Jimmy Davis, foi preso e, liberto depois, sob caução, declarou: «O que vimos aqui, hoje, foi polícia a utilizar os meios mais violentos e injustificados perante uma acção de protesto legal por parte dos trabalhadores. Quiseram, simplesmente, justificar a sua presença. Alguns dos camaradas presos apresentavam ferimentos na cabeça. Os métodos da Divisão de Apoio Operacional foram particularmente brutais.»

Os estivadores tinham organizado uma manifestação através das ruas da cidade com a finalidade de chamarem a atenção para a sua corajosa luta. Colocaram às portas da «Merseyside Docks and Labour Company» piquetes com efectivos de 1.500 trabalhadores cuja missão era ganhar o apoio dos colegas ao serviço e conquistar-lhes solidariedade para campanhas futuras. A polícia, a cavalo, utilizando cães especiais, investiu as primeiras linhas de simpatizantes com a causa dos estivadores e, logo às 7.30 da manhã, já as carrinhas se enchiam com dúzias de manifestantes a caminho das esquadras. Mas, cerca de 30 activistas conseguiram, também, penetrar os cordões da Divisão de Apoio Operacional que protegiam as instalações da entidade patronal, e subiram ao telhado do edifício principal de onde ergueram bandeiras da luta da classe trabalhadora. Outros, escalararam os guindastes, em cujo topo desfaldaram bandeiras, igualmente. No total, foram presas 41 pessoas, entre estivadores e apoiantes da sua luta.

## Lógica e fantasia

Entretanto, ao anunciar a absorção da empresa «Stena» (ligações marítimas entre os dois lados do Canal da Mancha), o «chairman» da P&O (a velha Peninsular & Orient) declarou que seria estúpido não compreender que terão de registar-se despedimentos entre o pessoal da «Stena». Lord Sterling, pelo menos, não foi hipócrita. Disse a verdade, segundo a lógica do sistema. Porque os lucros da P&O têm de aumentar ou, pelo menos, devem ser mantidos no nível actual, o despedimento de trabalhadores surge como coisa normal – outros, serão feitos dar cobertura às vagas criadas.

Já o «leader» do Partido Trabalhista, Tony Blair, que encerrou o congresso do seu partido numa atmosfera de convenção americana e fugiu a todos os debates concretos, não usa da mesma franqueza. Declarou ao Congresso que «tem uma visão» para a nova Grã-Bretanha que o «New Labour» espera governar – a de que não se registarão mais conflitos entre patrões e trabalhadores. Entre o realismo de Lord Sterling que espera tornar a P&O mais competitiva em relação aos serviços do Eurotunnel, e as visões de Tony Blair, detectamos todo um mundo de novos desenganos que o povo britânico vai conhecer. Se for eleito, Tony Blair que, na realidade, é um conservador, mas escolheu carreira política no trabalhismo, conduzirá a Grã-Bretanha a uma época de renovados desastres.

## Mandamentos sagrados do FMI

Num documento intitulado «Em parceria, para um crescimento mundial sustentado», o Fundo Monetário Internacional acaba de publicar uma espécie de «guia» de orientações onde se destacam os seus 11 mandamentos fundamentais, para uso dos 181 países membros. Esses mandamentos, alguns de contraditória natureza, são os seguintes: 1 – redução dos «deficits» orçamentais; 2 – mão firme sobre as despesas públicas; 3 – estabilidade monetária; 4 – abertura comercial; 5 – desenvolvimento dos recursos humanos através da educação; 6 – protecção social e luta contra a pobreza; 7 – segurança do sistema bancário; 8 – luta con-

tra o branqueamento de dinheiros ilegais; 9 – melhoria da eficiência dos sectores públicos; 10 – luta contra a corrupção; 11 – vigilância quanto à qualidade e composição dos ajustamentos orçamentais.

O FMI alertou os grandes capitalistas dos países ditos industrializados quanto à necessidade de se manter o mais constante controlo da situação económica mundial para que se evitem crises sistemáticas que afectem todas as economias. A «salvação» do México foi considerada um êxito. Mas os dirigentes do FMI foram lesto em esclarecer que continuará a ser possível, no futuro, dirigir operações de «salvação» num só país. No caso, porém, de acontecer uma crise generalizada que arraste diversos

países ou toda a economia mundial, o FMI considerou-se impotente.

## Os homens dos presidentes

A «salvação» do México, entretanto, não pode ser referida sem duas palavras de esclarecimento. Este é o país, tirando, talvez, a antiga URSS, onde se tem desenvolvido o maior processo de escroqueria dos tempos modernos. Miguel de la Madrid terminou o seu mandato presidencial com três gravíssimas suspeitas de alto roubo entre os seus mais íntimos associados. Seis anos mais tarde, em 1994, o seu sucessor, Carlos Salinas de Gortari, chegava ao fim da sua presidência à frente de um passivo que se constituiu com os cadáveres do cardeal de Guadalajara, Monsenhor Juan Jose Posadas Ocampo, de Luis Donaldo Colosio, candidato à presidência pelo próprio partido do presidente, o PRI, e do secretário-geral deste partido, José Francisco Ruiz Massieu. De acordo com «Le Monde Diplomatique» estes crimes ficaram a provar o nível a que desceu a classe política mexicana durante os primeiros anos da «modernização» e da globalização neoliberal. Mas, na base da criminalidade política que atingiu o país, nunca deixaram de estar pelo controlo dos meios económico-financeiros e a criação de condições para o tráfico de estupefacientes e correspondente branqueamento de fundos.

Dez grupos financeiros controlam o conjunto da economia do México compreendendo os Bancos, o sector industrial, o comércio externo, o mercado bolsista, as telecomunicações. Entre 1988 e 1994, durante a presidência de Carlos Salinas de Gortari, a Bolsa da Cidade do México atraiu fundos no valor de mais de 100 000 milhões de dólares, provenientes do estrangeiro, mas, nem um só dólar foi investido nas actividades produtivas do país ou em projectos que dessem lugar à criação de um único emprego. Todo esse dinheiro, que entrou no México apenas para especulações, voou, juntamente com os lucros amassados, num belo dia de Dezembro de 1994. E voaram, também, os fundos do Estado que haviam resultado da venda das empresas públicas através de operações de pirataria a que se dá o nome de privatizações. Quem pagou por essas empresas, ficou com elas, como é evidente, mas recuperou o dinheiro, nesse dia fatal de Dezembro de 1994, lançando a mão sobre os próprios Valores da Tesouraria mexicana. Eram os homens dos presidentes... Logo a seguir, o país teve de empenhar a sua valiosa produção petrolífera. Mas aos mesmos que o haviam defraudado.

## Comunistas

Onde estão os protestos da comunidade internacional e dos democratas (?) do capitalismo face ao assassinio do ex-presi-

dente Najibullah Ahmadzi do país-mártir, o Afeganistão? Onde estão os pedidos de captura e julgamento dos respectivos assassinos? A morte de um homem que trabalhou para retirar o seu país das garras do obscurantismo, não pode deixar de lamentar-se. O crime levado a cabo pelo novo poder de bárbaros, fanáticos medievais, não pode deixar de revoltar. Mas os comunistas voltarão a Cabul, um dia...

Najibullah Ahmadzi, que tinha 49 anos, ocupou a presidência da República do Afeganistão em 1986. Manteve-se no poder durante seis anos de guerra civil constante. A sua tarefa, mesmo com o apoio soviético, não era fácil. E tudo se tornara mais problemático, ainda, quando os Estados Unidos iniciaram o armamento das guerrilhas pró-imperialistas dos chamados «mujahidin», fanáticos religiosos, traficantes, bandidos.

Nascido em 1947, Najibullah era filho de uma família rica de província. Estudou medicina na Universidade de Cabul, depois de ter passado pelo Lycée Habibia. Ainda jovem, aderiu ao Partido Comunista. Foi preso, duas vezes, por tomar parte em manifestações contra o regime monárquico e o rei Zahir Shah. Mas os comunistas estavam divididos em dois grupos diferentes, o Khalq e o Parcham. Najibullah preferiu o Khalq e, em 1977, era chamado ao Comité Central. Trabalhou com Babrak Karmal. Em 1979, depois da entrada do exército soviético no país e com Karmal no poder, Najibullah foi designado para o importante e delicado lugar de chefe dos serviços de segurança.

A 4 de Maio de 1986, Najibullah assumia a direcção principal do Partido Democrático do Afeganistão (comunista) e, no ano seguinte, substituiu Karmal.



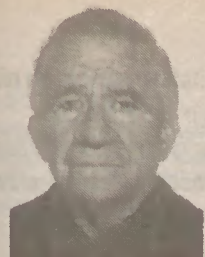
Najibullah teve de abandonar a chefia do Afeganistão e entregar o poder aos «mujahidin» que os Estados Unidos, rapidamente, abandonaram à sua sorte lavando as mãos, democraticamente, de toda a questão afegã. Não tendo conseguido escapar do país, Najibullah acolheu-se à protecção das Nações Unidas em Cabul. Essa protecção revelou-se totalmente desastrosa, fatal, como se viu agora.

## Anticomunistas

1 – Numa recente conferência de imprensa que se realizou em Leninegrado, um jornalista russo perguntou a Mikail Gorbachev: «Continua a trabalhar para a CIA?» O ex-presidente soviético respondeu: «Mas que pergunta tão idiota.»

2 – Em declarações recolhidas por «Le Monde» (5.10.1996), o antigo primeiro-ministro russo «modernizador» democrata e pai do desmantelamento da estrutura económica soviética declarou: «Que Deus nos defenda de uma nova campanha eleitoral!» Mas não é ele um democrata dos mais puros? Porquê ter medo, então, de uma nova consulta ao eleitorado?





■ Miguel Urbano Rodrigues

# Confiança e serenidade na cidadela cubana

**R**ever Cuba é, em cada regresso à Ilha, navegar num mar de surpresas. Na cidadela socialista, cercada pelo imperialismo respiro de alívio. Ela resiste com firmeza. Em Havana o espectáculo da vida reconforta, fortalece a esperança de que a humanidade encontre saída para a crise geral do fim do século XX.

Confrontados com dificuldades aparentemente insuperáveis, os cubanos acham sempre respostas. Os desafios da história não atemorizam este povo.

Em cada nova visita registo, entretanto, que surgiram também problemas não previstos, resultantes das engrenagens do bloqueio. Como diz fidel, o optimismo somente é autenticamente positivo quando acompanhado da consciência de que as carências, de toda a espécie, vão manter-se por longo tempo.

Passeando sem rumo pelas ruas de Havana, tenho a sensação de haver deixado a cidade na véspera.

Nas paragens dos autocarros as filas, enormes, expressam o sofrimento da população. Há menos cortes de luz, mas a angústia do transporte persiste. Entretanto, não conheço cidade grande com atmosfera de tranquilidade comparável à de Havana – a capital menos violenta e mais segura do mundo – a mais alegre e a que dispõe de menos automóveis per capita.

Os cubanos têm a percepção clara de que vivem num país diferente de qualquer outro e que não podem cometer erros sem pagar por eles preço altíssimo. Como se não bastasse a pobreza a que são forçados pelo cerco imperial, têm de corrigir males herdados de um passado recente. A defesa da Revolução confronta-os, no dia a dia, com as exigências de um aperfeiçoamento humano complexo. É o próprio movimento da história que faz do povo herói colectivo.

## Uma província militante

Horas depois de chegar acompanhei pela televisão um discurso de Fidel. Falava em Sancti Spiritus, na comemoração do 36 aniversário dos Comités de Defesa da Revolução.

Apareceu de improviso.

Dois grandes temas dominaram a intervenção, marcada pelo seu inconfundível estilo coloquial.

O primeiro foram os êxitos alcançados pela Província de Spiritus na batalha da produção.

O povo cubano está plenamente consciente de que a sobrevivência da Revolução é, por força do bloqueio, inseparável da capacidade de se aumentar a produção. Sem mais açúcar, sem mais níquel, sem novas infra-estruturas turísticas, sem crescimento do sector agroalimentar, a recuperação seria impossível.

Ora Sancti Spiritus está a estabelecer recordes de produção, emergindo como prova de que Raul Castro tinha carradas de razão ao afirmar que o tradicional *no se puede*, como resposta a exigências de difícil atendimento, podia e devia ser substituído por um *si, se puede*.

Fidel recordou que Sancti Spiritus se tornou «foco de inspiração para outras províncias», onde a resposta aos apelos do Estado e do Partido tem sido mais lenta. O rendimento da capacidade industrial açucareira foi o mais alto das últimas 11 safras e o primeiro do país. Na agricultura houve, aliás, globalmente, um crescimento explosivo: legumes, frutas, tubérculos, tabaco, arroz. As metas fixadas foram excedidas não obstante as carências de fertilizantes, pesticidas e combustível.

Os êxitos obtidos foram viabilizados pela tenacidade dos trabalhadores, pelo espírito militante, pela coordenação inteligente de todos os factores relacionados com os interesses da comunidade.

O comportamento revolucionário da população da província foi determinante. Essa atitude expressou-se em gestos de solidariedade comoventes. As doações de sangue – é um exemplo – atingiram no último ano o número recorde de 508 000. Ao recordar que em 1962, durante a ditadura, as doações não haviam excedido a casa dos oito milhares, Fidel sublinhou que os cubanos têm uma consciência solidária da saúde.

## Os CDR

O outro grande tema do discurso foi o aniversário dos Comités de Defesa da Revolução, festejado naquele dia.

Somente quem conhece Cuba com alguma intimidade pode avaliar plenamente o que significa na vida quotidiana da Ilha essa organização, difamada pelos *media* ocidentais.

Aos CDR pertencem quase 90% da população, incluindo jovens e adolescentes. Aqueles que enchem a boca com a apologia da democracia, mas defendem o neoliberalismo cuja teoria e prática a negam, desconhecem que os CDR são na praxis cubana uma das expressões mais belas da participação democrática do povo na vida comunitária. Não é de estranhar, assim, que Fidel tenha aproveitado a efeméride para, a partir de situações concretas e actuais, falar da Política, de Ética e de História contemporânea, fazendo do discurso um diálogo com a gente de Sancti Spiritus.

O sofrimento causado ao povo pelas consequências das leis Torricelli e Helms-Burton contra as quais se erguem hoje os clamores da humanidade permitiram-lhe salientar que, dialecticamente, o bloqueio funcionou e funciona como estímulo ao trabalho e à produção e é factor determinante de uma maior eficiência. O sentimento de revolta, de indignação, gerado pela agressividade norte-americana une, em vez de dividir.

Os êxitos económicos alcançados no primeiro semestre do ano (ver «Avante!» de 5.9.96) não devem, contudo, ser fonte de

elites que comandam o sistema de Poder sonham com o domínio imperial perpétuo dos EUA sobre o mundo. O sonho é, porém, irresponsável e utópico, «Os conflitos que irrompem por todo o lado» – as palavras são de Fidel – «e os problemas que têm a sua origem na pobreza imposta pelo colonialismo; os problemas de fome, de insalubridade, de instabilidade, que se podem ver diariamente na imprensa e na televisão, que existem no mundo e nós não temos, estão a demonstrar o malogro da política imperialista, o crescente inconformismo dos povos, a impossibilidade de os submeter. E o exemplo de Cuba é como uma estrela levantada no firmamento, uma estrela brilhante, inapagável que serve de inspiração e serve de exemplo. Quando lutamos aqui e resistimos aqui estamos lutando por todos os povos do mundo.»

O estilo é, simultânea e contraditoriamente, romântico e realista. Lido a milhares de quilómetros de distância, um discurso de Fidel faz sorrir a burguesia, parece-lhe coisa de outro tempo. Em Cuba e na América Latina em geral a oratória coloquial de Fidel comove e mobiliza.

«Como pode explicar-se» – perguntou em Sancti Spiritus – «que num país como os EUA, a nação mais rica do mundo, reduzam os direitos da segurança social aos cidadãos, reduzam a assistência médica a dezenas de milhões de pessoas, reduzam os orçamentos da Educação e queiram liquidar os benefícios sociais que os próprios trabalhadores dos EUA e o povo dos EUA foram, pouco a pouco, obtendo ao longo dos últimos cinquenta anos? Como pode explicar-se isso e que significa senão o fim do sistema?»

## «Resistam!»

No dia seguinte escutei outra intervenção importante de Fidel. O tom era diferente. Procedia a um inventário de muitas lutas, combates na aparência acima das forças de qualquer comu-



ilusões. O crescimento será lento. A escassez vai persistir, porque os recursos existentes são ainda muito inferiores aos de 1990, primeiro ano do «período especial».

Fidel chamou a atenção para um novo problema: as manobras especulativas desencadeadas pelo bombardeamento criminoso do Iraque, concebido para favorecer a campanha eleitoral de Clinton, fizeram saltar no mercado internacional o preço do barril de petróleo de 16 para 23 ou 24 dólares. Para Cuba, esse aumento foi desastroso, comprometendo o ritmo da recuperação.

## Lutar pela humanidade

A irracionalidade da política externa dos EUA, cada vez mais determinada pelo jogo interno do Poder e pelas conveniências eleitorais, justifica as apreensões da humanidade. As

nidade nacional, e, contudo, o povo cubano travou-as, atingiu os objectivos, venceu à custa de sofrimentos desmedidos.

Fidel falava, então, em voz baixa. Um discurso muito sereno, lento, sem rancores nem paixão. O que nele havia de épico vinha do conteúdo.

Evocou viagens pela América e Europa em que dezenas de personalidades, algumas conservadoras, lhe diziam quase em segredo: Resistam! Resistam! Resistam! Obrigado por tudo o que têm feito pela humanidade...

Apelos como esses prescindem de comentários.

Sinto com força renovada que a cidadela cubana presta nestes anos do final do milénio, de crise global, um enorme serviço a toda a humanidade.

Pela primeira vez chego à Ilha para nela permanecer muitos meses. É um privilégio que me traz felicidade e me fortalece o espírito revolucionário.



## Eleições e demissões

Só talvez entre o eleitorado de Jardim é que não há quem se espante ou indigne com o espectáculo que aquele "político" *sui generis* dá de si próprio ou da política que hoje, de novo, tem as mãos livres para prosseguir. Talvez Ângelo Correia seja o único, no continente, a regozijar-se publicamente, numa estação de TV, com o estilo do seu "amigo pessoal". Com o argumento de que, se o povo o elegeu é porque lá tem as suas razões. É um argumento falacioso, que exclui a partida toda e qualquer oposição, após umas

eleições. Assim, se qualquer organização partidária, ou força política, ou movimento de opinião, ou mesmo qualquer cidadão manifestasse o seu desacordo com o político ou a política escolhida por uma maioria, estaria a desrespeitar o "povo"...

Talvez esse argumento esteja a abrir caminho, nestes tempos de "pensamento único", no pântano "global" onde alguns pretendem mergulhar a totalidade. Talvez por isso se tenha assistido ao movimento demissionista que atingiu os partidos perdedores na Madeira. O pequeno chefe do PP ilhéu declarou na própria noite do seu

# PONTOS CARDEAIS

descontentamento a demissão. Nem Manuel Monteiro, um demissionista convicto, foi a tempo de o travar. O principal candidato do PS demorou mais. Depois de ter assegurado que nunca se demitiria, alguém decerto o chamou à "razão", e o derrotado lá se sentiu compelido a demitir-se. Demissão, entretanto, é notícia. É a única notícia, após a esmagadora satisfação de Jardim. Porque, quanto à significativa subida da CDU no Funchal e à vitória que representou a conquista de

um grupo parlamentar na Assembleia Regional da Madeira, é coisa de somenos para a Comunicação Social que Jardim tanto despreza...

## Outras "notícias"

Também nos Açores, a CDU não foi notícia. Isto apesar de haver factos importantes a registar - a subida nítida da percentagem global verificada nestas eleições, a subida de terceira para primeira força na Ilha das

Flores não mereceu comentários. Assistimos ao encantamento do Ministro Vitorino a apregoar a vitória da "alternância"; à hipócrita assunção da derrota por parte de Mota Amaral, que tinha fugido a sete pés, a seu tempo, desta perspectiva que se anunciava muito provável; à rápida transformação da derrota em empate, por parte do perdedor Dâmaso; à alquimia a que este procedeu, querendo logo a seguir mostrar-se afinal vitorioso, contando com os deputados do PP para formar um Governo Regional seu, a fazer perdurar o poder laranja no arquipélago. Isso, sim, são notícias. Para boa parte da comunicação

social, tudo o que é novo não presta, o que importa é mostrar como são modernas estas antiguidades. A inefável revista "Pública", filhota semanal do "Público", até prepara o terreno nas vésperas das eleições, entrevistando um "barão das ilhas", que se gaba de mui democráticas atitudes: "Aderi à pancadaria e a caçar comunistas como quem caçava coelhos", diz ele, com o "Público" a servir de megafone.

## Novidades antigas

Para este tipo de comunicação social, novas são as banalidades produzidas pelos três partidos que no fundamental se encontram de acordo em prosseguir a política de direita. Novas continuam a ser as vozes que, embaraçadas pelos escolhos de uma resistência prolongada, escolheram os caminhos atapetados de uma carreira mais perto do poder, e dão - há muito - o dito por não dito.

Essas vozes, sim, merecem ser brandidas às vistas dos telespectadores, às orelhas dos estimados ouvintes, sob os olhos dos poucos leitores que sobram à crise da imprensa escrita. Ainda há dias, o "Expresso", a despropósito - mas cai sempre bem -, entrevista um *ex*. O pretexto é a revisão constitucional, mas a parangona é uma sentença velha que este *ex*-revolucionário não se cansa de lavar - "O PCP", diz ele, "é incapaz de se relacionar com o mundo actual." Não vale a pena, é claro, tentar demonstrar-lhe o contrário, a este *ex* cuja visão ficou presa no momento em que se desfez das veleidades de transformar o mundo. Como o mundo era mais resistente do que a sua pressa, passou a venerá-lo no que parece ter de imutável. Lembramo-nos de outros seus protagonismos mais brilhantes. Mas isso somos nós, que temos memória. Quanto a este *ex*, o que realmente parece é que ele tem muita dificuldade em se relacionar com o seu passado.

# PONTOS NATURAIS

## João de Deus, esse desconhecido

Mário Castrim

### Velho operário

Trabalhei enquanto pude regando do meu suor campos que não eram meus. Velho e com pouca saúde faltam-me as forças, senhor, peço por amor de Deus!

### Salvas fúnebres

Ditosa de uma augusta personagem que em exalando o último suspiro de quarto em quarto de hora ouve-se um tiro o que é de uma grandíssima vantagem!

Nós cá temos no luto outra linguagem que é o pranto, o silêncio e o retiro; eles, tiros de peça! Não me admiro; são pessoas de altíssima linhagem!

São pessoas reais: os mais, abortos em que os cavalos do seu coche encaham e eles vão indo, extáticos, absortos...

Não se lhes dá as lástimas que espalham e muito menos, que depois de mortos, quebrem o sono dos pobres que trabalham.

### Eleições

Há entre el-rei e o povo por certo um acordo eterno: forma el-rei governo novo logo o povo é do governo por aquele acordo eterno que há entre el-rei e o povo.

Graças a esta harmonia que é realmente um mistério havendo tantas facções; o governo, o ministério ganha sempre as eleições por enorme maioria.

Havendo tantas facções é realmente um mistério!

### Regresso

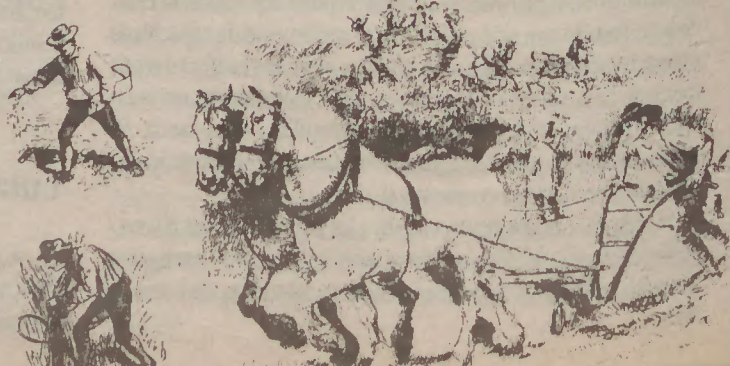
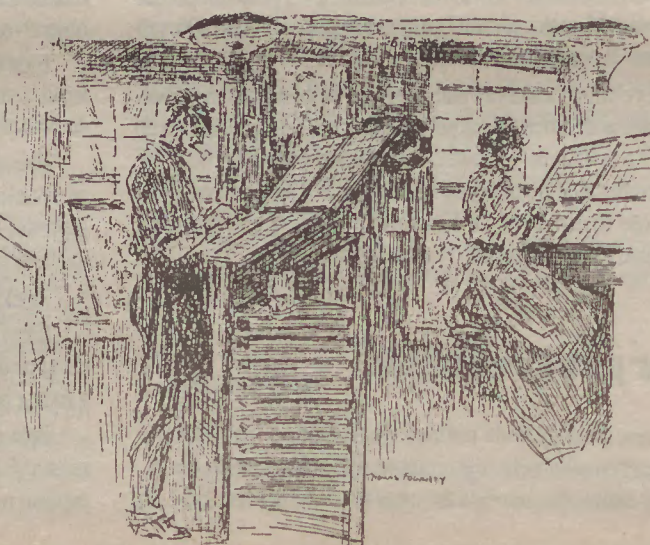
El-Rei voltou de Vidago gordinho como um torresmo e bem do estômago, a ponto que se antes comia um conto por dia com dispepsia agora é capaz... num trago de se comer a si mesmo.

### Trigo nacional

O visconde de Carnixe ou visconde de Sernaxe que sache o trigo ou não sache e o bago xoxe ou não xoxe quer que o público lho chuche por preço que nunca abaixe.

E com o empenho de estuche (porque é visconde e tem coche tem jornal onde desfeche artigos a trouxe-mouxe onde mil razões entrouxe e mil sem-razões enfeixe) este amigo de Peniche que quer vender o seu peixe fundado na velha praxe de se taxar a sanduiche e a lampreia de escabeche (quem sabe?) talvez que ache um ministro que lhe taxe alimpas a preço fixe!

Pois que o governo despache e o bom do visconde abiche mas contando que nos deixel! Que nunca mais desembuche! Ou depois, que se não queixe de que o povo em massa o rache sem lhe importar que estrebuxe ou que orelhas agache rebite, puxe e repuxe até as arrancar do encaixe!





## AGENDA

## ALCOCHETE

Reformados - plenário da célula de reformados da freg. de S. Francisco: dia 19 às 15h; reunião da Comissão Concelhia: dia 18 às 21h.

## ALMADA

Empresas - Plenário do Sector: dia 22 às 17h30; Arsenal do Alfeite - reunião do Secretariado da célula com membros das ORT's: dia 18; Trabalhadores das Autarquias - do Secretariado da célula: dia 23 às 18h.

## AMADORA

Juventude - plenário do Organismo da Juventude, com José Tavares: dia 19, das 10 às 16h; Damaia - dos militantes da freguesia, com Manuela Bernardino: dia 20, às 10h, no CT local; Brandoa - dos militantes da freguesia, com Alexandre Teixeira: dia 25 às 21h, no CT da Brandoa.

## AVEIRO

Ovar - da Comissão Concelhia do PCP, no CT local, hoje, 17, às 21h30. Estarreja - da Organização Concelhia, com António Salavessa: dia 18 às 21h30, no CT local. Sta. Maria da Feira - da Org. de Freguesia de Fiães: dia 19 às 15h; da Org. de Freguesia de Lourosa: dia 20, às 10h; da Concelhia de Sta. Maria da Feira: dia 22, às 21h30, no CT da Feira.

## BRAGA

Oliveira de S. Mateus - dos militantes da Org. da freguesia, também sobre as Autárquicas/97: dia 18 às 22h, no CT de Riba d'Ave.

## CASCAIS

Estoril - de Empresas do concelho de Cascais: hoje, dia 17, e dia 24; Almoço concelhio em Cascais, com Domingos Abrantes: sábado, 19, a partir das 13h, na Coop. Linha do Estoril (junto aos Bomb. Voluntários); Parede - de militantes da freguesia, dia 20; Carcavelos - reunião alargada da organiz. de freguesia: dia 22 às 21h; S. Domingos de Rana - da freguesia: dia 22 às 21h.

## COIMBRA

Reunião Geral de Militantes, que dará início no concelho ao debate preparatório do Congresso: dia 18, às 21h30, no CT, com Sérgio Teixeira.

## ÉVORA

Vendas Novas - da célula da CM: hoje, 17, às 21h, no CT do PCP; dos membros do Partido do Sector de Empresas: dia 18 às 21h no CT; de Mulheres Comunistas da cidade de Vendas Novas: domingo, 26, às 16h, no CT.

## GRÁNDOLA

Reunião da Comissão Concelhia, com Francisco Lopes: dia 23 às 21h.

## LISBOA

Zona Centro - jornada de contacto com os novos inscritos no PCP e venda militante do «Avante!»: hoje, 17, a partir das 15h; Serviços - jantar-convívio do Sector, com apresentação das Teses por José Tavares: hoje, 17, às 20h, no CT da Av. Duque de Loulé; Zona Norte - plenário do OD: hoje, 17, às 21h30, no CT Vitória; CP - plenário da célula: hoje, 17, às 18h, no CT Vitória; ANA EP - plenário da célula: hoje, 17, às 18h, no CT Vitória; Graça - dos militantes da freguesia: hoje, dia 17, das 19 às 20h30, no CT da Graça. Bancários - das células do BES, BBV e CL: hoje, às 17h30, no CT Vitória. Debate sobre «O PCP e a Luta de Massas» promovido pelo Sector de Seguros: hoje, 17, às 18h, no CT Vitória.

Marvila - plenário da freguesia: dia 18 às 21h30, na Com. Moradores da Zona I; Sto Condestável - dos militantes da freguesia: no CT Pedro Soares, dia 18 às 21h; Empresas - do OD do Sector: dia 18 às 19h. Campolide - dos militantes da freg., com Alexandre Teixeira: dia 19 às 15h; Benfica e S. Domingos de Benfica - jornadas de contacto com



## Plenários e reuniões para discussão das TESES

os militantes das freguesias: sábado a partir das 15h; dos militantes das fregs. de Alvalade, C. Grande, S. João Deus, S. João Brito, S. Sebastião: dia 19 às 15h no CT Vitória. Olivais - Almoço-convívio de militantes e amigos: dia 20 às 13h, no CT dos Olivais; Núcleo de Jovens do Sector Serviços - Reunião com José Tavares: dia 21 às 19h30; Edit. Caminho - de militantes, dia 22 às 13h, nos Capuchos; Bancários - do OD: dia 22 às 17h30, no CT Vitória; Beato - da freguesia: no CT do Beato, dia 22 às 21h30; Sta. Engrácia - dos camaradas da freguesia: dia 22, às 21h30, no CT da Graça.

Edit. Caminho - de militantes, dia 23 às 13h, na Almirante Reis; TAP - da célula: dia 23 às 18h, no CT Vitória; Carris - da célula, com José Casanova: dia 23 às 18h, no CT Vitória; Segurança Social - plenário: dia 23 às 19h, no CT Vitória; Ministérios (Finanças, F. Armadas, Justiça, MAI/MNE, PCM): plenário dia 23 às 19h no CT Vitória. Comércio, Escrit., Serviços - no CT da Av. Duque Loulé, dia 24 às 20h; Fátima - dos militantes da freg.: dia 24, às 20h, no CT SPG; Ametxoeira, Charneca e Lumiar: plenário das freguesias: no CT do Lumiar, dia 24 às 21h30; CEPE (Transportes) - da célula: dia 24 às 20h, no CT Vitória.

## Debates públicos integrados na preparação do XV Congresso

no SEIXAL  
Será o capitalismo o fim da História?  
Na Timbre Seixalense  
Sexta-feira, 18, às 21h, com  
Manuel Gusmão

em SANTIAGO DO CACÉM  
Política da Saúde  
No Salão Nobre da CM  
Sexta-feira, 18, às 21h, com  
Edgar Correia

em ALMADA  
Privatizações - Reconstituição  
do capitalismo monopolista em Portugal  
No Teatro Municipal  
Sexta-feira, 18, às 21h, com  
Domingos Lopes

Sector da Saúde da ORL - dos militantes dos Hospitais Egas Moniz, Militar Principal, Pulido Valente, Cruz Vermelha, CUF, Mat. Alfredo da Costa, Int. Higiene e Med. Tropical, IPO: hoje, dia 17, às 19h, no CT Vitória; dos Hospitais Júlio de Matos, Miguel Bombarda, Sta. Maria: dia 22 às 19h no CT Vitória; SIND. Função Pública: plenário dia 21, às 19h, no CT Vitória; Associativismo Médico: plenário da célula no CT Vitória, dia 23 às 19h. Sector Sindical da ORL - da célula do CESL, hoje, 17, às 18h30, no CT Vitória; Funcionários Sindicais - plenário do Sector: dia 22 às 18h30, no CT Vitória.

## LOURES

Pontinha - de militantes da freguesia, com Fernanda Mateus: hoje, dia 17, às 21h30, no Centro de Dia; Bucelas - de militantes da freguesia: dia 22; Odivelas - de militantes da freguesia, com Jerónimo de Sousa: dia 23, às 21h30, no Centro de Dia; de Reformados de Odivelas: dia 24, às 15h, no CT de Odivelas; Unhos - de militantes da freguesia: dia 24 às 21h30, na Creche Pomba da Paz.

## MOITA

Reunião da Comissão Concelhia: dia 18 às 21h.

## MONTIJO

Reunião da Comissão Concelhia: dia 21 às 21h.

## OEIRAS

Barcarena - dos militantes da freguesia: dia 19 às 21h, no CT de Valejas.

## PORTO

Debate em Vila Nova de Gaia - «O XV Congresso; o Partido, partido de militantes; o seu funcionamento e a ligação à sociedade»: dia 18 às 21h30, no CT de Gaia, com a participação de Emídio Ribeiro.

## SEIXAL

Amora (org. concelhia) e Reformados da Amora - Assembleia plenária das duas organizações: dia 19 às 15h no Clube Recreativo da Cruz de Pau. Professores - do organismo dos Professores do Seixal: dia 19h às 9h30, no CT.

## SETÚBAL

PME's - reunião da célula: hoje, dia 17, às 21h30. Reunião da Comissão Concelhia, com Leandro Martins: dia 18 às 21h.

## SINTRA

Tabaqueira - da célula, com Clarinda Nogueira: dia 18 às 16h30, no CT do Cacém; Queluz - da freguesia, com Carlos Rabaçal: dia 18 às 21h30, no CT; Colares - da freguesia, com Clarinda Nogueira: dia 19 às 15h30 no CT de Mucifal. Reunião da Comissão Concelhia de Sintra no CT de Rio de Mouro: dia 21 às 21h30, para discussão de tarefas imediatas respeitantes às eleições autárquicas 1997 e debate das Teses para o XV Congresso.

## SOBRAL

## DE MONTE

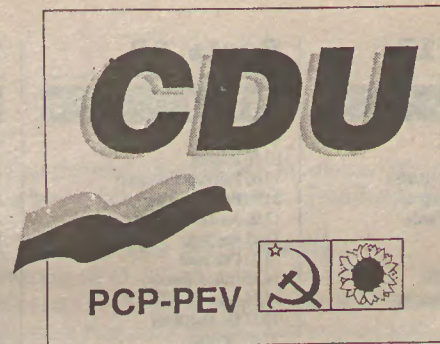
## AGRAÇO

Reunião da Com. Concelhia: no CT de Sobral, dia 24 às 21h.

## VILA FRANCA

## DE XIRA

Castanheira do Ribatejo - dos militantes da Vala do Carregado: na garagem do cam. Machado, hoje, dia 17, às 21h30. Alverca - da freguesia: dia 18 às 21h30, no CT de Alverca; Póvoa de Sta. Iria - da freguesia: dia 18 às 21h30; do Bom Sucesso - dia 19 às 15h30; Forte da Casa - da freguesia: no salão da JF, dia 19 às 21h30.



## CDU AMADORA

Encontro concelhio sobre o Movimento Associativo: no Auditório da CM da Amadora, dia 19 às 15h, com a participação de Carlos Rabaçal.

## CDU ÉVORA

Plenários para balanço do trabalho autárquico realizado e dos planos de actividades para 1997 em Arraiolos - dia 25 às 20h30 na JF; Vale do Pereiro - dia 22 às 20h30 na JF; Sabugueiro - dia 21 às 20h30 na JF; S. Pedro da Gafanhoeira - dia 21 às 20h30 no CT do PCP; Igrejinha - dia 22 às 20h30, na JF; S. Gregório - dia 23 às 20h30 na JF; Vimieiro - dia 25 às 20h30 na JF.

## CDU FAMILIÃO

Encontro de candidatas e activistas da CDU / Joane - na Escola nº 2, dia 18 às 21h.

## CDU OEIRAS

Encontro concelhio sobre as Autárquicas/97: na Biblioteca Municipal de Oeiras (Urb. Moinho das Antas): dia 19 a partir das 14h30.

## CDU SADO

Sessão de esclarecimento sobre os problemas da freguesia e as propostas da CDU: sexta-feira, 18, às 21h30, na JF, com a vereadora Regina Marques e o presidente da JF Carmelindo Elias.

## CDU SINTRA

O PDM em debate - Após intenso trabalho técnico e de auscultação às populações a CDU/Sintra vai apresentar as suas propostas de alteração ao Plano Director Municipal no decurso de uma sessão a realizar na próxima terça-feira, 22, a partir das 21h30, no Palácio Valenças. Outra sessão sobre o PDM está marcada para em Algueirão-Mem Martins, com a participação de Lino Paulo e Batista Alves: dia 18 às 21h30, nos Bomb. Voluntários de Algueirão-Mem Martins.

## OE para 1997

- Que opções do Governo para os trabalhadores?
- Que opções do Governo para a Administração Pública?

Debate com a participação de Octávio Teixeira e Paulo Trindade, Terça, 22, às 18h30 no CT Vitória - Lisboa

## Encontro do PCP com estruturas dos trabalhadores do Sector Empresarial do Estado

Quinta-feira, 24, às 17h30, no salão do CT Vitória, com a participação de Carlos Carvalhas

## POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO DISTRITO DE LISBOA

em debate

- Audição pública -

Sábado, 19, das 14h30 às 18h30, no Centro de Trabalho Vitória do PCP



TELEVISÃO



Sim Sr. Ministro: a versão portuguesa da célebre série britânica

Quinta, 17

RTP1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 Palavras Cruzadas
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 País Real
- 14.35 Seleção RTP
- 15.50 Futebol - Liga dos Campeões
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.15 Malha de Intrigas
- 19.05 O Campeão
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Vidas de Sal
- 21.50 Reformado e Mal Pago
- 22.25 Polícias
- 23.20 Grande Entrevista
- 00.45 24 Horas
- 01.15 RTP/Financial Times
- 01.30 Olho Vivo

RTP2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 19.00 Notícias 2
- 19.10 Notas de Música
- 19.40 Missão Impossível
- 20.30 Absolutamente Fabuloso
- 21.10 Remate
- 21.40 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 As Rivas
- (de Claude Chabrol, Fr./It.-1968, com Jean-Louis Trintignant,

Sexta, 18

RTP1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 Palavras Cruzadas
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 País Real
- 14.35 Olho Clínico
- 15.15 Seleção RTP
- 16.15 Os Andradas
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.15 Malha de Intrigas
- 19.05 O Campeão
- 20.00 Telegiornal
- 20.55 Vidas de Sal
- 21.50 A Mulher do Sr. Ministro
- 22.25 Academia de Polícia III
- (de Jerry Parris, EUA-1986, com Steve Guttenberg, Bubba Smith, David Graph, Comédia)
- 00.20 24 Horas
- 00.50 RTP/Financial Times
- 01.05 Olho Vivo
- 01.40 Poltergeist II: O Outro Lado
- (de Brian Gibson, EUA-1986, com JoBeth Williams, Craig T. Nelson, Terror)

RTP2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 19.00 Notícias 2
- 19.10 A Ver Vamos
- 19.40 Missão Impossível
- 20.30 100 Melhores Vídeos

Sábado, 19

RTP1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 11.20 Sábado Jovem
- 12.00 Cuidados com o Cão
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.20 Top +
- 14.40 Jornal Jovem
- 15.30 Beverly Hills 90210
- 16.30 Magazine
- 17.55 Rascal
- (de Norman Tokar, EUA-1969, com Steve Forrest, Bill Mumy, Pamela Toll, Elsa Lanchester, Natureza/Infantil)
- 18.30 Superbebês
- 19.00 Há Horas Felizes
- 20.00 Telegiornal
- 20.25 Futebol: Guimarães-Sporting (Campeonato Nacional)
- 23.00 Os Imparáveis
- 23.30 Serviço de Urgência
- 00.25 24 Horas
- 00.45 O Incidente Linguini
- (de Richard Sheard e Tamar Brott, EUA-1990, com Rosanna Arquette, David Bowie, Comédia)
- 02.35 A Papisa do Diabo
- (de Mario Mercier, Fr.-1974, com Jean-François Delacour, Lisa Livanne, Fantástico / Erótico)

RTP2

- 09.00 Universidade Aberta
- 11.50 Vida por Vida
- 12.00 Para Além do Ano 2000
- 12.45 Paixão pela Natureza
- 14.00 Parlamento

Domingo, 20

RTP1

- 08.00 Sempre a Abrir
- 12.25 Sem Limites
- 12.35 Fórmula 1 - GP do Japão
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.20 Made in Portugal
- 14.25 Alta Voltagem
- 15.00 86-60-86
- 15.30 África Selvagem
- 16.50 Avés e Netos
- 17.45 Caixa Mágica
- 18.15 Golos
- 18.25 Casa Cheia
- 19.15 Jet 7
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Os Principais
- 21.45 Enviado Especial
- 22.35 Domingo Desportivo
- 00.05 24 Horas
- 00.25 Justiça nas Ruas
- (de Chris McIntyre, EUA-1983, com Linda Kozlowski, Hector Elizondo, «Thriller»)

RTP2

- 09.00 Caminhos
- 09.30 Novos Horizontes
- 10.00 70 x 7
- 10.30 Missa
- 11.25 Droga, Máscara e Realidade
- 12.25 Máquinas
- 13.25 O Dinheiro Não Dorme
- 14.00 Desporto 2
- 18.05 O Fim do Mundo
- (de João Mário Grilo, Port.-1993, com José Viana, Adelaide João, Zita Duarte, Carlos Daniel, Ver Destaque)
- 19.05 Bom Bordo
- 19.35 Artes e Letras - «A Verdadeira História de Artaud, Le Momo» (II)
- 20.35 Karaoke
- 21.40 O Nosso Século
- 22.45 Bailado

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 BBC - Vida Selvagem
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Internacional SIC
- 14.10 Malhação
- 15.15 Balada de Nova Iorque
- 16.15 Guerra dos Mundos
- 17.20 Perry Mason - O Caso do Caixa de Vidro
- (de Christian Nyby, EUA-1991, com Raymond Burr, Barbara Hale, William R. Moses, Policial)
- 19.35 Trapalhões
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Fim do Mundo
- 21.15 Cantigas da Rua
- 22.15 Desafio Total
- (de Paul Verhoeven, EUA-1990, com Arnold Schwarzenegger, Rachel Ticotin, Sharon Stone, Ver Destaque)
- 00.15 Último Jornal
- 00.35 A Ponte do Rio Kwai
- (de David Lean, EUA-1957, com William Holden, Alec Guinness, Jack Hawkins, Ver Destaque)

TVI

- 08.30 Animação
- 11.00 Angelus
- 11.15 Missa
- 12.30 O 8º Dia
- 13.00 Notícias
- 13.30 Portugal Português
- 14.30 A Odisseia Submarina
- 15.30 Desafios
- 16.00 Chamavam-lhe Bulldozer
- (de Michele Lupu, It./RFA-1978, com Bud Spencer, Comédia)
- 18.00 1 West Waikiki
- 19.00 O Detective das Mil Caras
- 19.30 Telegiornal
- 20.45 Sim, Senhor Ministro
- 21.15 O Último Dia
- 21.45 Modelos
- 22.45 Vermelho
- (de Krzysztof Kieslowski, Fr./Pol./Suíça-1994, com Irène Jacob, Jean-Louis Trintignant, Jean-Pierre Lorré, Ver Destaque)
- 00.50 Últimas Notícias

Louco Por Ti



Stéphane Aulran, Jacqueline Sassard. Ver Destaque

SIC

- 08.30 A Brincar, a Brincar
- 09.00 Buêrére
- 10.00 Ponto de Encontro
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 A Guerra dos Sexos + Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 O Regresso do Santo
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma



Fernanda Mestrinho, Maria Elisa e Margarida Marante, três mulheres na condução de programas especiais de informação

- 21.10 Remate
- 21.30 RTP/Financial Times
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 As Lágrimas Amargas de Petra Von Kant
- (de Rainer Werner Fassbinder, RFA-1972, com Margit Carstensen, Hanna Schygulla, Ver Destaque)
- 00.55 Inimigo à Porta

SIC

- 08.30 A Brincar, a Brincar
- 09.00 Buêrére
- 10.00 Ponto de Encontro
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 A Guerra dos Sexos + Vira Lata



- 15.00 Desporto 2
- 18.00 Boston Pops
- 19.00 Notícias 2
- 19.05 7º W - Defesa do Consumidor
- 19.30 2001
- 20.00 Foyer: Antonioni e as imagens de «Para Além das Nuvens»
- 21.00 Notícias 2
- 21.20 Semana ao Sábado
- 22.05 Horizontes da Memória
- 22.35 Sinais do Tempo
- 23.30 O Navio
- (de Federico Fellini, It./Fr.-1983, com Freddie Jones, Barbara Jefford, Victor Poletti, Ver Destaque)
- 01.55 Jalna
- 02.40 Pavarotti e Abbado em Ferrara

SIC

- 08.30 Buêrére
- 12.00 O Mundo dos Animais
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.40 Tostões e Milhões
- 14.10 Passo a Passo
- 14.30 Malhação
- 15.30 Portugal Radical
- 16.00 Médicos Sem Fronteiras
- 17.00 Entre Primos
- (de Joel Schumacher, EUA-1989, com Ted Danson, Isabella Rossellini, Sean Young, Ver Destaque)
- 19.00 Marina, Dona Revista
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Clube VIP
- 21.20 O Fim do Mundo
- 22.20 Os Trapalhões em Portugal
- 22.50 Big Show Sic
- 01.35 Último Jornal
- 01.55 Peço Perdão
- (de Robert Bierman, EUA-1986, com Lesley Ann Warren, Peter Weller, John Glover, «Thriller»)

TVI

- 09.30 Animação
- 11.30 Novos Ventos
- 12.00 Notícias
- 12.30 É Urgente Salvar o Planeta
- 13.35 Contra-Ataque
- 15.00 Ténis
- 15.30 Animação
- 16.00 A Felicidade da Sra. Blossom
- (de Joe McGrath, EUA-1968, com Shirley MacLaine, Richard Attenborough, Freddie Jones, Ver Destaque)
- 18.00 Top of The Pops
- 19.00 Cybernet
- 19.30 Mini-Gladiadores
- 20.00 Telegiornal
- 21.00 Telechoque
- 21.30 Docas
- 22.40 Últimas Notícias
- 23.00 Futebol
- 01.50 Mutronics
- (de S. Mad George e Steve Wang, EUA-1992, com Mark Hamill, Vivian Wu, Jack Armstrong, Terror/Ficção Científica)



Ficheiros Secretos

- 19.00 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 O Rei do Gado
- 21.45 Casos de Polícia
- 22.50 O Século do Povo
- 00.05 Último Jornal
- 00.25 Verdes Anos
- 01.25 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Raminho de Salsa
- 14.00 Ambição
- 15.00 SOS Urgências
- 16.00 Animação
- 18.00 Vida Falada
- 19.15 7 Ponto 15
- 19.45 TVI Jornal
- 20.30 Uma Família às Direitas
- 21.00 Notícia Escaldante
- 22.00 Carlos Cruz
- 23.30 Dr. Katz
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
- 01.00 Hunter

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Raminho de Salsa
- 14.00 Ambição
- 15.00 SOS Urgências
- 16.00 Animação
- 18.00 Vida Falada
- 19.15 7 Ponto 15
- 19.45 TVI Jornal
- 20.30 3º Calhau a Contar do Sol
- 21.00 Ficheiros Secretos
- 23.00 Informação - Sem Reservas
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
- 01.00 Hunter
- 02.00 O Invenível
- (de Lo Wei, 1972, com Bruce Lee, Artes Marciais)

Segunda, 21

RTP1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 Palavras Cruzadas
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 País Real
- 14.45 Seleção RTP
- 15.50 Os Principais
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.15 Malha de Intrigas
- 19.05 O Campeão
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Vidas de Sal
- 21.25 Futebol: Porto-Boavista
- 23.30 Histórias da Noite
- 23.05 24 Horas
- 00.20 RTP/Financial Times
- 01.35 Segunda Parte

RTP2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 19.05 Universidade Aberta
- 19.35 Missão Impossível
- 20.30 Spray
- 21.10 Remate
- 21.40 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 Laura
- (de Otto Preminger, EUA-1944, com Gene Tierney, Dana Andrews, Ver Destaque)
- 00.20 Inimigo à Porta

SIC

- 10.00 Buêrére
- 10.50 Os Donos da Bola
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 O Regresso do Santo
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.45 Ponto de Encontro
- 21.25 O Rei do Gado
- 22.25 Fúria Cega
- (de Phillip Noyce, EUA-1990, com Rutger Hauer, Terence O'Quinn, Brandon Call, Acção/Drama)
- 00.40 Último Jornal
- 01.00 Contos de Arrepiar
- 01.50 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Raminho de Salsa
- 14.00 Ambição
- 15.00 SOS Urgências
- 16.00 Animação
- 18.00 Vida Falada
- 19.15 7 Ponto 15
- 19.45 TVI Jornal
- 20.30 Doido por Ti
- 21.00 Jornal do Mundo
- 22.00 O Assassino Está Perto
- (de Rene Bonniere, EUA-1994, com Patsy Kensit, Bruce Greenwood, Policial)
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
- 01.00 Hunter

Terça, 22

RTP1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 Palavras Cruzadas
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 País Real
- 14.45 Seleção RTP
- 15.40 Lá em Casa Tudo Bem
- 16.25 Euronews
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.15 Malha de Intrigas
- 19.05 O Campeão
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Vidas de Sal
- 21.50 Nós, os Ricos
- 22.20 De Par em Par
- 22.50 Maria Elisa
- 00.20 24 Horas
- 00.50 RTP/Financial Times
- 01.20 Olho Vivo

RTP2

- 16.00 Informação Gestual
- 16.45 Infantil
- 19.05 Rotações
- 19.20 Missão Impossível
- 20.15 Onda Curta
- («Ladrão que Rouba a Ladrão Tem Cem Anos de Prisão», de Jorge Paixão da Costa)
- 21.10 Remate
- 21.40 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.45 Anjo ou Demónio
- (de Otto Preminger, EUA-1945, com Alice Faye, Dana Andrews, Linda Darnell, Charles Bickford, Ver Destaque)
- 00.20 Inimigo à Porta

SIC

- 10.00 Buêrére
- 10.50 Táxi
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 O Regresso do Santo
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.50 O Rei do Gado
- 21.50 O Último Corrector - À Beira do Abismo
- 23.00 Esta Semana
- 00.15 Último Jornal
- 01.05 Escrita em Dia
- 02.05 O Tarzan do 5º Esq.
- (de Augusto Fraga, Port., com Raul Solnado, Carmen Mendes, Leónia Mendes)
- 03.55 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Raminho de Salsa
- 14.00 Ambição
- 15.00 SOS Urgências
- 16.00 Animação
- 18.00 Vida Falada
- 19.15 7 Ponto 15
- 19.45 TVI Jornal
- 20.30 Competente e Descarada
- 21.00 Pontos nos II
- 22.00 Silêncio Envergonhado
- (de Linda Otto, EUA-1992, com Bonnie Bedelia, Patricia Neal, Rip Torn, Drama)
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
- 01.00 Hunter

Quarta, 23

RTP1

- 09.00 Notícias
- 09.10 Infantil
- 10.00 Palavras Cruzadas
- 11.00 Praça da Alegria
- 13.00 Jornal da Tarde
- 13.45 Em Jogo
- 14.00 País Real
- 14.45 Seleção RTP
- 16.05 Nós, os Ricos
- 16.30 De Par em Par
- 17.00 Notícias
- 17.15 Canal Aberto
- 18.15 Malha de Intrigas
- 19.00 O Campeão
- 20.00 Telegiornal
- 20.50 Vidas de Sal
- 21.50 As Lições do Tonecas
- 22.25 Ilusões
- 23.25 Crime Violento
- 00.25 24 Horas
- 00.55 RTP / Financial Times
- 01.10 Olho Vivo

RTP2

- 16.00 Informação Gestual
- 17.10 Infantil
- 19.05 Rumo à Lua
- 19.20 Missão Impossível
- 20.15 Os Simpson
- 21.10 Remate
- 21.40 Acontece
- 22.00 Jornal 2
- 22.50 Ambar Eterna
- (de Otto Preminger, EUA-1947, com Linda Darnell, Cornel Wilde, Richard Greene, Jessica Tandy, Ver Destaque)
- 00.20 Inimigo à Porta

SIC

- 10.00 Buêrére
- 10.50 Escrita em Dia
- 11.50 As Receitas do Dia
- 12.15 Vira Lata
- 13.00 Primeiro Jornal
- 13.30 O Juiz Decide
- 14.00 Os Donos do Jogo
- 14.30 O Regresso do Santo
- 15.40 Buêrére
- 18.00 De Corpo e Alma
- 19.00 Quem É Você?
- 20.00 Jornal da Noite
- 20.55 O Rei do Gado
- 21.55 Miss Jovem EUA 96
- 23.30 À Noite da Má Língua
- 00.50 Último Jornal
- 01.10 Toda a Verdade
- 02.10 Vibrações

TVI

- 12.00 Animação
- 13.00 TVI Jornal
- 13.30 Raminho de Salsa
- 14.00 Ambição
- 15.00 SOS Urgências
- 16.00 Animação
- 18.00 Vida Falada
- 19.15 7 Ponto 15
- 19.45 TVI Jornal
- 20.30 Frasier
- 21.00 VR5, Realidade Virtual
- 22.00 Águia Negra
- (de Eric Karson, EUA-1988, com Jean-Claude Van Damme, Acção)
- 24.00 TVI Jornal
- 00.30 Alfred Hitchcock Apresenta...
- 01.00 Hunter



## TELEVISÃO

## Por isto e por aquilo...

**As Rivals** (Quinta, 22.45, RTP2)

As *Rivals* é uma das muitas histórias através das quais Claude Chabrol critica ferozmente a grande burguesia, desta vez através da observação do comportamento de um trio amoroso e do olhar cáustico que o cineasta lança sobre os jogos do poder e da sedução. Não será, longe disso, dos melhores filmes do cineasta francês - em particular porque, para além do habitual rigor da encenação e da escrita dos diálogos, dele se desprende um certo artificialismo, aliás correspondente ao ambiente de Saint-Tropez onde a intriga se situa.

**As Lágrimas Amargas de Petra von Kant**

(Sexta, 22.45, RTP2)

Embora filmado num único cenário reproduzindo admiravelmente o estilo *kitch* de um apartamento e recheadíssimo de abundantes diálogos, este filme de Fassbinder (adaptado de uma das suas peças para o teatro) está longe de se confundir com «teatro filmado». Antes se aproxima do cinema expressionista de Cocteau, de quem o realizador alemão é, aliás, claro discípulo.

**A Felicidade da Senhora Blossom**

(Sábado, 16.00, TVI)

Recheada de bellíssimas interpretações (em particular, as de Shirley MacLaine e Richard Attenborough) esta comédia conta-nos a história de uma mulher casada com um fabricante de *soutiens* que, sem o marido saber, conserva a viver no sótão, há cinco anos, um amante... Mas a construção do argumento é algo irregular pelo que, por vezes, o filme começa a patinar.

**Entre Primos**

(Sábado, 17.00, SIC)

Pelo carácter bilingue do título original (*Cousins*) adivinha-se que há algo de francês na origem deste filme. Na realidade, trata-se de um *remake* de um outro filme (*Cousin, Cousine*), realizado em 1975 por Jean-Charles Tachella e que obteve um surpreendente êxito nos EUA. A realização desta nova versão da história, devidamente americanizada, esteve a cargo do competente Joel Schumacher e conta com a interpretação adequada de Ted Danson e Isabella Rossellini no papel de dois primos que se encontram durante um casamento que une duas grandes famílias e se envolvem amorosa e ardentemente, com todas as consequências que daí advêm... Uma comédia romântica, com momentos de forte humor.

**O Navio** (Sábado, 23.30, RTP2)

Segundo Fellini, o seu realizador, o filme trata verdadeiramente de «uma viagem por mar a fim de cumprir um ritual que testemunha uma profunda nostalgia por algo que deixou de existir». Na realidade, assistimos ao embarque num navio de um numeroso grupo de passageiros - na maior parte, artistas e personalidades do mundo das artes e da cultura - que vai tomar parte numa estranha viagem duran-

te a qual se procederá, em pleno oceano, à imersão das cinzas de uma célebre cantora de ópera, adorada em vida e idolatrada após a morte. Uma viagem nostálgica que se desenrola nas vésperas da I Guerra Mundial (de que se ouvem já as primeiras explosões) e cujo patético esplendor teatral, associado à grande música de Verdi, é admiravelmente dominado e posto em cena pelo cineasta sem dúvida mais capacitado para o fazer - Federico Fellini.

**O Fim do Mundo** (Domingo, 18.05, RTP2)

Por um conflito relacionado com a partilha das águas de rega, um homem mata uma mulher e entrega-se à polícia, sendo julgado e levando uma pena de quinze anos de prisão. Subordinado em princípio ao tema da «terra» e integrado no ciclo dos «quatro elementos» co-produzido com a RTP, este filme de João Mário Grilo acaba por se destacar, pela sua originalidade, dos restantes três já transmitidos por aquela estação na medida em que o realizador, no fundo, acaba por inventar uma história que se relaciona com os quatro elementos no seu conjunto. A destacar, ainda, uma excelente interpretação do actor José Viana.

**Desafio Total** (Domingo, 22.15, SIC)

Construído com o fito de render os muitos milhões de dólares que servissem para cobrir os 73 milhões (!) investidos na sua pro-

retrato da sociedade contemporânea, situado em Genebra, na Suíça, com dois bons papéis de Irène Jacob e Jean-Louis Trintignant.

**A Ponte do Rio Kwai**

(Domingo, 00.35, SIC)

Mais uma vez na televisão, este clássico de David Lean, primeiro de uma série que nos levaria a *Lourenço da Arábia*, *Passagem Para a Índia*, passando pelo *Dr. Jivago*, ou seja, filmes de qualidade muito desigual (desde a superlativa aventura ao melodrama mais convencional) mas que, tratando-se embora de superproduções, nunca deixaram de mostrar na sua exuberância a paixão, a inteligência, a sensibilidade e a maestria de um grande realizador. Neste caso particular, *A Ponte do Rio Kwai* não pode reduzir-se a «mais um filme de guerra de grande orçamento». Bastaria o achado final - terem os seus construtores a necessidade de destruir uma ponte que com tanto sacrifício haviam erguido - para que este filme permanecesse para sempre na nossa memória cinematográfica.

**Laura**

(Segunda, 22.45, RTP2)

Trata-se de um daqueles clássicos do *cinema negro* que é indispensável rever várias vezes. Realizado por Otto Preminger, o filme conta a história do desaparecimento misterioso de uma bela mulher, que se julga ter sido assassinada e depois vai reaparecer para revol-



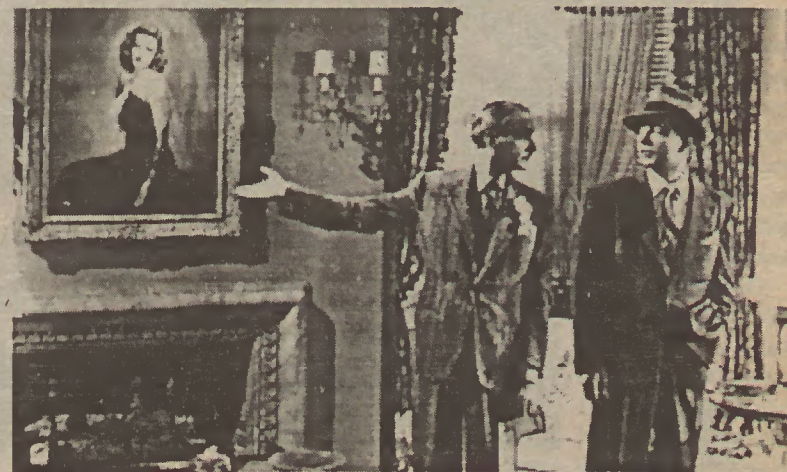
Uma cena de «Desafio Total», o «cinema-Indústria» de Paul Verhoeven



Irène Jacob, intérprete principal de «Vermelho», de Krzysztof Kieslowski



Alec Guinness e Sessue Hayakawa, em «A Ponte do Rio Kwai», de David Lean



Clifton Webb e Dana Andrews, em «Laura» de Otto Preminger

dução - e servindo-se de todos-os-ingredientes-e-mais-um proporcionados pela eficaz e tentacular indústria do «entretenimento» - *Desafio Total*, apenas porque é impressionado em película que corre à velocidade de 24 fotogramas por segundo (ou mesmo 25, como acontece na televisão!) é que pode confundir-se com «cinema». E se a sua «encenação» foi entregue a um especialista nas sequências de acção e manipulação visual, como é Paul Verhoeven, é porque se apostava na mais que garantida venda do «produto». É assim que *Desafio Total*, começando embora numa atmosfera em que a própria ironia faz lembrar *Robocop*, do mesmo realizador, acaba por resultar numa colecção de incongruências narrativas e de absurdos «fantásticos», totalmente desligados entre si, e que pouco têm a ver com a melhor «ficção científica». De facto, aqui, tudo está envolto pela idiotice e violência mais extremas e repelentes e (como é habitual em Verhoeven) por uma misoginia reaccionária sem limites. O que não impede o filme (pudera!) de se reivindicar como um dos espectáculos visuais mais intensos dos últimos anos - chegou a ser nomeado para o Oscar da melhor montagem de som e efeitos especiais! -, sendo que, na realidade, a sua única «curiosidade» (e originalidade) é vermos Schwarzenegger, ao pé das sinistras criaturas que povoam todo o filme, comportar-se como uma verdadeira «pomba». Chegados aqui, são de recordar as avisadas palavras há tempos proferidas por Woody Allen numa entrevista: «Os filmes estão a tornar-se cada vez mais mecânicos. Podem fazer-se coisas fantásticas com a tecnologia, mas as novas tecnologias tornaram-se a razão de ser dos filmes, em vez de os servirem. Os efeitos especiais substituem a história.»

**Vermelho** (Domingo, 22.45, TVI)

Último filme da trilogia do realizador Krzysztof Kieslowski, *Vermelho* conta-nos a história de uma jovem modelo cujo trajecto se cruza por puro acaso com um juiz reformado, o que a leva a aprofundar o conhecimento do mundo secreto do seu amante. Um

ver por completo uma história que o espectador já contava ter perfeitamente digerido. E é este contínuo divergir do argumento, em várias direcções, que constitui sem dúvida o factor de maior fascínio de um filme que tem, nas intrincadas e complexas divagações e modulações harmónicas do tema principal da banda sonora - de David Raskin - uma das mais perfeitas correspondências dramáticas (ao nível do som) da História do Cinema. Mais ainda: trata-se de um filme que tem nos intérpretes principais um dos mais belos rostos de sempre do cinema (Gene Tierney, na sua estreia) e dois dos seus mais inquietantes actores (Dana Andrews e Clifton Webb) em dois fabulosos papéis das suas carreiras.

**Anjo ou Demónio?** (Terça, 22.45, RTP2)

Um homem cínico (*Eric*) chega a uma pequena cidade e acaba por casar com a rica herdeira do Presidente da Câmara local, enquanto se trava de amores com a empregada de um café. Mas esta é encontrada morta e *Eric*, suspeito do crime, foge à polícia na companhia da sua mulher procurando encontrar o verdadeiro assassino. A história clássica do triângulo amoroso, numa mescla de «filme negro» e de «melodrama», surge aqui num filme em que Otto Preminger não consegue manter o mesmo nível alcançado em *Laura*.

**Ambar Eterna** (Quarta, 22.45, RTP2)

A história das aventuras amorosas de Ambre Saint-Clair, amante de Carlos II de Inglaterra, se bem que aqui vistas um pouco como um folhetim de capa e espada romântico e pseudo-histórico, à maneira de Hollywood, conserva o seu carácter algo libertário face aos cânones conservadores e foi excelentemente encenada por Otto Preminger o qual, após inúmeras peripécias de rodagem e posteriores problemas com a censura, ergueu a custo uma obra cinematográfica em alguns aspectos fascinante. O destaque vai ainda para a interpretação de Linda Darnell e, tal como em *Laura*, para a fabulosa partitura de David Raksin.



Dana Andrews e Linda Darnell, em «Anjo ou Demónio?», segundo filme do ciclo Preminger



## TELEVISÃO

# Provocações, promiscuidades e outras poucas-vergonhas

■ Francisco Costa

«Boa noite! Sporting e Futebol Clube do Porto preparam-se para entrar em campo no primeiro grande confronto Norte-Sul em futebol. Os leões partem com uma vantagem de dois pontos. Para os dragões este é um jogo decisivo nas suas ambições de passar para a frente do Campeonato Nacional. Em Alvalade está o repórter Miguel Prates... Boa noite, Miguel! Conta-nos, descreve-nos, qual o ambiente que se vive aí em Alvalade»

(Judite de Sousa, na abertura do «Telejornal» da RTP1)

«Boa noite, Judite! Falaste no "confronto Norte-Sul"... É um confronto Norte-Sul, simplesmente entre uma equipa que é do Porto e uma equipa que é de Lisboa... Eu penso que não podemos dar grande importância a essas situações e, se as vamos empolar, então eu não sei onde vai parar este já de si original futebol português.»

(Miguel Prates, repórter, no estádio de Alvalade, respondendo em directo)

Foi assim, desta forma significativa, que abriu no passado sábado, 12.10.96, o «Telejornal» da RTP 1. Significativa por duas ordens de razões.

Por um lado, porque um repórter de campo (colhido de imprevisto numa situação que, em princípio, é de relativa «inferioridade» e «vulnerabilidade» do ponto de vista profissional) ousou contrariar em cima da hora, comentando-as, as infelizes expressões de uma jornalista que, naquele momento, mais do que colega, igual entre iguais, para todos os efeitos surgia perante o público espectador como personagem normalmente «dominante» e «dominadora» neste tipo de situações - pelas próprias características de uma função que, sem dúvida, é exercida com uma certa predominância em termos de condução do serviço noticioso, mas ainda pelo à-vontade (quando não a arrogância) com que essa função é por hábito levada à prática, sempre que «necessário» interrompendo aquilo que se passa (ou os interlocutores que funcionam) à sua volta ou mesmo à distância.

Por outro lado, o incidente é também significativo por comprovar mais uma vez a total insensibilidade de que dá provas certa comunicação social - e seus principais escri-

bas, vozes ou rostos - em várias matérias delicadas como são as que neste momento estão relacionadas com o ambiente de verdadeira impunidade, suspeição e agressividade que rodeia protagonistas maiores e menores do nosso futebol actual e consigo arrasta nos calores das refregas consideráveis legiões de adeptos. Mais ainda, o que atinge as raías do inconcebível é que se gaste tanto papel, tantos momentos de emissão radiofónica e tantas horas de horário nobre de televisão com notícias truculentas, boatos cobardes, insinuações soezes, provocações preconcebidas, sem cuidar que continuamente se estão a lançar achas para a fogueira - e tudo em nome do sacrossanto ditame da concorrência entre jomais desportivos, estações de rádio, operadores de televisão.

Que Miguel Prates tenha decidido dar «um murro na mesa» é coisa que não pode deixar de aplaudir-se; uma atitude tão original, entre nós, que o seu pequeno gesto se arrisca a ficar «histórico» na desgraçada crónica desta televisão dos anos 90!

## Já não há álibis que lhes valham!

Não é entretanto menos inconcebível que esta vergonha se tenha passado num dos canais do «serviço público» de televisão. Mais: quando a emissão regressou aos estúdios depois da intervenção em directo do Estádio de Alvalade, nenhum editor tivera sequer a sensibilidade necessária para determinar a modificação da inserção gráfica que habitualmente ladeia o pivot do telejornal - e, por baixo dos emblemas do Sporting e do Porto, lá estava o termo «confronto».

Mas, a quem tivesse ficado a ver o telejornal dessa noite, estaria ainda reservada a visão e audição de mais uma peça de antologia: o spot que anunciava, no segundo intervalo daquele serviço noticioso, a transmissão dentro de minutos do tão esperado Sporting-Porto e cujo texto, por entre a montagem de imagens de caneladas e entradas por detrás, rezava nada menos do que isto:

«Homem que é homem não vai ao Teatro assistir a um espectáculo de ballet! Vai ao estádio ver futebol! Homem que é homem - e tem que falar baixinho no Teatro - grita alto, pula e discute com a claqué adversária! Homem que é homem, não tem medo de ficar em casa a ver o jogo na televisão! Porque, homem que é homem assiste ao Sporting-Porto, mesmo sendo benfiquista!»

Dificilmente poderia haver mente mais retorcida que fosse capaz de imaginar uma enormidade destas (no fundo, não destoando tanto assim do célebre spot da SIC sobre o referendo) não se sabendo já muito bem que mais lamentar: se o nojento sentimento anti-Cultura que começa por manifestar; se a agressividade primária que objectivamente estimula; se o marialvismo subjacente à ideia que, mesmo omitida, ali fica subliminar - «enquanto o homem vê futebol,

tar colar-se-lhe, num arremedo de programação susceptível de causar comichões! Como se ainda houvesse mais espaço para a promoção (e consumo) da alarvidade, da menoridade mental ou do mau gosto e incultura militantes! E, ao mesmo tempo, a estação de Balsemão e Rangel ainda tem tempo para disfarçar esta estratégia totalitária com a irrupção de certas iniciativas de programação - daquelas que dão credibilidade a qualquer mortal. Transmitir uma série de estalo da BBC não era coisa que, até há pouco tempo, apenas estava reservada à 5 de Outubro? Vai de transmitir «O Século do Povo», com chamada de primeira página para um comentador de luxo que, do mesmo passo, não desdenhou contribuir para reforçar aquela credibilidade, pois então.

Das primeiras impressões desta série já aqui Correia da Fonseca lhes deixou avisada e prudente nota na semana passada. E, tal como então ele preveniu e admitiu, os contornos da série refinaram no preciso sentido de que a BBC não dá ponto sem nó. A questão da inserção de declarações de «pessoas reais», ainda vivas, que testemunharam os acontecimentos da época, dá à série um inegável peso de verosimilhança. Interessante é apreciar como alguns elementos aparente-



a mulher que vá para a cozinha!»; se, finalmente, o habitual restringir da cidadania desportiva aos eternos protagonistas futebolísticos - Sporting, Porto, Benfica!

Afinal, ao contrário das muitas promessas e correspondentes expectativas, esta é a televisão que a Nova Maioria e os seus homens na RTP têm para nos apresentar. Ao fim de onze meses, já sem quaisquer desculpas de heranças nefastas e de contratos iníquos e leoninos. Uma televisão onde isto se pode ouvir e onde, do mesmo passo, se mantém o desrespeito pelos horários, se multiplicam as brutais, abusivas e ilegais interrupções para diarreias de publicidade, se perpetua o desaproveitamento das capacidades internas de produção e, em contrapartida, de novo se encomendam, renovam e continuam a estreir programas de tão péssimo nível e de tão degradado mau gosto que jamais se suporia pudessem vir a ser transmitidos num serviço público. E tudo isto contrariando o que publicamente afirma um Secretário de Estado que se multiplica em declarações e propostas no mínimo merecedoras de discussão, reflexão e positiva e construtiva contra-argumentação e em promiscuo convívio ou hipócrita coabitação com comissões de reflexão cujas ideias gerais vindas a público (mesmo quando fortemente discutíveis em vários aspectos) em nada se assemelham à filosofia que continua a ser seguida e à prática concreta que lhe dá corpo.

Não me venham com artificios: por maiores maravilhas que a RTP 2 transmita, isso não pode servir de eterno e falacioso álibi para justificar tudo o que de mais nojento é vertido no canal ali mesmo ao lado!

## Carnaxide a rir-se!

Entretanto, a SIC não pode deixar de se divertir ao assistir à patética continuação desta estratégia suicida - qual é a de a RTP ten-

mente dispersos e inocentes da «construção dramática» enquadram essa verosimilhança num sentido predeterminado com o mais frio calculismo. A «independente» BBC não brinca em serviço...

Repáre-se: o episódio da semana passada tratava fundamentalmente do Grande Outubro, da Revolução Soviética, das suas consequências e do seu devir até aos anos 30. É curioso que os testemunhos captados - pelo calor, paixão e exaltação que em geral manifestaram em relação às esperanças, às transformações e às grandiosas e heróicas realizações que a Revolução tinha suscitado ou às quais abria caminho perante todas as dificuldades, boicotes e agressões externas - entravam frequentemente em contradição com esta ou aquela sequência de imagens ou mesmo com o teor do texto que as ladeava, utilizado como que no sentido de as atenuar, contrariar ou antecipar-se-lhes. Mas, se isso era por um lado uma forma de ir «vigiando» e «controlando» os eventuais efeitos de identificação do espectador com aqueles testemunhos, os autores da série já sabiam por outro lado que, mais tarde, lá para o final do episódio, alguns daqueles rostos enrugados e daquelas vozes enfraquecidas pelo peso dos anos e dos acontecimentos iriam referir as agruras e as desilusões experimentadas durante o estalinismo - e, assim montadas nesta cronologia, iriam servir no fundo para confirmar as constantes reservas sempre adiantadas pelo próprio texto.

A montagem da última declaração «in» de uma testemunha da época (a derradeira mensagem que o espectador recebe) é, neste aspecto, significativa. Ela começa por dizer: «Com Estaline não havia socialismo de espécie nenhuma. Foi o próprio Estaline que destruiu o socialismo. Se não tivesse sido Estaline, teria sido outra pessoa.» Para depois concluir: «Alguém teria destruído este sistema, porque talvez ainda não tivesse chegado o momento para uma sociedade assim.»

Está bem, BBC. Fica então para amanhã! Ou mesmo para depois de amanhã! 'Tá Bem?

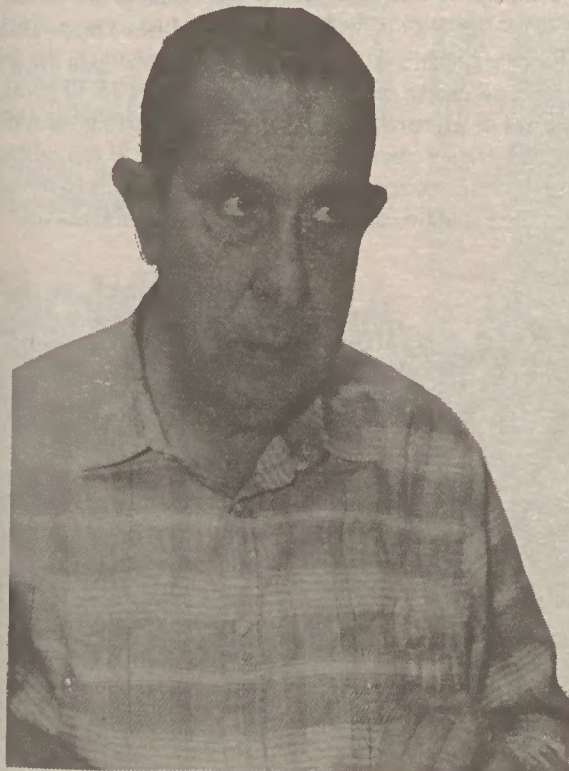


## ESCAPARATE

### EXPOSIÇÕES

#### Vida e obra de um Escritor

Continua patente ao público até ao dia 26, na Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, a exposição «Um Escritor, Uma Época», dedicada à figura de um dos maiores homens das letras portuguesas, Alexandre Cabral. Por esta ocasião, foram inaugurados também na passada semana dois novos espaços situados no mesmo edifício: o Café Central e a Galeria Municipal, mais dois importantes locais de convívio cívico e cultural colocados à disposição dos seus munícipes pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.



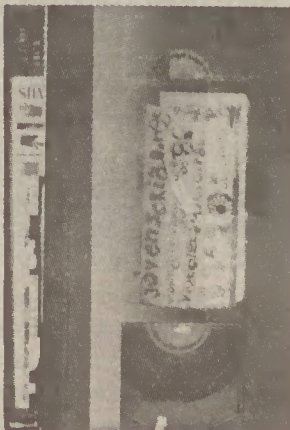
#### Imagens do Oriente

Intitulada «Oriente», continua em exposição na Biblioteca Municipal do Montijo, numa organização da Câmara Municipal daquela cidade, uma série de fotografias da autoria de António José de Oliveira. Segundo o autor, «a viagem ao sagrado e ao profano destes lugares, levou-me a um afastamento temporário das origens lusas, tendo sempre como objectivo de referência o Ocidente», sendo esta exposição «feita como quem sente a necessidade de comunicar os sentimentos de quem por ali passou, atento ao espírito do lugar».

### VIDEO

#### Vídeo de Jovens Criadores

Numa iniciativa conjunta da Secretaria de Estado da Juventude e do «Clube Português de Artes e Ideias» começou ontem e decorrerá até ao próximo dia 20, na Videoteca de Lisboa, uma mostra da selecção de vídeos que nesta área foi feita durante os recentes Concursos «Jovens Criadores 96». Com duas sessões diárias às 18.00 e às 22.00 serão apresentados os seguintes vídeos: «A Fuga» (1995) de Erianta Martins e Daniela Rocha; «Mute Life» (1994) de Nuno Tabela; «Re.Al» (1995) de Laurent Simões; «Blind Date» (95/96) de Gonçalo Luz e «Videofonia» (1995) de João Pinto Pico. Paralelamente, será apresentada uma mini-retrospectiva de um dos maiores criadores de vídeo actuais, Zbigniew Rybczynski, na qual se incluem os seguintes trabalhos: «Tango» (1980), sem diálogos; «Steps» (1987), legendado em francês; e «LÈ Orchestre» (1990), ficção, sem diálogos.



#### O Jazz chega ao Seixal

Começa na próxima 2ª feira, 21, e prolonga-se diariamente até Domingo 27 o «Seixal Jazz 96», a primeira edição de um novo festival de Jazz em Portugal. Numa organização da Câmara Municipal do Seixal, a programação deste festival é de assinalável qualidade e modernidade, trazendo até nós músicos norte-americanos de primeiro plano. Mas os dois primeiros concertos estarão a cargo dos grupos de dois dos nossos melhores músicos: o Sexteto do trompetista Laurent Filipe (21) e o quinteto do contrabaixista Carlos Barretto (22), este último com os convidados Paula Oliveira (voz) e Bondo (tablas) e os Netos do N'Gumbé (Guiné-Bissau, em percussões). Ambos os concertos começarão às 21.30. Depois, até domingo, os concertos com os músicos estrangeiros terão duas sessões nocturnas: às 21.30 e 23.15. E o cartaz é promissor na sua qualidade e variedade: o grupo «Gateway», com John Abercrombie, Dave Holland e Jack DeJohnette (23), o grupo «Audible Architecture» do trompetista Tim Hagans (24), o grupo «Five Elements» do saxofonista Steve Coleman (25), o Quinteto do guitarrista John Scofield (26) e o Quarteto do saxofonista Michael Brecker (27). Os concertos realizar-se-ão no Auditório do Fórum Cultural do Seixal e também em destaque estarão significativas realizações à margem do Festival, como uma exposição de fotografia, um workshop e uma Feira do Disco, para além de ser facultada aos alunos das escolas secundárias da região a possibilidade de assistirem aos ensaios de som. Um bom começo!

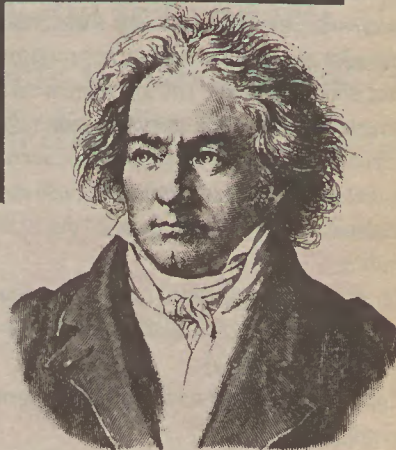
### CLASSICA

#### Dois Concertos e Um Recital

Integrados na Temporada de Música e Dança (1996/1997) da Fundação Calouste Gulbenkian, realizar-se-ão neste período três espectáculos excepcionais. Nos dois primeiros, hoje e amanhã, respectivamente às 21.30 e 19.00 horas, no Grande Auditório, actuará a Orquestra Gulbenkian com o pianista Alexei Lubimov. O repertório (integrado no «Ciclo Beethoven IV») é aliciente: Concerto nº 3 em Dó menor, op. 37, para piano e orquestra e Sinfonia nº 3 em Mi bemol Maior, op. 35, «Eroica». Quatro dias mais tarde, na 3ª feira 22, também no Grande Auditório, estará mais uma vez presente entre nós uma das maiores vozes de todos os tempos, a soprano Renata Scotti acompanhada pelo pianista Edelmiro Arnaltes. Do repertório desse recital, destacamos árias e lieder de Gluck, Handel, Bellini, Rossini, Strauss, Puccini, Granados e Obradors.



Hilliard Ensemble



Ludwig van Beethoven (1770/1827)

#### «Ars Sacra»

Numa realização da Associação Cultural Saldanha, prossegue esta semana a série de espectáculos integrados no «Programa Monumental 96» que abrangerá os meses de Outubro, Novembro e Dezembro. Por exemplo, amanhã à noite, pelas 21.30, o Hilliard Ensemble,

um dos mais conceituados grupos vocais em todo o mundo, apresentará na Igreja de S. Roque (em Lisboa) um recital preenchido com «Música Sacra de Cinco Séculos e Oito Países». David James (contratenor), Roger Covey-Crump e John Potter (tenores) e Gordon Jones (barítono), cantarão repertório de autores do século XV até à actualidade.



### XADREZ

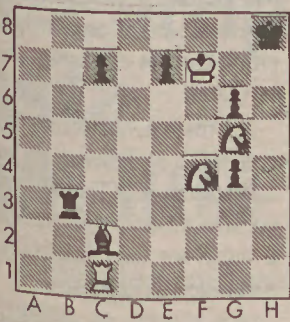
DLXXXI - 17 DE OUTUBRO DE 1996  
PROPOSIÇÃO Nº 1996X042

Por: E. J. PNIAC

Thèmes 64, N.º 3 - Julho 1956 [49p37a]

Pr.: [7]; Ps. 7, 67, 64, 66, Bc2-Tb3-Rh8

Br.: [4]; Cs. f4, g5 - Tç1-Rf7



Mate em 2 [dois] lances

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXI

N.º 1996X042 [E.J.P.]: Chave 1. Td1! [Ameaça: 2. Td8 #].

1. ... Td3; 2. C:g6 #

1. ... Bd3; 2. Th1 #

Ensaio: 1. T:c22, Tf3!!

A. de M. M.

### DAMAS

DLXXXI - 17 DE OUTUBRO DE 1996

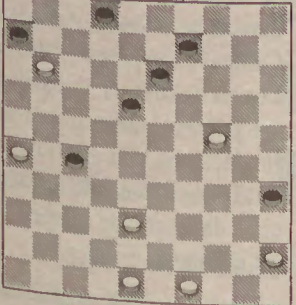
PROPOSIÇÃO Nº 1996D042

Por: GERMAIN AVID

2.º Prémio «L'Indépendant», 1936

Pr.: [7]; 2-6-9-13-18-27-35

Br.: [7]; 11-24-26-38-45-48-49



Branças jogam e ganham

\*\*\*

SOLUÇÕES DO Nº DLXXXI

N.º 1996D042 [G.A.]: 1. 38-32!! (27x38\*);

2. 45-40, (6:17); 3. 48-43, 35:44; 4. 49:40;

38:49-D; 5. 26-21!, (49:19); 6. 21:3+;

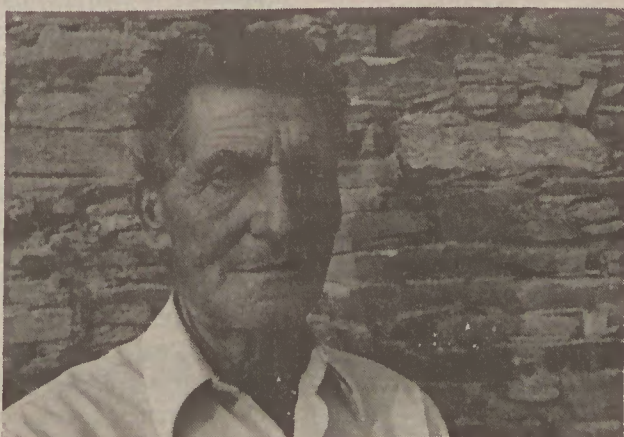
2. ... (35:44); 3. 49:40 ... +

A. de M. M.

### GINEMA

#### Um documentário português

Vem galardoado com seis prémios recentes conquistados nos principais festivais de cinema documental onde foi exibido: Holanda, Alemanha, Espanha, Dinamarca, Brasil, França, Itália, Roménia e Portugal. É o documentário «Margens» realizado por Pedro Sena Nunes, um cineasta formado há quatro anos pela Escola de Cinema do Conservatório de Lisboa e com larga participação em experiências documentais, vídeo-arte e instalações no nosso país e no estrangeiro, preparando neste momento, após uma selecção europeia, um projecto de «documentário de criação» em Glasgow, como bolsheiro das «Pépinières - artistes en Europe, artistes en résidence». O documentário «Margens» será projectado nos «Encontros ACARTE 96», às 21.30, na Sala Polivalente do Centro de Arte Moderna, de 16 a 19 de Outubro.



Um fotograma do documentário «Margens»

### TEATRO

#### Outubro Teatral em Lisboa

Prossegue no Teatro da Trindade este ciclo teatral que, desta vez, traz a Lisboa a Companhia das Calendas (Almada). Será representada uma peça fundamental do repertório teatral de todos os tempos, «A Casa de Bernarda Alba», de Federico Garcia Lorca, «retrato de um universo concentracionário onde nove mulheres se submetem às regras inumanas da moral vigente sob o comando tirânico de uma matriarca». Esta versão da obra de Lorca terá cenografia de Vítor Mioma, figurinos de Nuno Carinhas, desenho de luzes de Carlos Gonçalves e música de Von Magnet, FM e José Ricardo. São intérpretes Alexandra Sargento, Cecília Fernandes, Cláudia Calvário, Cláudia Dias, Fátima Martins, Marta Mateus, Mónica Truninger, Vitória Horta e Yolanda Alves, que também assina a encenação. Os espectáculos realizar-se-ão em 18 e 19 (21.45) e 20 (às 16.00). Paralelamente, estará patente no átrio do Teatro uma «antevisão fotográfica» do Concelho de Almada intitulada «São Novos Todos os Caminhos».



## ATALHE DE FOICE Conversa benta

Esta semana, o Governo do PS chefiado por António Guterres deu à luz duas realizações significativas: a aprovação - em Conselho de Ministros extraordinário - do Orçamento de Estado para 1997 a apresentar em breve à Assembleia da República, e a privatização da CIMPOR. No Orçamento de Estado proposto, confirma-se que os objectivos nele perseguidos se resumem à obsessão de cumprir os critérios de Maastricht para se alcançar a moeda única, mandando às malvas as promessas de âmbito cardíaco com que o PS chegou ao poder. Na privatização da CIMPOR, assistiu-se ao prosseguimento da mesma alienação do património público com que durante anos se foi afundando o País em «modernidade», ao mesmo tempo que se entregava sectores estratégicos da economia e do desenvolvimento do País à lógica dos interesses privados. Como actos que são, valem por um auto-retrato. Como auto-retrato, escarrapacham um modelo já bem nosso conhecido - o da política do PSD/Cavaco Silva. Não é preciso ser Jesus Cristo - que, segundo Fernando Pessoa, até «não sabia nada de finanças nem consta que tivesse biblioteca...» - para se compreender que esta vertigem de integrar, a todo o custo, a frágil economia portuguesa na chamada moeda única em simultâneo com economias poderosas como a da Alemanha ou a da França, só tem paralelo na história da panela de barro que ambicionava um estatuto inter pares no grupo das panelas de ferro. Seria apenas cómico se, à semelhança das panelas, não passasse duma história moral apropriada para, em abstracto, advertir presunções estouvadas. Infelizmente, não apenas o objectivo de integrar a moeda única está longe de ser uma ficção, como são bem concretas as presunções estouvadas que continuam a querer levá-lo à prática. Como se antevê nesta proposta de Orçamento engendrada pelo Governo do PS, cuja apreciação pormenorizada não cabe, obviamente, nesta coluna. Mas também temos a CIMPOR. O acto da sua privatização foi encantador. Lá vimos pela televisão, lado a lado na Bolsa de Valores de Lisboa, os representantes dos interesses do povo e os representantes dos interesses do grande capital, indistinguíveis uns dos outros, tão miméticos se apresentaram nos fatos de bom corte, nos gestos educados, no convívio ameno, nos sorrisos bonançosos. Uma alegria unânime pairava sobre a cerimónia. Os governantes presentes, ufanos com os milhões de contos arrecadados para a «coisa pública», sorriam discretamente para os capitalistas, não menos ufanos por, finalmente, se ter tornado público que eram donos da «coisa». Há, entretanto, uma outra coisa que nenhum governante explicou, quer nos consulados cavaquistas quer neste «governo do coração». Cujas é saber-se para onde vão as vantagens das privatizações. Diz o PS - repetindo o já dito pelo PSD - que as vantagens vão «para o Estado», que com elas vai arrecadando milhões atrás de milhões. E quando já não houver mais nada para privatizar, onde vai o Estado buscar mais milhões? Por outro lado, onde diabo estão as vantagens do capital privado neste meganegócio das privatizações? Sendo pouco plausível que o capitalismo nacional e internacional se tenha tornado de repente filantropo a favor do Estado português, resta o óbvio. As vantagens do capitalismo resumem-se à bagatela do controlo generalizado da economia portuguesa. Pelo que, nestes dois actos esta semana protagonizados pelo Governo PS, há pelo menos a confirmação de uma coerência: ambos apontam para a sujeição. No primeiro caso, sujeição ao que o capitalismo nos exige de fora. No segundo, ao que reclama cá dentro. Tudo o resto é conversa, embora benta...

■ HC

## Trabalhadores passam à luta Administração Pública foi ver a apresentação do Orçamento

Sindicalistas e funcionários de autarquias locais de todo o País deslocaram-se anteontem a Lisboa, para manifestarem a sua rejeição face à proposta de actualização salarial apresentada pelo Governo para vigorar no próximo ano. No plenário do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, realizado no Terreiro do Paço, frente à Secretaria de Estado da tutela, foi aprovada uma moção onde se considera a proposta do executivo de Jorge Coelho e António Guterres como «afrontosa, provocatória e desenquadrada das promessas eleitorais».

No plenário foi reafirmada a exigência de uma actualização salarial de 7 por cento e do nivelamento do salário mínimo da Função Pública pelo salário mínimo nacional.

O pessoal das autarquias quer também que o Governo dê solução a diversos problemas que, apesar das promessas repetidas, continuam a arrastar-se: os contratos a prazo para responder a necessidades permanentes dos serviços, a não regulamentação do subsídio de risco, as consequências das privatizações de serviços municipais.

A resolução aprovada no Terreiro do Paço contém um apelo à mobilização e participação no plenário da Administração Pública convocado para a próxima quinta-feira (ver pág. 10).

Também na terça-feira, representantes dos ferroviários, respondendo a um apelo da federação do sector (FSTFP/CGTP) e da Comissão de Trabalhadores da CP, concentraram-se frente ao Ministério do Equipamento Social (onde decorria um seminário sobre o contestado desmembramento da empresa pública de caminhos-de-ferro). Na altura revelaram a decisão de continuar a luta por melhores

condições de trabalho e pela negociação do Regulamento de Carreiras, prolongando a greve até 9 de Novembro.



Trabalhadores da administração local concentraram-se anteontem em Lisboa para exigir aumentos salariais justos em 1997

A Fenprof convocou para hoje, em Lisboa, um plenário de professores do ensino particular e cooperativo, uma vez que a associação representante dos estabelecimentos de ensino rompeu unilateralmente as negociações salariais.

Dirigentes e delegados sindicais das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico concentram-se amanhã junto à sede do Grupo Efacec (que inte-

## Deputados visitam escolas no Porto

Na passada segunda-feira, uma delegação da Direcção Regional do Porto e do Grupo Parlamentar, composta pelos deputados João Amaral e José Calçada, e pelos camaradas Jorge Sarabando e Teresa Duarte, efectuou um conjunto de visitas e contactos integrados numa jornada dedicada aos problemas da educação e ensino.

Depois de um encontro com a Direcção do Sindicato dos Professores do Norte, onde ouviu as preocupações dos docentes, designadamente no que se refere à autonomia da escola, às limitações do governo sobre a gestão democrática, ao vazo privatizador no pré-escolar, à degradação dos equipamentos do 1º ciclo e à situação dos aposentados, a delegação visitou o pólo 2 da Universidade do Porto.

A delegação visitou, com a presença de representantes dos Conselhos Directivos, os novos edifícios da Faculdade de Ciências do Desporto e da Faculdade de Medicina Dentária, prontos a ser ocupados há cerca de 1 e 3 anos, respectivamente. O primeiro foi mesmo «inaugurado» pelo antigo primeiro-ministro Cavaco Silva. Mas continuam inutilizáveis por falta de verbas, dizem os responsáveis. Entretanto, os mil alunos da Faculdade de Ciências do Desporto frequentam aulas em 5 locais diferentes da cidade do Porto, numa quotidiana e cansativa maratona. Os estudantes, professores e funcionários da Faculdade de Medicina Dentária, «amontoam-se» em exíguos e degradados barracões há vinte anos, sem as mínimas condições de funcionamento.

futuro da mina, dos projectos alternativos para o concelho e dos aumentos salariais.

As estruturas sindicais do distrito de Lisboa preparam uma concentração para dia 30 de Outubro, às 15.30 horas, no Jardim de São Pedro de Alcântara, em apoio às reivindicações da CGTP de melhoria dos rendimentos dos trabalhadores.

A delegação do PCP visitou ainda a Escola Preparatória de Rio Tinto, onde pôde reconhecer o modelar trabalho desenvolvido por professores e funcionários, apesar das dificuldades, em que sucessivos governos têm grande responsabilidade.

Finalmente, realizou-se uma entrevista com uma delegação da Federação Académica do Porto, que expôs os principais problemas dos estudantes universitários.

A jornada terminou com uma conferência de imprensa, em que os deputados do PCP, entre outras questões, anunciaram as medidas a tomar, por sua iniciativa, na Assembleia da República.

## Homenagem a Adriano

A memória de Adriano Correia de Oliveira é evocada no próximo domingo, dia 20, pelas 11 horas, numa romagem à campa do cantor, no cemitério de Avintes. A iniciativa é promovida pelo Centro Artístico, Cultural e Desportivo Adriano Correia de Oliveira, que assinala o primeiro aniversário da sua fundação na vila de Avintes, local onde o cantor da resistência e da liberdade faleceu há catorze anos.

## 75.º Aniversário de «O Comunista»

Assinalou-se na passada segunda-feira o 75.º aniversário de «O Comunista», primeiro Órgão Central do Partido Comunista Português, dado à estampa em 16 de Outubro de 1921.

Com a Redacção e Administração na Rua do Arco Marquês do Alegrete nº 30 - 2.º Dt., em Lisboa, o novo semanário era propriedade do Grupo Editor «O Comunista», sendo responsáveis José Rodrigues - Editor, Manuel Ribeiro - Redactor Principal, Nascimento Cunha - Administrador, e Caetano de Sousa - Secretário de Redacção.

De Outubro de 1921 a Novembro de 1926, «O Comunista» teve a periodicidade alterada de semanal para quinzenal e, finalmente, mensal.

Reflectindo a linha e acção política do PCP, no período 1921-1926, na Redacção de «O Comunista» sucedem-se Caetano de Sousa (1921), Carlos Rates (1923-1925) e Manuel Ferreira Quartel (1925-1926).



Constituindo hoje, uma base de dados fundamental para a investigação histórica sobre o PCP - desde a sua fundação e desenvolvimento na democracia burguesa da 1ª República, aos primórdios da actividade clandestina, no alvor do regime fascista português -, «O Comunista» foi um instrumento decisivo na difusão e implantação do ideal comunista no proletariado português na década de 20.

